UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JULIA SILVA DE CASTRO

AGIR LOCALMENTE, RESISTIR GLOBALMENTE:
CONEXÃO ESPÍRITO SANTO (BRASIL) E YASUNÍ (EQUADOR) POR ÁREAS LIVRES DE PETRÓLEO

VITÓRIA, ES
2018

JULIA SILVA DE CASTRO

AGIR LOCALMENTE, RESISTIR GLOBALMENTE:
CONEXÃO ESPÍRITO SANTO (BRASIL) E YASUNÍ (EQUADOR) POR ÁREAS LIVRES DE PETRÓLEO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiana Losekann

VITÓRIA, ES

2018

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação, apesar de aparentemente ser um trabalho solitário, só se torna possível através de uma infinidade de interações que são fundamentais para a sua realização e conclusão a bom termo. Por este motivo, sinto-me imensamente grata por toda a rede de colaborações e de afeto que se formou em razão desta pesquisa. Muitas foram as pessoas e situações que não me deixaram esquecer das sinceras motivações que me levaram a escolher ingressar no curso de mestrado em Ciências Sociais, com o tema aqui desenvolvido.

Mesmo que sem citar nomes, pois corro o risco de deixar passar alguns, agradeço imensamente à cada uma das pessoas resistentes que, dos seus territórios, lutam contra verdadeiros gigantes e que tanto me inspiraram e ensinaram que a luta por justiça ambiental é também a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Me sinto igualmente grata pelas experiências enriquecedoras que me foram oportunizadas ao acompanhar os caminhos da Campanha "Nem um poço a mais". Às/aos companheiras/os da FASE, agradeço pelo interesse, apoio e prontidão ao colaborar com o desenvolvimento da pesquisa, vocês foram fundamentais nesse processo! Aos demais companheiros e companheiras militantes, obrigada pelas valorosas lições e experiências compartilhadas. Todas essas interações me fizeram entender que a construção do saber é também uma poderosa ferramenta de transformação social.

Deixo um agradecimento especial à Cris, minha orientadora, com quem tanto aprendi em todos esses anos de convivência. Para além do interesse, atenção e estímulo intelectual, preciso agradecer por todo o carinho, amizade e compreensão que recebi, principalmente quando, no percurso final da pesquisa, enfrentei uma fase tão difícil e delicada de perda familiar, com todas as implicações que a elaboração de um luto representa. Levarei comigo o seu exemplo como uma das mais preciosas bagagens da minha formação acadêmica!

Pelo apoio e amor incondicional, por serem minha base mais sólida e por aturarem todas as crises de ansiedade, mau humor e muitas dúvidas que se fizeram presentes nessa minha trajetória, agradeço à minha família: Vó Nena, Tio Magno e Diane, que acompanharem de perto tudo isso, e, especialmente à minha mãe, Geise. Me sinto infinitamente grata por, através do seu trabalho e militância, ter convivido desde tão cedo com a diversidade e ter transitado por mundos tão diferentes. O seu comprometimento com a coletividade e as causas nas quais acredita sempre me foram fontes de inspiração.

Agradeço também aos meus irmãos, Fabio e Fabrício, pelos dias inesquecíveis que passei em Taubaté, terra natal de nossa família, além de terem me apresentado as montanhas

e o litoral paulista pouco antes do isolamento para a escrita dessa dissertação. Jéssica e Bia, minhas queridas cunhadas, obrigada pelo carinho e amizade!

Às amizades, deixo aqui o meu muito obrigada! Bianca e Ana Gabriela, as aulas, os congressos, os eventos e tudo mais que envolveu esses dois longos anos de mestrado teriam sido maçantes se não fosse a divertida companhia e o imenso suporte que compartilhamos. Milena, amiga querida e a melhor massoterapeuta dessa cidade, obrigada por desfazer meus nós de tensão e por sempre estar disponível para ouvir minhas lamúrias quando mais precisei de um ombro amigo. À Thamara, sou grata pela leitura atenciosa deste trabalho quando solicitado, pelos *brainstorms* etílicos e por desde os tempos de escola ser a companhia mais divertida que eu poderia ter. Thaynã e Thays, amigas artistas e também mestres em formação, foi extremamente divertido e igualmente produtivo dividir uma casa com vocês. Paulo Victor, obrigada pelas palavras de conforto, pelas dicas textuais e ortográficas e por se fazer presente mesmo com um oceano de distância. Foram muitos os encontros preciosos durante o percurso de produção dessa dissertação, que me incentivaram a continuar com o gás necessário, que tiraram dúvidas, deram dicas e ajudas valiosas, proporcionaram momentos de alívio e diversão, enfim, sem que eu precise citar cada uma dessas pessoas queridas pelo nome, agradeço a cada uma!

Às amigas e colegas do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social, o querido Organon, que ocupa um lugar tão especial na minha trajetória, deixo também meu profundo agradecimento. Tenho muito orgulho de fazer parte de uma equipe tão maravilhosa! Estabeleci verdadeiras relações de amizade com pessoas muito queridas, obrigada por me ensinarem tanto.

No âmbito no PGCS/UFES, agradeço cada uma das professoras e professores que contribuíram e me estimularam para a realização desta pesquisa. Às/aos colegas de turma, também, que foram fundamentais nesse processo ao compartilharmos as angústias e os aprendizados. À Marisa von Bülow e Paulo Scarim, agradeço pela generosidade e importantes contribuições no momento de qualificação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, agradeço pela bolsa concedida que possibilitou dedicação integral para a realização da pesquisa.

Agradeço, por fim, ao meu pai, Luiz Carlos. Sua partida foi profundamente sentida e sua memória esteve presente em cada momento dessa jornada, assim como continuará me acompanhando ao passar do tempo. De você, levo o rock'n'roll, muitas semelhanças físicas e o sentimento de que algo nesse mundo precisa ser radicalmente modificado. Siga em paz!

Compadre meu Quelémem sempre diz que eu posso aquietar meu temer de consciência, que sendo bem-assistido, terríveis bons espíritos me protegem. Ipe! Com gosto... Como é de são efeito, ajudo com meu querer acreditar. Mas nem sempre posso. O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou eu mesmo. Divêrjo de todo mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre – o senhor solte em minha frente uma idéia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém!

João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas.*

"Pode-se dizer, na verdade, que as relações são o que fazem as pessoas "verem", o que quer que elas vejam."

Marilyn Strathern, *O Efeito Etnográfico*.

RESUMO

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa qualitativa, operacionalizada por observações de campo, pesquisa documental e entrevistas em profundidade semiestruturadas. Visando uma intersecção entre a literatura do Confronto Político com os conflitos ambientais, objetiva-se contribuir para o conhecimento sobre o processo de contestação dos afetados pela indústria do petróleo e gás na América Latina. Para tanto, a pesquisa está desenhada de forma a compreender não estritamente os aspectos locais, mas as intermediações entre o local e o global, tendo em vista os fluxos reivindicativos de atores reunidos em torno do enquadramento "afetados pela indústria do petróleo e gás" que têm atravessado países latino-americanos em verdadeiras redes de ativismo ambiental. Nesse sentido, buscamos compreender de que forma a contestação local é alçada para arenas internacionais, gerando um processo transnacional de confronto. A explicação se fundamenta na análise empírica da construção da Campanha "Nem um poço a mais" no estado do Espírito Santo, que envolveu diversas idas à campo acompanhando suas performances de confronto, a fim de verificar a ocorrência da ativação de certos mecanismos. Compreendemos que diferentes valorações e práticas estão envolvidas no processo de mobilização e o ator intermediário, ou *broker*, possui uma grande capacidade de vincular as demandas locais com enquadramentos mais gerais que possuam projeção global, assim colaborando na construção de significados e resoluções de necessidades, de direitos, num sentido emancipatório, em suma, de alternativas societárias. Por fim, nossas conclusões são de que as lutas em questão colocam um elemento não considerado na agenda do Confronto Político, qual seja, apresentam confrontos que são de natureza ontológica, onde mundos distintos estão em disputa.

Palavras-chave: Conflitos Ambientais; Confronto Político; Neoextrativismo; Afetados por petróleo e gás; Redes de ativismo ambiental.

ABSTRACT

The present dissertation is the result of a qualitative research, operationalized by field observations, documentary research and semi-structured in-depth interviews. Aiming an intersection between the literature of the Contentious Politics and the environmental conflicts, it aims to contribute to the knowledge about the contestation process of those affected by the oil and gas industry in Latin America. The research is designed so as to understand not strictly the local aspects, but the intermediations between the local and the global, in view of the demands of actors gathered around the framework "affected by the oil and gas industry" that have crossed countries Latin America in networks of environmental activism. In this sense, we seek to understand how the local challenge is raised for international arenas, generating a transnational process of confrontation. In order to do so, the explanation is based on the empirical analysis of the construction of the Campaign "Not one more well" in the state of Espirito Santo, which involved several field trips accompanying its performances of confrontation in order to verify the occurrence of the activation of certain mechanisms. We understand that different valuations and practices are involved in the mobilization process and the broker has a great capacity to link local demands with more general frameworks with global projection, thus collaborating in the construction of meanings and resolutions of needs, of rights, in an emancipatory sense, in short, of societal alternatives. Finally, our conclusions are that the struggles in question place an element not considered in the agenda of the Contentious Politics, that is, they present confrontations that are of an ontological nature, where different worlds are in dispute.

Key words: Environmental Conflicts; Contentious Politics; Neoextractivism; Afected by oil and gas industry; Environmental advocacy networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Paisagem da boca da barra a partir do cais, casarão amarelo do antigo hotel Marina ao fundo..... 13
Figura 2: Primeiro poço de petróleo perfurado no Espírito Santo, datado de 1959, em Conceição da Barra. 14
Figura 3: Missão "Nos caminhos do pré-sal", em Conceição da Barra, Regência (Linhares) e Barra do Riacho (Aracruz). Nov/2014. 16
Figura 4: Mapa do pré-sal na costa brasileira..... 32
Figura 5: Mapa elaborado em 2013, indicando a situação dos megaprojetos previstos para a costa do Espírito Santo..... 42
Figura 6: I Encontro dos Afetados por Petróleo e Gás no Espírito Santo. Palhal, Linhares/ES (2012)..... 46
Figura 7: Mutirão de reconstrução da aldeia Olho D'Água em janeiro de 2006..... 55
Figura 8: Manifestação na XVI Feira do Verde, outubro de 2006..... 55
Figura 9: Manifestação de apoio aos povos Tupiniquim e Guarani em Nova York..... 56
Figura 10: À esquerda, um dos "giros antipetroleiros" organizados pela Campanha. À direita, gasoduto que atravessa a região de Regência Augusta..... 60
Figura 11: Parque Nacional Yasuní (PNY)..... 63
Figura 12: Ações de protesto organizadas pelos *Yasunidos* no Equador..... 67
Figura 13: Material de campanha pela preservação do Parque Yasuní..... 67
Figura 14: Cartaz contra atividades de mineração e à favor dos direitos humanos e da Natureza..... 68
Figura 15: Evento de lançamento da Campanha "Nem um poço a mais", em Vila Velha/ES (julho/2015). 70
Figura 16: Fernando, do Coletivo *Yasunidos*, apresentando a campanha e estratégias utilizadas para a defesa do Parque Yasuní (julho/2015)..... 71
Figura 17: Apresentação dos grupos de trabalho durante o lançamento da campanha (junho/2015)..... 72
Figura 18: Canteiro de obras do Estaleiro Jurong com plantações de eucalipto ao fundo. Barra do Riacho – Aracruz/ES (maio/2014)... 82
Figura 19: Canteiro de obras do Estaleiro Jurong com embarcações ao fundo. Barra do Riacho – Aracruz/ES (maio/2014). 82

Figura 20: Instalações do Portocel (Porto Especializado em Celulose) e Terminal Aquaviário Barra do Riacho, da Petrobras. Aracruz/ES (maio/2014)..... 83
Figura 21: Boca da barra do rio Riacho, Aracruz/ES (maio/2014)..... 83
Figura 22: Grupo de meninos surfistas da Barra do Riacho, instalações do Portocel e embarcações ao fundo (novembro/2015)..... 84
Figura 23: Moradores da vila de Regência Augusta observam a situação da foz do rio Doce poucos dias após a chegada da lama de rejeitos de mineração (novembro/2015)..... 85
Figura 24: Pescador fazendo a manutenção de sua embarcação no cais da Associação de Maricultores de Conceição da Barra (novembro/2015)..... 87
Figura 25: Mutirão de retomada das terras da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra, que vivia imprensada entre a BR-101 e os plantios de eucalipto (junho/2010)..... 89
Figura 26: Cartografia do território quilombola de São Domingos (junho/2010)..... 89
Figura 27: Processo de feitura artesanal do beiju, na casa de farinha da comunidade Divino Espírito Santo, território do Sapê do Norte – São Mateus/ES (novembro/2015)..... 90
Figura 28: Katia Penha em frente à área agricultável da comunidade Divino Espírito Santo, ao fundo, plantios de eucalipto (novembro/2015)..... 90
Figura 29: Katia Penha e Alexandre Anderson em frente ao poço de extração de petróleo, a poucos metros de distância da área da foto anterior, durante a missão "Caminhos do pré-sal" (novembro/2015)..... 90
Figura 30: Katia dos Santos em frente ao cavalinho de extração de petróleo desativado nas suas terras de sua família. Regência – Linhares/ES (novembro/2015)..... 90
Figura 31: Pequena lagoa com resíduos contaminados localizada a poucos metros do poço da foto anterior. Regência – Linhares/ES (novembro/2015)..... 94
Figura 32: Ferrugens abandonadas nos arredores do "cavalinho" de extração de petróleo desativado, com vegetação nativa ao fundo. Regência – Linhares/ES (novembro/2015)..... 94
Figura 33: Seu Corumba em frente ao cavalinho de extração de petróleo em atividade nas suas terras. Linharinho – Conceição da Barra/ES (maio/2016)..... 96
Figura 34: Mapa do gasoduto previsto para escoar 70% do metanol produzido na UFN-IV. 97
Figura 35: Toninho, cacique da aldeia Guarani Boa Esperança (*Tekoá Porã*)..... 100
Figura 36: Apoio a Yasuní durante o V Encontro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Serra/ES (2013)..... 102
Figura 37: Intercâmbio entre mulheres envolvidas na Campanha "Nem um poço a mais" no distrito de Patrimônio da Penha, região da Serra do Caparaó – agosto/2017..... 119

Figura 38: Sobreposição de pixos na parede de um prédio próximo à sede da Petrobras em Vitória/ES, localizada na Av. Nossa Senhora da Penha, principal avenida da cidade..... 126
Figura 39: Charge utilizada na campanha em defesa do Parque Yasuní..... 132
Figura 40: Ilustração utilizada na Campanha em defesa do Parque Yasuní..... 132

LISTA DE SIGLAS

AGB – Associação dos Geográfos Brasileiros

AHOMAR – Associação de Homens e Mulheres do Mar

ANP – Associação Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

BB – Banco do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GNL – Gás Natural Liquefeito

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IIRSA – Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

MJ – Ministério da Justiça

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNY – Parque Nacional Yasuní

PROMIMP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

PT – Partido dos Trabalhadores

RECOMA – Rede Latino-Americana Contra as Monoculturas de Árvores

REW – Reserva Étnica Waorani

RDHMA – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SINDIPETRO-RJ – Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TI – Terra Indígena

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFN – Unidade de Fertilizantes Nitrogenados

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UTG – Unidade de Tratamento de Gás

WRM – World Rainforest Movement (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

NOTAS METODOLÓGICAS E APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS 21

1. NEOEXTRATIVISMO, CONFLITOS AMBIENTAIS E MOBILIZAÇÃO DOS AFETADOS NA AMÉRICA LATINA 27

1.1 NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA: A NOVIDADE DE UM MODELO QUE NÃO É NOVIDADE 29

1.2 NOTAS SOBRE A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL 34

1.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO 40

1.4 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DOS AFETADOS POR PETRÓLEO E GÁS 46

1.4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENQUADRAMENTO "AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS" 50

1.5 A CONSTRUÇÃO DA INICIATIVA YASUNÍ-ITT (EQUADOR) 63

2 APRESENTANDO A CAMPANHA "NEM UM POÇO A MAIS": A EMERGÊNCIA DE PROPOSTAS CONFRONTADORAS 71

2.1 DEMANDAS LOCAIS, ENQUADRAMENTOS GLOBAIS 74

2.2 AFINAL, QUEM SÃO OS AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS? 82

2.2.1 COMUNIDADES DE PESCADORES E PESCADORAS, MARISQUEIRAS E OUTROS MORADORES LITORÂNEOS 82

2.2.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS 89

2.2.3 COMUNIDADES CAMPONESAS 94

2.2.4 COMUNIDADES INDÍGENAS 99

2.3 POR FIM, "AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS" 102

3 CONSTRUINDO A RESISTÊNCIA: O CONFRONTO POLÍTICO E O PAPEL DA INTERMEDIAÇÃO EM CONTEXTOS DE CONFLITOS AMBIENTAIS 110

3.1 BREVE REVISÃO DO CONFRONTO POLÍTICO: A TRANSIÇÃO DE UMA TEORIA ESTÁTICA AO PONTO DE VISTA CULTURALISTA 111

3.2 *BROKERS* EM AÇÃO: O PAPEL DA INTERMEDIAÇÃO NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA CAMPANHA 116

3.3 "DEIXEM O PETRÓLEO NO SUBSOLO!": A INTERMEDIAÇÃO ENTRE MUNDOS COMO ELEMENTO CENTRAL NA RESISTÊNCIA À INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS 127

3.4 A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS UTÓPICAS EM BUSCA DE ALTERNATIVAS SOCIETÁRIAS 133

3.4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ALTERNATIVAS PÓS-PETROLEIRAS FORJADAS NA RESISTÊNCIA 137

CONSIDERAÇÕES FINAIS 142

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 144

INTRODUÇÃO

O antigo Hotel Marina Porto da Barra, desativado desde aproximadamente o ano de 2011, é um dos cartões postais da cidade de Conceição da Barra, localizada a cerca de 250 km da capital do Espírito Santo, Vitória, e na divisa com a Bahia. O casarão destaca-se à beira do rio Cricaré, porém as mudanças na paisagem da região causadas pela forte erosão e avanço do mar sobre a terra, reduziram drasticamente o fluxo de visitantes e desencadearam danos graves na estrutura da construção colonial datada do século XVIII. Foi nesse estabelecimento desativado que, em novembro de 2014, passamos a primeira noite do que viria a ser uma sequência de seis dias percorrendo o litoral capixaba, desde Conceição da Barra até o município de Anchieta, no sul do estado. Seis dias de uma longa e intensa viagem de campo, em que praticamente morávamos dentro da van fornecida pela Universidade, parando em diversas comunidades que possuíam uma relação de subsistência com o território marítimo e que já percebiam os impactos dos recentes avanços do pré-sal.

Pertinente comentar que até uma pessoa mais desatenta se daria conta que a região descrita é fortemente marcada pela atividade pesqueira. Na paisagem da "boca da barra", há predominância de diversos tipos de embarcações, como nos demonstra a imagem abaixo. Ademais, a cidade preserva na avenida Beira Mar o primeiro poço terrestre de petróleo perfurado no estado do Espírito Santo, datado do ano de 1959[1].



Figura 1: Paisagem da boca da barra a partir do cais, casarão amarelo do antigo hotel Marina ao fundo.
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.

[1] Fonte: http://antigo.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/petroleo_gas.aspx.



Figura 2: Primeiro poço de petróleo perfurado no Espírito Santo, datado de 1959, em Conceição da Barra.
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.
Obs: A Petrobras obteve com este poço informações que abriram caminho para a descoberta de petróleo na Bacia do Espírito Santo. O equipamento da foto é uma Unidade de Bombeio Mecânico, popularmente conhecida como Cavalo de Pau, ou "cavalinho", utilizado para bombear o petróleo do poço.

É importante que se tenha explícito do que se tratava essa viagem e quem eram as pessoas que compuseram a jornada, assim se tornará expressa a intenção da autora ao narrar esse momento específico. Mas, de antemão, conto como ela se tornou possível. Tudo começou quando pessoas da FASE, organização não-governamental que possui uma forte e histórica atuação junto às comunidades impactadas por grandes projetos no Espírito Santo, buscaram apoio na Universidade Federal para a viabilização de um intercâmbio entre pescadores e pescadoras da Baía de Guanabara e capixabas de territórios afetados pelos avanços da indústria do petróleo e gás. Naquele momento, eu havia adentrado há pouco no Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social – Organon[2], inserindo-me nos debates sobre as mobilizações dos afetados por grandes projetos e empreendimentos na

[2] O Organon está vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES. Possui um trabalho centrado na ação coletiva desempenhada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil com finalidades de mudança social, participação e contestação política. Dentre os seus compromissos, encontra-se: oportunizar a realização periódica de arenas públicas enquanto espaços para a manifestação e elaboração criativa de dilemas, diferenças e antagonismos presentes nas práticas de ação coletiva, sobretudo, tendo em vista os desafios das relações Sociedade e Estado; elaborar e apoiar formas de visibilizar as lutas, bandeiras e demandas sociais, já bem estabelecidas ou aquelas em construção; construir ferramentas que permitam compreender os conflitos que atravessam os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil em geral e também os confrontos com o poder público. Um dos temas norteadores, no qual a autora se insere, é o das mobilizações de afetados por grandes projetos e empreendimentos. Informações disponíveis em: http://organon.ufes.br/nucleo/.

América Latina, e a FASE/ES já era um dos principais interlocutores do grupo. Portanto, foi através desta conexão que conjuntamente organizamos o roteiro de viagem, protocolamos o pedido de transporte junto à UFES, contatamos atores locais mobilizados nas comunidades litorâneas, quilombolas e camponesas, e, assim, se tornou viável a realização da mesma. De forma resumida, foi assim que adentrei neste universo participando do que não foi a primeira, muito menos a última, mas seguramente uma das mais significativas imersões de campo.

A equipe, ao todo, contou com dez pessoas fixas: Alexandre Anderson, Daize e Cleber, pescadores e pescadora ativistas antipetroleiros da Baía de Guanabara; dois técnicos da FASE/ES, Fabíola e Beto; Aline, pesquisadora vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que havia concluído há pouco uma pesquisa de mestrado centrada no litígio entre os pescadores da Baía de Guanabara e a Petrobras, intermediado pelo Ministério Público Federal; Frida e Mathilde, repórteres francesas vinculadas ao canal de TV franco-alemão ARTE[3]; além do motorista cedido pela UFES e a autora que vos narra, vinculada ao Organon.

A Missão "Nos caminhos do pré-sal"[4], como foi posteriormente designada, tinha como principal objetivo conversar com os resistentes em cada território afetado ou em risco iminente, apresentando as lutas e estratégias de resistência dos pescadores e pescadoras e a mobilização antipetroleira da Baía de Guanabara. Em suma, proporcionar um espaço de troca de experiências entre os afetados dos distintos territórios, mas com antagonistas em comum, onde se conhecia a realidade semelhante através da narrativa e realização de "giros territoriais" nos locais impactados ou em vias de receber os empreendimentos. Do início ao fim da missão as interações com as comunidades locais foram registradas pelas repórteres, que produziram um documentário intitulado *Brésil: soileil noir*[5], lançado em março de 2015, *online* e na televisão europeia.

[3] https://www.arte.tv/en/.
[4] A missão passou, ao todo, por seis municípios: Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Vitória e Anchieta.
[5] Disponível em: https://info.arte.tv/fr/bresil-soleil-noir.



Figura 3: Missão "Nos caminhos do pré-sal", em Conceição da Barra, Regência (Linhares) e Barra do Riacho (Aracruz). Nov/2014.
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.

A partir do cenário narrado, torna-se evidente o contexto no qual se iniciaram as problematizações que busco desenvolver na presente dissertação de mestrado, muito antes de ter ingressado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES. As conversas e trocas de experiências nas comunidades foram enriquecedoras em muitos sentidos, mas o que me chamou atenção, e que hoje consigo articular de forma mais elaborada, foi a nitidez com que os sujeitos enraizados nos seus respectivos territórios e que participavam naquele espaço de interação, onde se era reconhecido e também se conhecia a realidade semelhante do outro, passavam a se sentir mais fortalecidos para a resistência. Portanto, a dimensão discursiva de elaboração daquela realidade opressiva era visivelmente um mecanismo de fortalecimento das capacidades de resistência e luta dos afetados. Além disso, muitas vezes a própria presença dos outros atores envolvidos na missão do pré-sal era lida como uma valorização de suas próprias lutas: as pessoas se sentiam notadas, escutadas e acolhidas.

As anotações no caderno de campo que fiz durante aqueles dias me lembram, hoje, que com muita frequência o próprio Alexandre se mostrava surpreso com a situação dos impactos que observávamos ao longo dos caminhos do pré-sal no litoral capixaba. Ele, como

pescador artesanal, militante antipetroleiro e defensor dos direitos humanos com destaque no cenário nacional e internacional[6], desempenhando o papel de "afetado mobilizado", tal como proposto por Losekann (2016) – uma das categorias que buscarei me aprofundar ao longo do trabalho –, conseguia fazer de maneira quase imediata os diagnósticos e organizar as possíveis estratégias de fortalecimento e articulações locais. Em diversos momentos, durante as conversas mais informais, era ressaltada a importância da parceria com a FASE – aqui, lida como uma "mobilizadora dos afetados" – e o nível que essa parceria se dava, no sentido de que a organização está constantemente acompanhando *in loco* os processos locais dos "afetados em si". A articulação com as Universidades também era vista como estratégica, pois é entendida por esses atores como um importante espaço de disputa e construção de narrativa. Por fim, cabe comentar que a posição das repórteres a todo momento era preocupada com a contextualização daquelas realidades, buscando identificar as conexões de questões como habitação, saúde, educação, corrupção e as diversas mazelas sociais observadas com os avanços da cadeia extrativa petrolífera e petroquímica no Brasil.

Mas, antes de adentrarmos nas questões mais específicas que este trabalho está centrado e tendo em vista que trato aqui de uma pesquisa de longa data, peço licença para brevemente me apresentar e narrar a minha própria trajetória.

Logo nos meus primeiros semestres como estudante de graduação do curso de Ciências Sociais da UFES, o qual ingressei no ano de 2010, me era apresentado que a escolha de um objeto de pesquisa deveria se dar de forma distanciada, neutra e imparcial. No entanto, as motivações desta pesquisa, para além da curiosidade de interpretar uma realidade instigante, apresentam aspectos absolutamente pessoais. De certa forma, alguns dos processos e questões que aqui me debruço analiticamente, desde muito tempo estiveram presentes em minha vida e ocuparam meus pensamentos. Explico: sou filha de uma ex-técnica da FASE Espírito Santo, recém aposentada, que trabalhou por mais de vinte anos na ONG. Portanto, se em tempos passados foi nessa perspectiva que eu havia participado de processos muito complexos de luta, destacando aqui os enfrentamentos da Rede Alerta Contra o Deserto Verde – que será apresentada ao longo do texto –, agora a minha inserção se dá como pesquisadora.

Alguns podem argumentar ser irrelevante tal exposição, mas considero importante apresentar de início o meu próprio ponto de vista. Afinal, também é disso que se trata a

[6] Fonte: Anistia Internacional: https://anistia.org.br/noticias/historia-de-alexandre-anderson-pescador-da-baia-de-guanabara/. Frontline Defenders: https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-alexandre-anderson.

presente dissertação: pontos de vista divergentes sobre o que se compreende por conceitos como natureza, economia, recursos, bem-estar, ética e a própria política. Persegue-se aqui, de certa forma, os sentidos do fazer política que os sujeitos constroem a partir de suas próprias realidades. Tal como De La Cadena (2010) se posiciona no texto "*Política Indígena: un análisis más allá de 'la política'*", a discussão sobre política não pretende fugir do ativismo comprometido, senão que contribuir à ele.

As questões aqui apresentada estão relacionadas também com a minha entrada no Organon, por volta de 2013, coordenado pela professora Cristiana Losekann. A partir de então, tive contato com uma série de questões, desafios e vivências que também se relacionam com as intenções iniciais da realização de uma pesquisa neste campo de conflitos ambientais e com questões teórico-conceituais relacionadas ao campo da ação coletiva e dos movimentos sociais. Esse foi um momento decisivo que determinou o meu percurso dentro da Universidade, pois identifiquei que o universo de avanço dos empreendimentos da cadeia extrativa do petróleo e gás no Espírito Santo, o qual eu já possuía alguma proximidade, ainda era pouco explorado e necessitava de aprofundamentos analíticos. Naquele mesmo período iniciei um projeto de iniciação científica que foram meus passos iniciais no universo da pesquisa, onde buscava mapear os atores, bandeiras e reivindicações envolvidas nesse confronto específico. A pesquisa seguiu sendo desenvolvida no âmbito do Organon e, desta forma, segui participando de diversas experiências de campo e acompanhando alguns processos locais.

Diante de todos esses caminhos que me foram sendo abertos ao longo da trajetória acadêmica, cheguei a algumas questões que poderiam ser desenvolvidas na forma de um projeto de pesquisa para o ingresso no mestrado em Ciências Sociais da UFES. Como mencionado anteriormente, o que havia me chamado atenção – não apenas na "missão pré-sal", mas também nas outras experiências de campo que serão narradas ao longo do texto – foi o processo de interação entre os afetados posicionados em diferentes territórios ou escalas de atuação, onde percebe-se um importante ponto de virada para o ingresso de certos atores na resistência. Portanto, as dinâmicas territoriais que ocorrem a partir do processo de visibilização de uma luta local apresentam elementos fundamentais para a realização de uma análise aprofundada sobre esse tipo de ação coletiva que se constitui através da atuação de um sujeito "glocal" (ou intermediário) que, ao mesmo tempo que está muito enraizado nos territórios, atua em redes transnacionais em busca do redimensionamento da condição territorial local em uma luta política que conecta distintos territórios.

Importante frisar que esta pesquisa está inserida em um projeto mais amplo denominado "Redes de ativismo, contestação e mobilização do direito na América Latina", sob coordenação da professora Cristiana Losekann que, a partir da reunião de conceitos de diferentes campos de pesquisa, visa contribuir com os estudos que relacionam "movimentos sociais" e o "direito" ao compreender os efeitos da mobilização do direito no complexo de lutas relacionadas aos conflitos ambientais. As contribuições que aqui busco vão no sentido de realizar uma investigação sistemática das dinâmicas e processos de mobilização que ocorrem nas lutas latino-americanas que contestam especificamente a exploração de petróleo e gás. Analiticamente, examina-se as transposições escalares de atores, estratégias, bandeiras e reivindicações entre os territórios afetados no Espírito Santo em conexão com a luta em defesa do Parque Nacional de Yasuní – território com uma das maiores biodiversidades do mundo, localizado no Equador. Ademais, o contexto empírico apresentado configura uma situação na qual distintos atores sociais, com diferentes lógicas de apropriação e usos do meio encontram-se na disputa de um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual lógica deverá ser priorizada.

Notas metodológicas e apresentação dos capítulos

O que significa o petróleo no mundo atual? Para que exploramos tanto petróleo? O quanto de petróleo tem na minha vida? Ainda, será que a sociedade usa o petróleo, um recurso energético esgotável, de maneira sábia? Será que refletimos sobre os reais impactos que a dependência econômica dessa riqueza natural vêm causando? De que forma podemos construir uma sociedade "livre de petróleo"? Tendo em vista questões como essas, a Campanha "Nem um poço a mais" emerge no estado do Espírito Santo, um dos principais polos da expansão petroleira no Brasil, mas também está articulada em redes de incidência política em questões relativas ao extrativismo de petróleo e gás na América Latina.

Necessário salientar de antemão que a proposta, conforme informam os meus interlocutores, não se trata propriamente de barrar a expansão, mas trabalhar com o possível neste cenário: a dizer, elaborar estratégias para diminuir o seu ritmo e estabelecer espaços em que a expansão não ocorrerá, mesmo que sejam espaços mentais ou territórios para a utopia. Nesse sentido, a mobilização antipetroleira busca alinhar uma discussão sobre os usos absurdos do petróleo, como nas guerras, no trânsito urbano que compromete a qualidade de vida, na queima dos combustíveis que possui relação direta com os riscos climáticos globais,

nos agrotóxicos que envenenam os alimentos e põem em risco a segurança alimentar de toda a população, no consumo desenfreado e a geração de lixo e de poluição, assim como na violência causada pelo deslocamento forçado de populações e na inviabilidade da manutenção de suas formas tradicionais de vida.

O lançamento da Campanha ocorreu em junho de 2015, na região metropolitana do Espírito Santo, reunindo ativistas, representantes de comunidades impactadas ou em vias de receber os impactos, organizações e movimentos de diversos estados e também de outros países. A proposta é que, de forma descentralizada e horizontal, as mobilizações locais nos diversos territórios se fortaleçam para o enfrentamento. Nesse sentido, conforme discutiremos amplamente na presente dissertação, globalizar as resistências locais demonstra ser um elemento altamente estratégico para as lutas que visam combater atores macro políticos, tais como os grandes projetos e megaempreendimentos petroleiros – ou até mesmo uma "cultura petroleira" vigente em nossa sociedade, que atualmente grita "o pré-sal é nosso!". As estratégias para alcançar a voz transnacional vão desde os intercâmbios de afetados, que proporcionam espaços para a circulação de informações e desencadeiam a união dos ativistas localizados em diferentes escalas, até as investigações jornalísticas, produção de materiais informativos e denunciativos, campanhas de conscientização, etc.

Tendo em vista a discussão brevemente apresentada, os nossos objetivos consistem, de modo geral, em realizar uma investigação aprofundada e caracterização desta rede latino-americana engajada em torno do enquadramento "afetados por petróleo e gás". Isto se dará, especificamente, através da apresentação de elementos importantes para compreendermos o processo de mobilização da Campanha "Nem um poço a mais", buscando: mapear os principais atores envolvidos na construção da Campanha, identificando grupos, coletivos, organizações, movimentos, etc.; verificar a relação entre os seus repertórios instituídos e a ativação do mecanismo de intermediação (*brokerage*); investigar de que forma a presença de um ator "glocal" intermediário pode desencadear a reelaboração de um descontentamento local enquanto uma luta política, passível de pleito, mas também tendo em vista os atores locais que não se mobilizam; identificar os elementos de significação das ações concretas ou nas interpretações dos atores (bandeiras, ideologias, utopias, identidades etc.); verificar as performances de confronto desempenhadas pelos atores envolvidos na mobilização (*toxic tours*, publicações, ações de protesto etc.); e, por fim, construir uma intersecção entre a literatura dos movimentos sociais e ação coletiva com os conflitos ambientais na América Latina.

Metodologicamente, procedemos a partir de uma abordagem qualitativa, operacionalizada por observações de campo, pesquisa documental e entrevistas em profundidade semi-estruturadas. As reflexões do campo etnográfico são guiadas pelas proposições de Strathern (2014, p. 345), ou seja, "um momento de imersão; [...] uma atividade totalizante que não é a única em que a pessoa está envolvida". Tal noção possui uma proximidade com o conceito amplamente utilizado de observação participante, mas dele diverge no sentido de ser marcada por uma ambivalência: é uma imersão total enquanto consiste em nosso envolvimento e comprometimento com as relações sociais que as pessoas nos propõem; e, ao mesmo tempo, parcial pois também depende de outros compromissos que ocupam nosso pensamento – sendo a escrita o principal deles. Desta forma, como sintetiza Lima (2013, p. 21), "uma vez que as coisas, as histórias, as ideias, os eventos que faziam seu sentido no campo precisam ser rearranjados em um texto [...], a escrita torna-se criadora de um segundo campo, cujo desafio é, justamente, que só pode ser imaginativa, de uma parte dos efeitos do trabalho de campo".

Já a construção do objeto de pesquisa foi planejado e conduzido utilizando como principal ferramenta o estudo de caso que, de acordo com Yin (2001, p. 21), "surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real". Portanto, a explicação se fundamenta a partir da análise empírica do processo de construção da Campanha "Nem um poço a mais", que envolve uma atenção etnográfica em diversas idas à campo acompanhando suas performances de confronto, tais como: *toxic tours* ou "giros territoriais", seminários, oficinas, missões, eventos de formação e demais reuniões. A campanha está articulada em torno do enquadramento de "afetados" e insere-se em uma rede empenhada em realizar diagnósticos comuns, a fim de gerar a visibilização das diversas lutas territoriais que se relacionam às questões do extrativismo de petróleo e gás na América Latina.

A pesquisa documental ocorre através do levantamento de publicações impressas e virtuais (cartas, manifestos, cartilhas, sites, blogs, relatórios, livros, artigos etc.) produzidas pela Campanha ou por atores envolvidos na sua constituição, buscando a identificação de perspectivas norteadoras, tais como: reunião das principais causas, questões, demandas, argumentos, referências a outros grupos/autores, etc., identificando também os atores, os diferenciando em aliados e opositores, além dos elementos de significação nas ações concretas ou nas interpretações (bandeiras, identidades, utopias, ideologias etc.).

Por fim, foram realizadas três entrevistas diretas e semiestruturadas com atores que participam ativamente da construção da Campanha e são representantes da FASE Espírito Santo. Identifica-se que a organização tem papel fundamental no fomento à mobilização antipetroleira no estado, desenvolvendo ações de formação, produção de conhecimento e de incidência política que dão visibilidade às questões voltadas à justiça ambiental, defesa dos bens comuns e dos direitos territoriais. A ONG é uma das articuladoras da campanha, junto com ativistas antipetroleiros de diversos territórios e escalas de atuação, além de representantes de grupos e comunidades impactadas. Além disso, articula-se a diversas redes relacionadas aos temas dos direitos territoriais e conflitos ambientais, destacando-se a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, a Rede Latino-Americana Contra a Monocultura de Árvores (RECOMA) e *World Rainforest Movement* (WRM), relacionadas aos impactos da monocultura do eucalipto; a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e, por fim, a *Oilwatch* – uma rede que atua em uma perspectiva de Sul-Global nas questões relacionadas aos impactos de atividades petroleiras e que possui grande importância no cenário que será apresentado. Outros depoimentos foram reproduzidos de fontes secundárias (artigos, cartilhas, matérias jornalísticas, dissertações) e declarações registradas durante as reuniões e rodas de conversa nos eventos em que estive presente.

Faz-se notar que as demandas socioambientais observadas atualmente nos países da América Latina, de modo geral, têm sido pautadas por reivindicações anti-extrativistas, agroecológicas e em defesa dos direitos dos povos originários. Tais demandas são reforçadas, em parte, por uma mudança nas orientações econômicas e políticas que ocorreram de forma mais evidente a partir dos anos 2000 em diversos países do continente. Trata-se de um processo de reprimarização da economia, o que Svampa (2012) compreende como a passagem do Consenso de Washington para o Consenso de *Commodities* – que combina elementos da política neoliberal com aspectos neodesenvolvimentistas. Neste cenário há uma intensificação de atividades extrativistas e de exploração dos recursos naturais em geral, que passam a expandir suas fronteiras para territórios cada vez mais remotos e utilizando tecnologias cada vez mais complexas e impactantes. Os efeitos desse processo evidenciam-se na construção de todo um dispositivo de suporte à produção – como hidrovias, rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos, dutos, etc. Ademais, os atores envolvidos são megaempreendimentos transnacionais, de larga exploração, especialização e exportação da produção.

Em meio a este complexo cenário, evidencia-se a centralidade que o petróleo possui para o capitalismo global e a importância das atividades petrolíferas e petroquímicas para a

economia brasileira, principalmente a partir do anúncio da descoberta do pré-sal. Ocorre que os impactos desse avanço são sentidos diretamente por populações carentes, campesinas, não-proprietárias, indígenas, pescadoras, quilombolas, em suma, sujeitos que sobrevivem de atividades que se relacionam intimamente com os recursos naturais. É neste cenário brevemente exposto que o capítulo 1 será desenvolvido, buscando discorrer sobre o contexto político-econômico neoextrativista vinculando-o à política das grandes corporações, à emergência dos conflitos ambientais e à insurgência de iniciativas resistentes a este processo e em busca da valorização do território e dos saberes ancestrais e tradicionais.

Toda essa contextualização visa fornecer uma sólida base para compreendermos melhor o cenário específico em que a Campanha "Nem um poço a mais" emerge, pautando discussões confrontadoras e com elementos utópicos, inspirados em processos consolidados de mobilizações que combatem os avanços da indústria petroleira em outros territórios, aspecto que será desenvolvido no capítulo 2. Compreende-se que estão em jogo nas dinâmicas latino-americanas atuais distintos pontos de vista sobre os usos e apropriações do meio, configurando-se como um elemento constitutivo da conflitividade socioambiental. Desta forma, buscamos também dar visibilidade aos afetados em si envolvidos na constituição da Campanha, assim como suas respectivas lutas, verificando a formulação estratégica de enquadramentos que auxiliam na transnacionalização de suas demandas.

Já no capítulo 3, será apresentado de forma aprofundada as discussões que embasam teórica e conceitualmente as problematizações realizadas nesta dissertação. De antemão, apresentamos que a abordagem está baseada na literatura dos movimentos sociais e ação coletiva, especificamente na Teoria do Confronto Político (*Contentious Politics*), que surge visando uma desvinculação do estruturalismo vigente em busca de interpretações mais relacionais não somente para os movimentos sociais, mas para as diversas formas de contestação política (BRINGEL, 2011). Tal abordagem fornece base para a compreensão analítica das performances, mecanismos e repertórios construídos pelos atores engajados no contexto de confronto. Por fim, compreendemos que as mobilizações que contestam o extrativismo de petróleo e gás na América Latina provocam uma interação entre valores e práticas relacionados à mundos distintos em disputa e, assim, buscamos encerrar este trabalho com alguns apontamentos e uma breve discussão sobre a emergência de elementos inovadores para a análise do confronto político e conflitos ambientais na região. Identifica-se que um dos debates mais intensos ocorre justamente no Equador, que passa a apresentar inovações legais do ponto de vista socioambiental em sua própria Constituição, como a definição do Estado plurinacional, o reconhecimento dos Direitos da Natureza (*Pachamama*)

e a promoção do Estado de Bem Viver (*sumak kawsay*). Ademais, a construção da Iniciativa Yasuní-ITT propõe um novo debate forjado nas resistências de populações andinas e amazônicas.

1. NEOEXTRATIVISMO, CONFLITOS AMBIENTAIS E MOBILIZAÇÃO DOS AFETADOS NA AMÉRICA LATINA

A difusão de ideias relacionadas às questões anti-extrativistas, agroecológicas e em defesa dos povos originários, assim como a emergência dos conflitos ambientais na América Latina a partir dos anos 2000, está estreitamente ligada à expansão de um modelo de "desenvolvimento extrativista" (SVAMPA, 2012) que combina a superexploração dos recursos naturais com o alargamento de novas fronteiras territoriais. Milanez e Santos (2013) denominam de "neoextrativismo" este atual contexto político-econômico, trazendo de Gudynas (2009, 2012a) a definição do termo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. De acordo com Svampa (2012), ingressamos para um novo padrão de acumulação do capital baseado na exportação de bens primários em grande escala: o Consenso de *Commodities*, que significou a manutenção do sistema de exploração e exportação de matérias-primas, associados a grandes investimentos de capital e tecnologias dos recursos, resultando em impactos sociais e ambientais latentes, além do acirramento dos conflitos já existentes.

Este processo tem sido acompanhado pela implementação de grandes projetos e megaempreendimentos que, devido à sua mobilidade socioespacial em múltiplas localizações no mundo, constituem-se enquanto instituições emblemáticas e representativas do capitalismo global, promovendo apropriações de territórios e a redefinição das formas locais de ocupação do espaço. Isto significa dizer que, em grande parte, as áreas nas quais se instalam já estão ocupadas por populações que detêm concepções de natureza carregadas de sentidos, significações simbólicas e práticas de uso peculiares. Tal realidade implica, portanto, na subordinação de territórios pesqueiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, camponeses e pequenos distritos urbanos, todos transformados em "zonas de sacrifício", ou seja, espaços destinados à degradação em nome do progresso do país (ACSELRAD, 2010; LERNER, 2010). Pratica-se, assim, a lógica da "alternativa infernal" de Stengers e Pignarre (2005), isto é, um conjunto de situações que parecem não deixar outra possibilidade além da resignação dos atores sociais ou a realização de uma denúncia que pode soar impotente frente a guerra econômica em curso.

É certo afirmar, então, que os impactos desencadeados em torno desse processo de socioespacialização resultam em um tensionamento constante e crescente entre os agentes hegemônicos que atuam através da perpetuação das desigualdades intrínsecas ao projeto desenvolvimentista, e os agentes não-hegemônicos que buscam subverter o papel que lhes é imposto através dos problemas ambientais. De acordo com Martínez-Alier (2007, p. 353), "existe um choque de sistemas de valoração quando os discursos da justiça ambiental, dos direitos territoriais indígenas ou da segurança ambiental se desdobram em oposição à valoração monetária dos riscos e das cargas ambientais".

Considerando os elementos brevemente expostos, demonstra-se ser prudente reconhecer que os conflitos territoriais deflagrados entre as populações tradicionais e indígenas e os empreendimentos da indústria do petróleo e gás no estado do Espírito Santo enquadram-se no contexto político-econômico vinculado a uma conjuntura internacional que demanda processos de espoliação em nome da acumulação de *commodities*, que caracteriza a atual etapa do capitalismo. De modo geral, o neoextrativismo, como uma orientação de fundo dos países e governos latino-americanos, vem servindo para organizar a compreensão dos processos, desafios e lutas comuns na região, bem como na forma em que este se reflete nas mudanças da estrutura produtiva dos países e nos seus relativos conflitos sociais e ambientais. Milanez e Santos (2013) indicam que, na especificidade do contexto brasileiro, grande parte dessa mesma discussão integra o que vem sendo apontado como contradições do modelo "neodesenvolvimentista", definido como:

> Um modelo no qual um Estado forte, através de políticas nacionais de desenvolvimento "adequadas", deveria estimular o florescimento de um mercado forte e, junto com ele, promover o crescimento econômico necessário para reduzir a desigualdade social (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 133).

Este cenário atual é marcado por uma série de continuidades com os modelos anteriores, portanto, torna-se necessário identificar suas semelhanças e diferenças. Para tanto, um olhar atento aos territórios se faz de extrema importância, também no sentido de compreendermos um complexo cenário de lutas e resistência delineado de forma multiescalar – aqui, especificamente, aquela empreendida pela Campanha "Nem um poço a mais".

Isto posto, neste primeiro capítulo nos dedicaremos a uma investigação sistemática sobre a retórica desenvolvimentista adotada pelos países latino-americanos, fortemente baseada no modelo extrativo-exportador, progressiva desindustrialização e reprimarização das economias, e as conseguintes mobilizações em torno de um amplo leque de coletivos –

rurais ou urbanos – e modalidades de resistência em defesa do meio ambiente, dos recursos naturais, da biodiversidade, além da preservação de modos de vida e usos dos territórios tradicionais, indígenas e camponeses. A questão aqui posta trata-se, de forma mais específica, de "como" equacionar o debate crítico sobre o neoextrativismo com a agenda dos movimentos sociais na América Latina. Aliando tais campos, será possível visualizarmos como se constituem as "políticas do espaço", tal como proposto por Kirsch (2014), entre os atores locais e outras arenas não locais no processo de mobilização dos afetados por petróleo e gás na América Latina.

1.1 NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA: A NOVIDADE DE UM MODELO QUE NÃO É NOVIDADE

A colonialidade instaurada nos países da América Latina permitiu não só as primeiras fases do extrativismo, mas também suas transformações ao longo desses mais de quinhentos anos, tendo marcado fortemente a reorganização territorial, social, política e cultural das sociedades já existentes na região. A conjuntura na qual estamos inseridos, em pleno século XXI, é resultado desse processo, mas com configurações e características distintas, envolvendo um novo pacto entre os países desenvolvidos. Acosta (2011) afirma que, na prática, este extrativismo que assumiu diversas roupagens ao longo do tempo se forjou na exportação das matérias-primas indispensáveis para o desenvolvimento industrial e o bem-estar dos países do Norte Global. Assim, ele tem se configurado como um mecanismo de saque e apropriação colonial e neocolonial.

Em seus usos mais comuns, o termo "extrativismo" se refere àquelas atividades que removem volumosas quantidades de recursos naturais que não são processados (ou são, mas de forma limitada), sobretudo para exportação (GUDYNAS, 2012a, 2012b). Os exemplos mais difundidos consistem nas grandes exportações de minérios e petróleo, mas não se limita a isso – há também o extrativismo agrário, florestal e até pesqueiro. No entanto, conforme Gudynas (2015) expõe, em alguns países – especialmente no Brasil – o termo é aplicado para um tipo particular de conservação, sendo que o mais conhecido é a de "reservas extrativistas", referindo-se aos lugares onde só é permitida a extração ou colheita "sustentável" de recursos próprios daquele ecossistema.

O autor classifica diferentes "gerações" de extrativismos de acordo com o volume ou intensidade da remoção dos recursos, os usos tecnológicos e a quantidade de energia, água e matéria-prima consumidas no processo. Se a princípio baseavam-se sobretudo na mão de obra humana ou em equipamentos tecnológicos limitados, o autor afirma que atualmente prevalecem os extrativismos de terceira ou quarta geração:

> [...] correspondem, respectivamente, às práticas como a megamineração a céu aberto, os monocultivos e a fratura hidráulica (*fracking*) para forçar a obtenção de gás natural. São atividades com um grande desempenho tecnológico (em maquinário, uso de insumos químicos, transgênicos, etc.), removem grandes volumes, mas consomem cada vez mais energia e recursos e, portanto, os rendimentos são decrescentes (GUDYNAS, 2016, p. 26, tradução nossa).

As muitas etapas envolvidas nessas atividades contam com ações que vão desde a exploração, descoberta, extração, mas também as fases subsequentes como encerramento e abandono dos locais de propriedade, exportação e, em certos casos, processamento e reimportação.

A atual expansão dos setores extrativos no continente faz parte de um fenômeno que alguns economistas identificam como reprimarização da economia, caracterizada pela primazia da exportação de produtos com baixo insumo tecnológico agregado. Tal processo está assentado na guinada neoliberal promovida pelos governos latino-americanos durante a década de 1990 que, de acordo com Milanez e Santos (2013), propiciou uma rápida redução do Estado, a entrada de capital transnacional, a abertura comercial e privatizações de empresas públicas[7]. A exportação volta a ser vista como estratégia de desenvolvimento e, desta forma, "o período neoliberal levou a uma especialização da região na comercialização de produtos intensivos em recursos naturais, que permitiam a entrada de divisas necessárias à importação de bens intensivos em tecnologia" (SCHAPER; VÉRÈZ, 2001 *apud* MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 124). Firmou-se, assim, as bases para que o Estado assumisse um papel central, atuando em consonância com as grandes empresas transnacionais que dominam o mapa socioprodutivo nos setores mineral, petroleiro, pesqueiro, dentre outros. Além disso, a natureza permanece sendo vista como um "recurso" ou como um "capital" inesgotável.

[7] É justamente nesse período que importantes empresas estatais foram privatizadas, como é o caso da mineradora Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale.

Destaca-se que, a partir do início dos anos 2000, a América Latina realizou a passagem do Consenso de Washington[8], assentado na valorização financeira, para o Consenso de *Commodities*, baseado na exportação de bens primários em grande escala e sustentado pelo *boom* dos preços internacionais das matérias-primas e bens de consumo, o que ocorre muito em função da alta demanda a partir, principalmente, do mercado asiático (SVAMPA, 2012). Além disso, como apontam Leroy e Malerba (2010), são recorrentes as avaliações de agências internacionais como BID e BIRD de que os países da região devem investir na infraestrutura necessária para reduzir os custos e o tempo de transporte, dando margem ao surgimento de grandes iniciativas de integração regional. A exemplo da IIRSA[9], cujo objetivo é executar um conjunto de grandes obras de infraestrutura em todos os países da América do Sul, de modo que se garanta a exploração dos seus recursos e a livre circulação de mercadorias no menor espaço de tempo possível e por preços que os tornem atraentes para o mercado internacional.

É precisamente sob os mandatos do denominado "giro à esquerda" que ocorrem as medidas responsáveis por reafirmar a "vocação" da América Latina como provedora de matérias-primas, dando preferência a determinados setores econômicos quando assumem o dever de desenvolverem seus países. Enquanto alguns aspectos da política neoliberal foram mantidos, outros foram revistos, conformando o que viria a ser denominado de neoextrativismo. Desta forma, "o que se percebe é que o paradigma neoextrativista não é uma completa inovação institucional, mas sim uma combinação de aspectos historicamente enraizados na paisagem econômica e política latino-americana" (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 125).

Gudynas (2012a) destaca que uma das principais mudanças ocorridas sob estes governos foram as "nacionalizações" dos recursos, cujos exemplos mais reconhecidos são os do setor do petróleo e gás na Bolívia, Venezuela e Equador[10]. Se no extrativismo "clássico" havia disputa sobre a propriedade dos recursos naturais e das empresas que os processariam, o autor apresenta que no atual contexto:

[8] O Consenso de Washington é um reconhecido conjunto de grandes medidas formuladas no ano de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos EUA, visando ao desenvolvimento e a ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

[9] Integram a IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana): Brasil, Bolívia, Equador, Peru Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname (países pan-amazônicos), mais a Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. A iniciativa envolve a construção de hidrelétricas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, estradas, hidrovias, pontes, gasodutos, ferrovias, postos de fronteira e sistemas de comunicação (internet, TV digital, telefonia e outras).

[10] No Brasil, o petróleo foi nacionalizado ainda na década de 1950 com a criação da Petrobras, durante o governo de Getúlio Vargas.

> O neoextrativismo ultrapassa a propriedade dos recursos, estatais ou não, uma vez que acaba reproduzindo a estrutura e as regras operacionais dos processos produtivos capitalistas, focados na competitividade, eficiência, maximização da renda e a externalização dos impactos sociais e ambientais. O empresariado transnacional não desaparece, mas reaparece sob outras formas de associação, tais como a migração para contratos de serviços no setor petroleiro ou *joint-ventures* para comercialização (como acontece na Bolívia, por exemplo) (GUDYNAS, 2012a, p. 132/133, tradução nossa).

Nesse sentido, observa-se uma hibridização onde o Estado financia e estrutura o campo jurídico e político para que as empresas transnacionais atuem, enquanto ambos mantêm uma relação que se explicita muitas vezes através da constante penetração de agentes empresariais dentro do aparelho estatal (conselhos, ministérios ou pela via informal através de amizades ou lobby). Muitas vezes os governos buscam a legitimação do modelo econômico através da adoção de políticas públicas de redistribuição de parte da renda proveniente das atividades extrativas, da execução de planos de combate à pobreza e incentivos ao consumo[11]. Assim, a dita "ilusão desenvolvimentista", fortemente arraigada no imaginário latino-americano, parece estar associada à ação do Estado (produtor e relativamente regulador) e a uma bateria de políticas sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis da sociedade, cuja base é a renda proveniente das atividades extrativas.

De acordo com Verdum (2009), em alguns casos, os governos proveem grandes aportes financeiros ou incentivos economicamente sedutores, na forma de isenção de impostos, etc., o que facilita a instalação, modernização e expansão de empresas e conglomerados empresariais nos países. Um exemplo de tal imbricação público-privado seria "a participação de bancos públicos como o BNDES e o Banco do Brasil (BB) no financiamento e como acionistas de empresas e conglomerados empresariais que atuam nos setores de infraestrutura e extrativismo, tanto no Brasil quanto nos demais países da região sul-americana" (VERDUM, 2009, p. 4).

Acosta adverte que, diante deste contexto altamente transnacionalizado, ocorre um processo bastante complexo: a "desterritorialização" do Estado, no qual o mesmo "desconsidera (relativamente) os enclaves do petróleo ou da mineração, deixando, por exemplo, a atenção de demandas sociais nas mãos das empresas" (ACOSTA, 2011, p. 95,

[11] Um exemplo disso ocorreu no Brasil quando, no ano de 2013, a então presidenta Dilma Roussef sancionou a Lei dos Royalties do pré-sal, que obriga o Governo Federal, estados e municípios a aplicar esses recursos, obtidos como compensação ao Poder Público pela produção de petróleo, em duas áreas específicas: 75% para a educação e 25% para a saúde. Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: <www2.camara.leg.br>.

tradução nossa). Desta forma, o Estado tem atuado de forma conivente com os interesses empresariais em detrimento de sua responsabilidade social e, neste vazio, as empresas assumem alguns dos seus papéis, o que acaba por desenvolver uma relação perversa de dependência e desestruturação da organização social das comunidades locais, consolidando uma atmosfera de violência generalizada e pobreza crescente.

Verifica-se, por fim, que os países da América Latina seguem como espaço estratégico para a economia política mundial, importância que recai cada vez mais em seu potencial de fornecedora de recursos que se tornam mercadorias para os centros manufatureiros mais dinâmicos. Gudynas (2016) ainda aponta que, para além da diversidade de possibilidades de implementação do discurso neoextrativista, os novos projetos "avançam para zonas mais remotas, invadem áreas naturais como os bosques amazônicos ou ameaçam regiões que se dedicam à agricultura tradicional ou são territórios indígenas" (GUDYNAS, 2016, p. 27). Os efeitos desencadeados acarretam consequências nefastas em termos ambientais, sociais e territoriais que vão muito além da escala local onde se localizam os projetos, tendo em vista que os preços e demandas são determinadas globalmente, seguindo regras e estruturas de governança internacional.

A crítica à economia extrativa passa a alcançar posição de destaque no debate público e na compreensão dos processos e conflitos sociais, especialmente no âmbito dos movimentos populares e do discurso crítico. De modo geral, o "extrativismo" vem funcionando para delimitar o fenômeno que evidencia um horizonte em comum entre países latino-americanos, assim como para explicar a intensificação de inúmeras crises (ambiental, econômica, civilizatória, climática) que transcorrem ao nível global. Portanto, é a partir do marco geral do conceito de "neoextrativismo" que os fenômenos de reprimarização e o associado processo de desindustrialização vêm sendo pautados com teor mais crítico no debate público, apontando a formação de economias de enclave, dependentes da globalização, que geram poucos benefícios para as economias nacionais e não resultam na criação de empregos.

Ademais, é pertinente comentar que, atualmente, mesmo com uma significativa baixa dos preços internacionais das *commodities*, principalmente a partir do ano de 2011, os governos buscam compensar extraindo cada vez mais recursos. Wanderley (2017), ao analisar o setor da mineração, caracteriza como "pós-*boom*" o atual cenário de excesso de oferta no mercado internacional, aliada à retração do crescimento da demanda global e chinesa, em particular. Entretanto, a resposta do setor tem sido seguir ampliando o volume extraído, intensificando a produção e aumentando a produtividade. Consequentemente,

cresceram de forma considerável os riscos de desastres ambientais, conflitos e impactos socioambientais, inclusive os decorrentes de rompimentos de barragens de rejeitos, tal como a tragédia na bacia do rio Doce causada pela Samarco/Vale/BHP Billiton.

1.2 NOTAS SOBRE A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL

No caso específico do petróleo e gás, as atividades encontram-se em plena expansão, na contramão dos debates internacionais sobre os riscos ambientais do uso de combustíveis fósseis e a sua relação direta com os riscos climáticos, estando dentre as áreas prioritárias de investimentos do modelo de desenvolvimento brasileiro. O país tem se destacado como destino de maciços investimentos externos para exploração, extração, refino e transporte de petróleo e gás nos últimos anos. Tal contexto, sobretudo após o advento da descoberta da camada do pré-sal[12], anunciado pela Petrobras no ano de 2007, representa uma nova fronteira de exploração em um cenário global de esgotamento dos recursos. As estimativas iniciais de produção apontavam que em cerca de oito anos a produção brasileira dobraria, tornando o país autossuficiente e dotado de considerável saldo exportável.

Conforme Gonçalves (2013) assinala, a indústria petrolífera e petroquímica é marcadamente uma atividade energética cujas estruturas e formas de organização são bastante complexas, tendo em vista os conjuntos de práticas técnicas que são empregadas desde a fase de exploração das jazidas até a distribuição comercial, passando pela produção de hidrocarbonetos, escoamento e estocagem, bem como pelo tratamento e elaboração dos produtos finais. Além disso, são muitos os problemas decorrentes de tais atividades em função dos lentos, contínuos e prolongados lançamentos e disposições de resíduos nas águas e na atmosfera. Associa-se, ainda, diversos padrões de uso e ocupação do solo e das águas, tanto nas explorações realizadas em terra quanto nas plataformas continentais, refletindo o comportamento espacial da atividade[13]. Assim, pelas características intrinsicamente nocivas e

[12] Reservatórios saturados com óleo leve, posicionados abaixo de uma espessa camada de sal que compreende uma vasta área de cerca de 140 mil km^2, estendendo-se do litoral do Espírito Santo ao de Santa Catarina. Inclui as duas principais bacias petrolíferas do país: a de Campos e a de Santos.

[13] Apenas no que diz respeito à fase de exploração (prospecção), a atividade comporta uma considerável margem de incerteza quanto à determinação locacional precisa das jazidas. As sondagens de prospecção em terra podem demandar áreas da ordem de dezenas a centenas de km^2, enquanto as sondagens efetuadas no mar chegam a ocupar espaços da ordem de milhares de km^2. Soma-se ainda aos campos de produção dos hidrocarbonetos e o encaminhamento às unidades de refino e processamento de óleo e gás, caracteristicamente consumidoras de consideráveis porções de superfície e elevadas quantidades de recursos hídricos (GONÇALVES, 2013).

de proporções bastante expressivas, tal cadeia produtiva demonstra ser incompatível com uma série de padrões de uso e ocupação do solo, promovendo a expulsão de populações dos seus territórios, a inviabilização de seus modos de vida, além de causar danos graves na saúde de trabalhadores e moradores dos locais onde os empreendimentos se instalam.

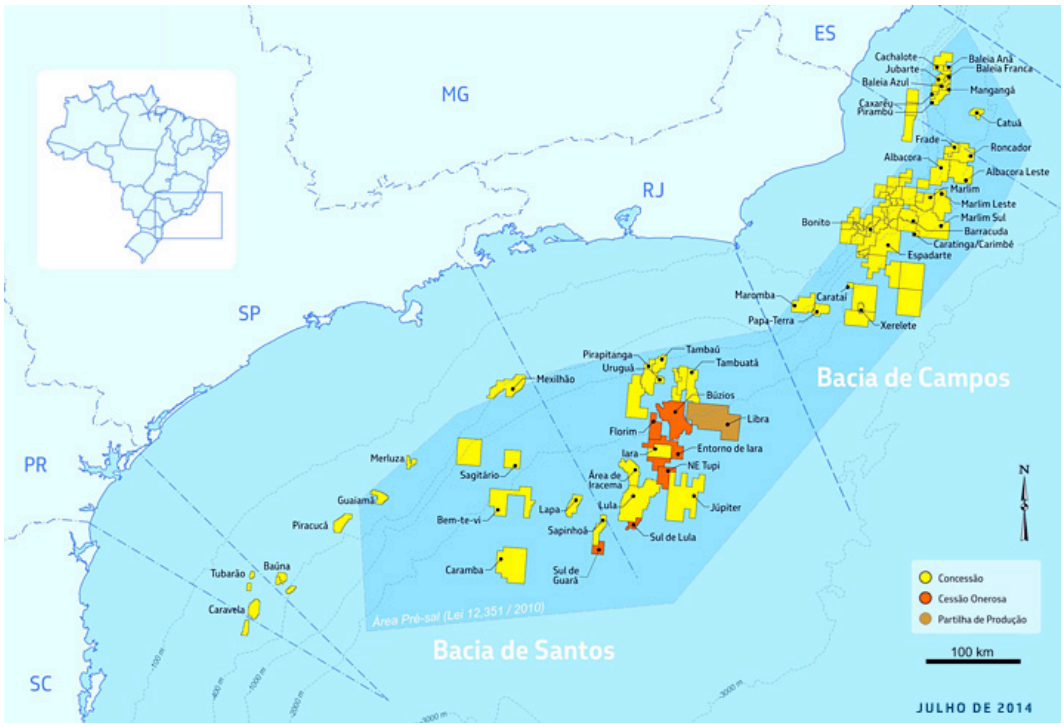

Figura 4: Mapa do pré-sal na costa brasileira.
Fonte: Petrobras.

Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2012) e do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP, 2012) indicam a importância da atividade para a economia nacional e no mercado internacional, com os seguintes levantamentos sobre as reservas, produção e consumo no ano de 2011: com 2,6% da produção mundial, o Brasil ocupa a 13ª colocação no ranking mundial de produtores de petróleo[14]; a 7ª posição no ranking de maiores consumidores de petróleo, consumindo 3% do total mundial; o 8º lugar em termos de refino, com 2,3% da capacidade mundial; e a 31ª colocação no ranking das maiores reservas de gás natural. Além disso, o país importou 2% menos de petróleo em relação ao ano de 2010, ao passo que a exportação cresceu significativamente, atingindo, em 2010, cerca de 27% da produção; e, em relação ao PIB do

[14] Isso representa um aumento de mais de 26% em relação ao ano de 2005. A previsão para 2020 é que a produção brasileira corresponda a 5% da produção mundial.

setor, este passou de pouco mais de R$ 50 bilhões em 1990 para cerca de R$ 440 bilhões em 2010[15].

De acordo com a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente (RDHMA)[16], produzida no ano de 2013, a Petrobras, sétima maior empresa mundial de energia, é responsável pela realização de maior parte das atividades relacionadas à cadeia produtiva do petróleo e gás no Brasil[17], embora não seja a única a atuar no país. Ao mesmo passo, por outro lado, destaca-se também como a principal empresa envolvida em denúncias de conflitos ambientais que ocorrem em torno do uso, acesso e apropriação do meio material e simbólico e pelas violações de direitos ambientais, compreendidos desde uma perspectiva de integralidade e de indivisibilidade dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhescas). Faustino destaca:

> Uma importante sinalização do objetivo governamental de tornar o Brasil uma potência petrolífera é o fato de que mudanças promovidas pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) possibilitaram a liberação, por parte do Ibama, de um volume recorde de licenças para o setor de petróleo e gás. [...] A Petrobras teve, ao todo, nove projetos autorizados pelo Ibama no ano de 2012, envolvendo etapas de teste, exploração, produção e transferência de petróleo e gás em águas profundas. No total, o Ibama forneceu licença ambiental para 148 empreendimentos da Petrobras até hoje. Outra sinalização é o papel do BNDES no incentivo à atividade. Além de ser acionista da empresa, desde 2009, o Banco forneceu, somente para a Petrobras, mais de R$ 67 bilhões em empréstimos (FAUSTINO *et. al.*, 2013, p. 31).

Revela-se importante, então, pontuar algumas características relevantes da Petrobras: a empresa possui capital aberto, cujo acionista majoritário é a União Federal[18]. Logo, envolve o Estado e agentes privados, constituindo-se como "uma empresa de economia mista formada por ações que são livremente negociadas sem necessidade de escrituração pública de propriedade" (FAUSTINO *et. al.*, 2013, p. 30). Por conseguinte, o Estado tem sido responsabilizado por uma série de irregularidades e violações de direitos que são

[15] A participação relativa do setor no PIB nacional passou de 3% em 1990 para 12% em 2010.
[16] A RDHMA integra as Relatorias em Direitos Humanos, uma iniciativa da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo como fundamento a Constituição Federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos e os tratados, convenções e mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos. O projeto foi implantado em 2002 pela Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil) e se institui como instrumento de ampliação da exigibilidade dos direitos humanos no Brasil.
[17] Em 2011, ela foi responsável por 91,7% do petróleo e 91% do gás natural produzido em todo o país (ANP, 2012 *apud* FAUSTINO et. al., 2013, p. 30).
[18] No ano de 2013, a União Federal dispunha de 50,03% das ações da Petrobras, enquanto o BNDES com duplo papel de acionista e negociados, dispunha de 10,01% das ações. Agentes privados, inclusive estrangeiros, dispunham de 37%.

característicos do processo de expansão da indústria do petróleo e gás no Brasil, visto que este constitui-se como o principal acionista da empresa, investindo recursos públicos nas suas iniciativas. Maia (2014) disserta que, assim, a Petrobras tem se conformado mais do que um agente econômico, mas como um importante agente político no sentido de que, na atual fase do capitalismo, as empresas e corporações têm se alçado à condição de sujeito das políticas de desenvolvimento nacionais.

Destaca-se que a importância da Petrobras não se deve exclusivamente ao seu poder econômico, mas, sobretudo, ao que representa no imaginário brasileiro, como afirmação e orgulho de um país que buscava um desenvolvimento nacional próprio, na transição de uma economia agrária para a economia industrial. Atualmente, no plano da sociedade civil brasileira, movimentos sociais rurais e sindicatos de trabalhadores urbanos engajaram-se na campanha nacional "O petróleo é nosso!", reformulando o famoso slogan dos anos 1940 e 1950, centrado na defesa do pré-sal como um recurso da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que propõe um debate transparente sobre a aplicação dos *royalties* (CALAZANS; MEIRELES, 2013). A título de exemplificação, trazemos o seguinte trecho de uma cartilha desenvolvida pelo Comitê da Campanha "Todo petróleo tem que ser nosso", editada no ano de 2015 sob a responsabilidade do Sindipetro-RJ:

> O Brasil recebeu a dádiva de ter em seu território enormes reservas petrolíferas e desenvolveu a competência para encontrá-las e efetivar a produção. Assim, chegamos à autossuficiência em petróleo e, com a descoberta do pré-sal, o nosso país alcançou o seleto grupo dos maiores produtores do mundo. [...] Mas o povo, que tomou as ruas nas décadas de 1940 e 1950, continua hoje sendo chamado a se posicionar. No passado, lutamos pelo petróleo brasileiro e conquistamos o controle pelo Estado brasileiro dessa riqueza, com a criação da Petrobras. Desde então, muita água rolou. Perdemos sucessivas batalhas para o capital internacional e hoje temos grande parte do nosso petróleo sob o controle privado. Mas, juntos, podemos mudar essa história! Podemos fazer do petróleo uma alavanca de transformação nacional, tanto através da necessária superação dos combustíveis fósseis para energias limpas, como para avançar em projetos emancipatórios na área de educação, saúde, moradia, mobilidade urbana e reforma agrária (CAMPANHA "TODO PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO", 2015, p. 6)

Portanto, é demonstrado que no plano macro o debate é realizado a partir de uma perspectiva unilateral, na qual o petróleo e seus derivados são vistos como recursos naturais estratégicos para o desenvolvimento econômico do país. Calazans e Meireles (2013) apontam que a divisão dos *royalties* do pré-sal afeta o velho pacto federativo brasileiro, ao passo em que estados e municípios – divididos entre "produtores" e "não produtores" – reivindicam sua

parte equivalente e mobilizam seus aparelhos e sociedade para a defesa de seus interesses na construção de um marco regulatório. Ainda:

> Financiando os atletas olímpicos, os clubes de futebol, os artistas cênicos e músicos, o carnaval, o discurso nacionalista da empresa estatal induz na sociedade civil uma expectativa ufanista de que, finalmente, o Estado do Bem Estar social se dará para a sociedade brasileira (CALAZANS; MEIRELES, 2013, p. 255).

Tal afirmação vai de encontro com a ideia desenvolvida por Svampa (2011) do "excedente como magia", ou seja, a crença desenvolvimentista de que, graças às oportunidades econômicas atuais, seria possível reduzir rapidamente a distância com os países industrializados e alcançar o desenvolvimento sempre prometido, mas nunca realizado para as sociedades latino-americanas. Acosta (2011) denomina de "paradoxo latino-americano" esta situação na qual, em nome da superação da pobreza, os governos impulsionam atividades extrativas cujos custos sociais e ambientais têm gerado exclusão e desigualdade. Outro elemento seria que essa lógica não é capaz de desmontar a posição primário-exportadora que o Brasil ocupa no mercado global.

Leroy (2005), no texto introdutório da publicação "Petrobras: ¿integración o explotación?"[19], explicita que tradicionalmente as empresas petroleiras que provocam os impactos às populações em seus territórios contam com a colaboração, silêncio, cumplicidade ou subordinação de autoridades locais e regionais através da distribuição de vantagens. Além disso, promovem ações pontuais de assistência e de compensação dos graves prejuízos causados aos grupos sociais locais e populações tradicionais, camponesas e indígenas, que são percebidas por planejadores estatais e privados como arcaicos, ultrapassados, destinados à inevitável extinção. Não raro, também ocorrem ações de cooptação de lideranças, manipulação de informações e pessoas, e a imposição de ações apresentadas como irreversíveis. Em suma, muitos são os relatos de práticas que buscam naturalizar a presença de empreendimentos como algo necessariamente positivo e, geralmente, o diálogo é inviabilizado e substituído, de forma direta ou sutil, pelos interesses dos empreendedores.

Para todo o contexto descrito, Calazans e Meireles (2013) dizem se tratar de uma "ficção petroleira" que pouco tem realizado questionamentos a respeito dos riscos e consequências de um aprofundamento da lógica petroleira na sociedade brasileira em um

[19] A publicação foi lançada pelo BSD (Projeto Brasil Sustentável e Democrático) em conjunto com a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), a partir da necessidade de que a sociedade brasileira colaborasse com os debates críticos sobre a presença da Petrobras no Parque Nacional Yasuní, no Equador.

cenário de crise climática e civilizatória. É possível concluir, por fim, que todo o movimento de abertura de novas fronteiras exploratórias e a intensificação do desenvolvimento do pré-sal não ocorre em terrenos vazios de vontades e interesses políticos. Para atrair os recursos, governos locais e nacionais têm, muitas vezes, retrocedido seus regulamentos de direitos a temas como trabalho, meio ambiente, território e direitos humanos; flexibilizado e promovido reformas em suas legislações; violado tratados internacionais; omitido e/ou negligenciado alguns efeitos negativos decorrentes das apropriações de suas fronteiras produtivas (MAIA, 2014). Importante comentar também que as grandes empresas extrativistas têm contribuído com a crescente criminalização de movimentos sociais, ativistas e ações de protesto social. Nesse sentido, opera uma combinação de esforços institucionais dos poderes legislativo, executivo e judiciário que fortalece o projeto modernizador e promove desterritorializações onde melhor convir, sem dar chances para que as pessoas possam participar de forma democrática no processo de tomada de decisão.

Concluímos, assim, que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro vai de acordo com a proposta de integração econômica latino-americana, a começar pela integração física sugerida pela IIRSA, em um contexto em que os meios (financeiros, jurídicos, etc.) pelos quais o Estado dispõe para orientar o desenvolvimento demonstram-se escassos ou são estritamente delimitados para que não desviem do caminho traçado pelo mercado global. Trata-se evidentemente de um aprofundamento do modelo extrativo-exportador, no qual as diversas territorialidades entram em conflito e constituem parte importante desta conflitividade socioambiental.

Especificamente sobre o Espírito Santo, o estado já acumula historicamente diversas zonas de sacrifício produzidas por uma sobreposição de impactos decorrentes das atividades fomentadas pelo conglomerado público-empresarial. Nesses espaços destinados à degradação, as comunidades locais convivem com portos, siderúrgicas, oleodutos, gasodutos, minerodutos, refinarias e todo o tipo de indústria de apoio às atividades extrativas de mineração, petróleo, gás e celulose (LOSEKANN; VERVLOET, 2016). Este processo passou por uma expressiva intensificação a partir da expansão da cadeia petrolífera para suprir a demanda do pré-sal, desencadeando uma necessidade de elaboração de projetos para ampliar a capacidade exportadora dos sistemas portuários, em resposta à crescente demanda. É precisamente neste cenário que se constitui a Campanha “Nem um poço a mais”, a partir da necessidade de consolidação de um ator coletivo que proporcionasse um espaço de convergência entre a pluralidade de lutas, identidades e bandeiras que se relacionam com os impactos sociais e ambientais das atividades. Antes, porém, de realizar uma análise mais

detalhada sobre a mobilização dos afetados, convém dedicar algumas palavras sobre o desenvolvimento e a indústria do petróleo e gás no estado.

1.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO

Desde o início da segunda metade do século XX, o Espírito Santo é *locus* de instalação de complexos portuários e industriais associados, principalmente, à transformação e exportação do minério de ferro e pasta de papel. É nesse período que, guiados pela cartilha do "Plano Nacional de Desenvolvimento" (PND)[20], grandes plantas industriais passam a ser implementadas no estado, tais como: a Companhia Siderúrgica de Tubarão (antiga CST, atual ArcelorMittal), a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale), a Samarco Mineração e a Aracruz Celulose (atual Fibria). Leonardo (2014) aponta que, para viabilizar a industrialização, o Governo Estadual em parceria com o Governo Federal investiu maciçamente em infraestrutura local para afastar possíveis entraves ao crescimento. Tratava-se de um projeto modernizador e de caráter conservador, fruto de uma articulação entre interesses regionais e nacionais, para um estado até então mergulhado em uma economia agrária, baseada principalmente na cafeicultura. Também nesse contexto, a Petrobras começa a explorar os primeiros poços terrestres e marítimos na região norte do estado[21].

De acordo com Izoton (2015), todo esse processo desenvolvimentista, por um lado, acentuou o caráter excludente e hierarquizante da sociedade capixaba – o que agravou o processo de insulamento da classe empresarial e política em relação ao restante da população – e, por outro lado, essas novas formas de ocupação do espaço forneceram (e ainda fornecem) fortes reveses para as populações locais que detinham uma relação privilegiada com o ambiente para a manutenção de seus modos de vida. Logo, delineia-se um terreno fértil para o projeto do capital.

---

[20] O Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) foi um plano econômico brasileiro instituído durante a ditadura militar, pelo governo Médici. O principal objetivo consistia em preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, com ênfase em setores como transporte e telecomunicações, além de prever investimentos em ciência e tecnologia e na expansão da indústria naval, siderúrgica e petroquímica. Fizeram parte do plano obras como a usina hidrelétrica de Itaipu, a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica.

[21] As primeiras ações da Petrobras em terras capixabas foram iniciadas no ano de 1957, com a chegada da equipe gravimétrica. Em 1959 ocorre a perfuração do primeiro poço terrestre no município de Conceição da Barra, norte do estado, enquanto a primeira ocorrência de petróleo só decorre no ano de 1967, em São Mateus. No entanto, o começo da exploração se dá apenas no ano de 1973, neste mesmo município (Fonte: http://antigo.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/petroleo_gas.aspx).

Um dos casos mais emblemáticos acerca da configuração desenvolvimentista no estado, e que demonstra ser importante evidenciar no presente trabalho, é a instalação da Aracruz Florestal S.A. (posteriormente Aracruz Celulose S.A. e atual Fibria) na região norte, município de Aracruz. Trata-se de uma empresa responsável pela produção de celulose de fibra curta – um produto semielaborado, destinado à exportação para outras indústrias de celulose, principalmente de países da Europa, que fabricam papel higiênico, fraldas e lenços de papel. Sobre este processo, há uma significativa bibliografia que busca evidenciar os impactos ambientais e as tensões decorrentes da disputa pelo território e pelos recursos naturais (CICCARONE, 2001; MARACCI, 2005 e 2008; SILVA; 2007; FERREIRA, 2007).

A implementação desse complexo industrial foi viabilizada por todo um arranjo político e institucional pró-indústria que se formou a partir do final dos anos 1960, no auge da ditadura militar. De acordo com Maracci:

> A apropriação e concentração da terra e das águas constituem a base deste empreendimento. A monocultura, o desmatamento da Mata Atlântica, o manejo do plantio, o desvio de rios e riachos, os distúrbios hídricos como secamento de riachos, mananciais, nascentes, assoreamentos e consequente diminuição das chuvas, o desequilíbrio das condições de vida das comunidades locais e a expulsão das terras, compõem hoje o quadro geográfico da área em questão (MARACCI, 2005, p. 8476).

A autora destaca que o Complexo Fabril da empresa encontra-se assentado sobre a aldeia Tupiniquim Macacos, assim como suas grandes extensões de plantios de eucaliptos substituíram grande parte da Mata Atlântica e ocupam de maneira irregular os territórios ancestrais dos povos Guarani e Tupiniquim, de quilombolas e camponeses, intensificando e aprofundando os conflitos territoriais no Espírito Santo e no Brasil. A insustentabilidade destas restrições desencadeou no estado um processo histórico de lutas territoriais conjuntas dos indígenas, bem como das comunidades quilombolas e camponesas (MARACCI, 2008). Tal panorama contou com uma forte atuação da denominada "Rede Alerta Contra o Deserto Verde", que reuniu lideranças das comunidades impactadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), bem como diversas outras organizações, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), incluindo ainda pesquisadores, religiosos, estudantes universitários e uma diversidade de ativistas. Conforme será desenvolvido na seção a seguir,

a “Rede Alerta” exerceu uma forte influência para a composição da Campanha “Nem um poço a mais” no estado, no sentido de que há um entrecruzamento de atores em comum em ambas as frentes de luta.

A partir deste conflito torna-se possível observar o caráter brutal com que chegam os empreendimentos no estado, como se houvesse apenas um grande “vazio demográfico” propício para os grandes projetos. De acordo com Moreira (2000), o Espírito Santo foi, historicamente, construído sob esse discurso, que esteve muito presente no vocabulário político entre as décadas de 1940-1970, época em que a dinâmica do expansionismo brasileiro recobrou fôlego:

> “Vazio demográfico” é, portanto, um *clichê* produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira, com profundas raízes na história nacional do século XX. Na maior parte das vezes, indica senão a completa ausência de traços humanos em dado território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa (MOREIRA, 2000, p. 144).

Para a autora, essa crença se relaciona com a dinâmica da ideologia colonialista europeia que minimizou, ou até mesmo desconsiderou a presença de indígenas nos territórios de suas fronteiras coloniais. Portanto, tal entendimento faz com que toda a região ocupada por agricultores familiares, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros, se tornasse um espaço atrativo para os grandes investimentos.

Destaca-se que, oficialmente, a exploração de petróleo no estado começou apenas na década de 1970. No entanto, tomando como base as informações fornecidas por moradores mais antigos da região de Regência Augusta, Degredo e Povoação, vilarejos localizados na região da foz do rio Doce, no município de Linhares, as primeiras ações da Petrobras (e suas associadas) foram iniciadas ainda em meados da década 1950, com a chegada das primeiras equipes responsáveis pelo trabalho de sondagem para a verificação de petróleo na região. De forma concomitante, ocorreu a chegada de fazendeiros que iniciaram o intenso desmatamento da vegetação nativa com vistas, principalmente, à retirada ilegal de madeira e implantação de pastagens. Soma-se, ainda, o crescente fluxo de trabalhadores vindos de outras regiões e, quando havia oferta de trabalho para os moradores locais, se dava através de empresas terceirizadas que forneciam pouco ou nenhum benefício, além das funções serem geralmente como mão-de-obra mais pesada[22]. Esses tipos de relatos são ainda bastante frequentes no

[22] Anotações de caderno de campo.

contexto atual e, associando-se aos demais processos de avanço industrial, revelam que há uma sobreposição de impactos sobre as comunidades.

Atualmente, em coerência com a lógica contemporânea de expansão e reprodução do capital baseado em uma economia extrativa, o estado do Espírito Santo vem ampliando a sua inserção no mercado internacional de *commodities*. No documento intitulado "Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento"[23], elaborado no ano de 2006, foi estabelecida uma relação favorável entre a ideia de crescimento econômico e as atividades decorrentes das indústrias extrativas, tendo em vista o amplo fomento a projetos centrados nas indústrias de base (ferro, aço, minérios, celulose, pré-sal) e de infraestrutura (construção e ampliação de ferrovias, estradas e portos). Ademais, busca-se atrelar a importância da intensiva industrialização e produção de *commodities* a um discurso de capacidade de geração de empregos, erradicação da pobreza e crescimento econômico que as atividades supostamente proporcionarão. Importante mencionar que no ano de 2013, já no governo de Renato Casagrande, o plano de metas foi atualizado para acompanhar as mudanças do cenário e passa a concentrar um foco maior no setor de petróleo, gás e energia[24].

Desde os anos 1990, e de forma mais acentuada nos anos 2000, há um forte avanço dos megaprojetos logísticos e portuários e/ou novos terminais dedicados à exploração e apoio à cadeia petrolífera e petroquímica, muito em função da descoberta do pré-sal e dos preços do "ouro negro" que subiram 482% entre dezembro de 2000 e janeiro de 2013 no mercado internacional (ZANOTELLI, 2015). Essa cadeia produtiva se apoia em uma malha de infraestrutura de plataformas, navios, estaleiros, embarcações de apoio, gasodutos e oleodutos, unidades de processamento, unidades de ajuste, unidades e estações de tratamento, estações de compressão, edifícios administrativos, fábricas de dutos, unidades de pesquisa nas instituições de ensino técnico e superior financiados pela Petrobras, entre outros (CALAZANS; MEIRELES, 2013).

Em 2013, o Espírito Santo já figurava como segundo maior produtor de petróleo e gás natural no país, representando cerca de 15% da produção nacional, com volumes diários de mais de 300 mil barris por dia de petróleo (desse total, 15 mil barris são extraídos em terra) e

[23] O documento, também conhecido como "ES 2025", foi elaborado durante a gestão do Governador Paulo Hartung no ano de 2006, através da Secretaria de Economia e Planejamento, em parceria com o conjunto de empresas consorciadas na ONG Espírito Santo em Ação e contou com o patrocínio e apoio da Petrobras. Apresenta um plano estratégico de longo prazo para o desenvolvimento do estado. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202025/Plano%20de%20Desenvolvimento%20ES%202025.pdf.

[24] Fonte: "Espírito Santo 2030: Plano de Desenvolvimento". Disponível em: http://revistagreenpeace.org/wp-content/uploads/2015/02/35d0bee6b73774794b0e288e90d72299.pdf.

quase 100 milhões de metros cúbicos de gás. Nesse mesmo ano, a ANP realizou o 11º leilão de concessão de áreas para exploração e produção, ofertando o total de seis blocos terrestres e seis marítimos no estado. A Petrobras adquiriu participação em todos eles. Além disso, nas áreas já concedidas à empresa, a perspectiva de crescimento girava em torno de 30% na produção de óleo e gás, tanto em terra quanto no mar. Tais informações são encontradas na cartilha atualizada "Espírito Santo 2030: Plano de Desenvolvimento" que, em texto introdutório redigido pelo Gerente-Geral da Petrobras no estado, o mesmo declara como condição para o atual crescimento a parceria entre empresas e "a cadeia de fornecimento de bens e serviços, com a implementação de novas tecnologias e treinamento e aperfeiçoamento dos trabalhadores para viabilizar projetos e operações contemplando ganhos de produtividade"[25].

Portanto, considera-se que, principalmente a partir do ano de 2007, quando a Petrobras comunica oficialmente a descoberta de reservatórios saturados de óleo leve posicionados abaixo de uma espessa camada de sal situada há 5 mil metros da superfície do mar, houve uma intensificação na abertura de novos nichos de investimentos no estado, ao mesmo tempo em que retroalimenta a expansão das cadeias extrativas e complexos industriais já instalados desde o seu primeiro *boom* desenvolvimentista. Esse marco representa a inauguração de um novo período caracterizado pelo fortalecimento do setor de energia, que parece corroborar a vocação do Espírito Santo (e de toda a América Latina) para a produção de produtos primários.

Se no período anterior os vultuosos investimentos concentravam-se na região central do estado, sobretudo na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) – na qual fazem parte os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Fundão e Guarapari –, atualmente, eles têm se destinado também para a região sul (sobretudo em Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy) e região norte (com destaque para os municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra) (ZANOTELLI, 2015). Logo, chama a atenção que toda a porção litorânea do Espírito Santo tem apresentado uma proliferação de terminais portuários-industriais, indicando uma inserção subordinada à economia nacional e mundial por meio das atividades dos grandes empreendimentos nacionais e transnacionais aqui instalados – em particular, a Petrobras.

[25] Fonte: "Espírito Santo 2030: Plano de Desenvolvimento". Disponível em: http://revistagreenpeace.org/wp-content/uploads/2015/02/35d0bee6b73774794b0e288e90d72299.pdf.

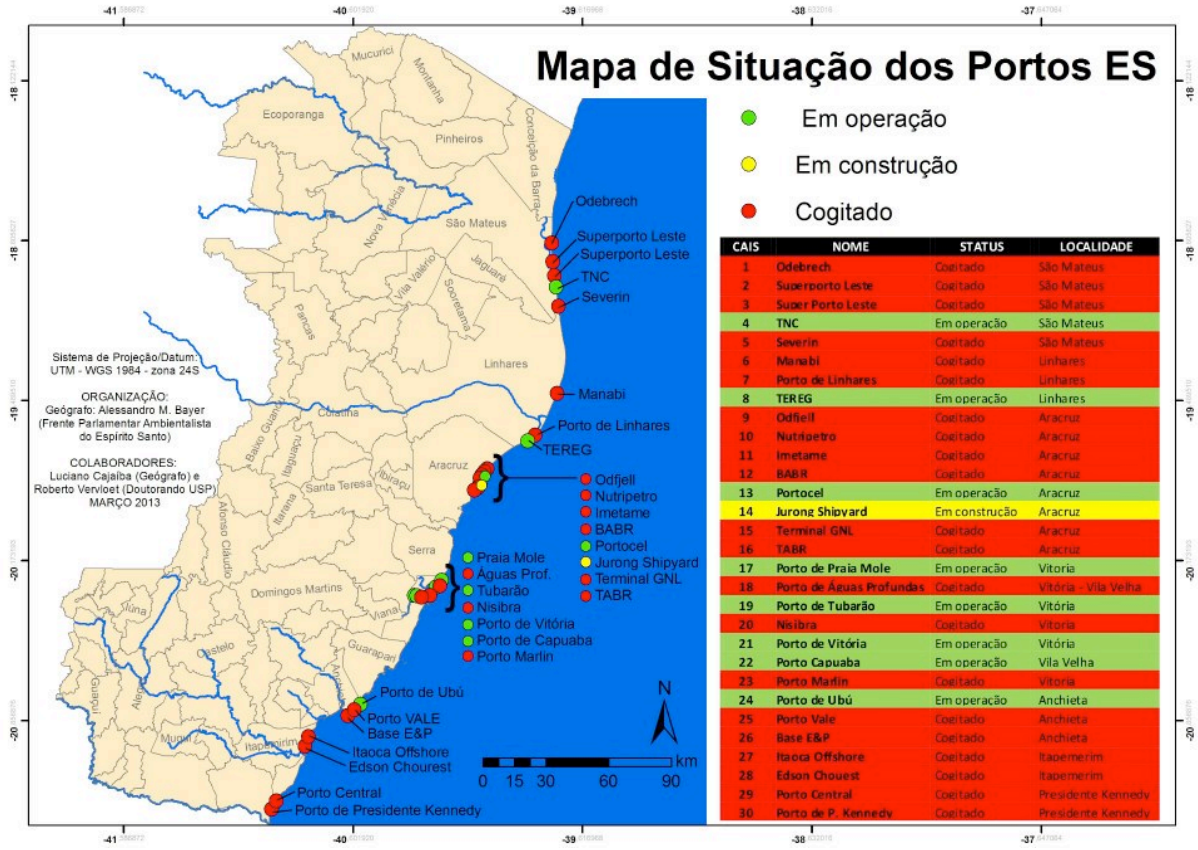

Figura 5: Mapa elaborado em 2013, indicando a situação dos megaprojetos previstos para a costa do Espírito Santo.
Fonte: Frente Parlamentar Ambientalista do Espírito Santo.

Ainda, trazemos o seguinte levantamento realizado por Calazans e Meireles (2013), com empreendimentos previstos para o estado (alguns já implementados):

> Terminal de GNL e C5T, terminal privativo de uso misto no Porto de Barra do Riacho/Aracruz, para escoamento de gás natural liquefeito (GNL) e gasolina natural (C5T), para exportar o gás tratado em Cacimbas, Linhares; Porto de suprimentos de serviços para plataformas no estado, em Ubu/Anchieta (investimento de R$800 milhões); UTG Sul, a Unidade de Tratamento de Gás Natural faz parte dos projetos fase II do Campo Jubarte; UTG Cacimbas; 9 termelétricas (5 movidas a gás natural liquefeito [GNL] e 4 a óleo combustível), com potência total de 2000 MW; 7 plataformas marítimas de produção (3 no Parque das Baleias, 3 em Golfinhos e 1 no bloco BC-10); Complexo Gás-Químico Unidade de Fertilizantes Nitrogenados – IV (UFN-IV), em Linhares – para a Petrobras produzir 665 mil toneladas por ano de ureia integrada à produção de 684 mil toneladas por ano de metanol, 200 mil toneladas por ano de ácido acético, 25 mil toneladas ácido fórmico, além de 30 mil toneladas por ano de melamina; Estaleiro Jurong Aracruz, destinado à construção de sondas de perfuração, plataformas de exploração e de produção e ao reparo naval (CALAZANS; MEIRELES, 2013, p. 257).

Todos esses empreendimentos passam a se tornar viáveis apoiados por investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de empresas como Petrobras, StatOil, Shell, Total, Chevron e Jurong. Portanto, o capital privado é responsável pela implementação dos novos projetos industriais, majoritariamente compostos por grandes corporações transnacionais, mas o Estado continua tendo um papel fundamental para a implantação e manutenção no sentido de oferecer grandes incentivos fiscais e territoriais. Assim, o setor petroleiro se fortalece no estado a passos largos em complexas operações financeiras numa articulação nacional, estadual e municipal, enquanto seguem os interesses na exploração em terra e *offshore* com a realização de pesquisas sísmicas, perfuração de novos poços, instalação de dutos, terminais de óleo e gás, construção de novos terminais portuários e estaleiros navais.

No entanto, todo esse intensivo avanço das atividades decorrentes da cadeia produtiva do petróleo e gás no Espírito Santo não se dá livre de contestação, conforme verificaremos na seção a seguir.

1.4 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DOS AFETADOS POR PETRÓLEO E GÁS

Em coerência com toda a discussão desenvolvida até o momento, podemos afirmar que o avanço das atividades extrativas requerem a imposição de novas territorialidades sob a forma de acordos minerais, blocos de exploração de petróleo ou permissões para a expansão de fronteiras agrícolas sobre áreas naturais. As desregulações desencadeadas por políticas características do momento neoextrativista têm viabilizado a diminuição dos custos de desterritorialização e, de forma cada vez mais acentuada, atribuído ao mecanismo da "chantagem locacional" (ACSELRAD; BEZERRA, 2010) um papel decisório nesses processos. Significa dizer que, neste cenário marcado pela redução do Estado no suprimento de serviços públicos e devido ao peso das agências internacionais que passam a preencher essa lacuna, os estados, distritos e unidades administrativas que desejam o crescimento econômico regional passam a travar verdadeiras batalhas entre si para receber os grandes projetos. São precisamente nesses espaços onde se evidenciam a convergência de dinâmicas econômicas complexas e de infraestrutura que envolvem megaempresas e consórcios de grupos empresariais transnacionais, com tecnologias sofisticadas da produção à circulação de mercadorias.

Diante do cenário que se configurou a partir do anúncio da Petrobras sobre a descoberta do pré-sal, observou-se a ofensiva permanente de um fortíssimo lobby de empreiteiras em favor da flexibilização das normas de licenciamento ambiental, excluindo, desta forma, a voz daqueles que são os maiores afetados por esta questão. Este marco nacional utiliza vozes especializadas e agências técnico-científicas públicas que certificam o modelo extrativo, implicando na legitimidade das instituições e das empresas, e a desqualificação de qualquer iniciativa que não se enquadre no projeto de desenvolvimento. Portanto, evidencia-se um cenário altamente conflituoso caracterizado por situações de interlocução assimétrica, nas quais se expressam diferentes concepções sobre o território, a natureza e o ambiente, assim como se estabelecem disputas acerca do que se compreende por desenvolvimento e, de maneira geral, por democracia. Tal afirmação vai de encontro à definição de conflitos ambientais proposta por Acselrad (2004, p. 26), como aqueles que envolvem "grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos".

No entanto, compreendemos que o território, como propõe Escobar, é um lugar pleno de cultura e resistência:

> O espaço – ao mesmo tempo biofísico e epistêmico – onde a vida é promulgada de acordo com uma ontologia particular, onde a vida se torna "mundo". Nas ontologias racionais, humanos e não-humanos (o orgânico, o não-orgânico e o sobrenatural ou o espiritual) formam parte integral desses mundos em suas múltiplas interrelações [...]. Os territórios não são estáticos, assim como não são os mundos, e nunca foram (ESCOBAR, 2015, p. 98, tradução nossa).

Em suma, um dos principais problemas acarretados pelo neoextrativismo diz respeito à incapacidade do modelo de coexistir com outras formas de vida. Trata-se de uma perspectiva homogeneizadora que se sobrepõe às diversas formas de trabalhar, produzir riquezas e viver que estão presentes nos territórios, e que não cabem dentro da exploração para exportação de recursos naturais. Apresentadas como medidas para desenvolver o país, é naturalizada a ideia de que atividades como a mineração ou a extração de petróleo e gás devem se sobrepor às populações tradicionais e à conservação da natureza. Os seus efeitos demonstram ser predadores e destruidores da natureza, assim como agudizam os problemas de desigualdade social. Como afirmam Zhouri e Oliveira:

> Um dos desafios da pluralidade cultural e para a democracia seria a contemplação dessas várias realizações e experiências dos lugares. Isso remete ao poder das pessoas optarem por permanecer no lugar, ressignificando-o e transformando-o continuamente, como atestam várias lutas sociais hoje, como a luta contra o avanço das barragens, das monoculturas do agrodiesel, enfim, as formas industriais de ocupação do espaço para o capital, mercadoria a ser incorporada nos fluxos globais em detrimento dos sentidos diversos dos lugares (ZHOURI & OLIVEIRA, 2010, p. 444).

Toda a argumentação e contextualização realizada até o momento foi construída de forma que se fornecesse ao leitor o cenário preciso no qual é iniciada a elaboração de uma frente antipetroleira no Espírito Santo. Conforme evidenciaremos empiricamente, o avanço neoextrativista não se dá livre de contestação, tendo em vista a eclosão de práticas de resistência por toda a América Latina, caracterizadas pelo envolvimento de uma pluralidade de atores (ONGs, movimentos sociais, grupos de afetados, agricultores, associações locais, coletivos culturais, universidade, ativistas, entre outros), inspirados em uma necessidade de desenvolver estratégias globais para as comunidades afetadas e, ao mesmo tempo, apoiar processos de resistências locais daquelas que não querem ver os seus territórios sofrerem os impactos, além de combinarem múltiplas formas de ação (direta ou institucional). Convém destacar que a adoção de chaves explicativas mais abrangentes como "extrativismo", "neoextrativismo" e "grandes projetos", assim como a extrapolação do aspecto estritamente local das lutas latino-americanas, constituem-se como um processo novo (LOSEKANN, 2016).

Nesse contexto, no ano de 2012, integrantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, quilombolas, trabalhadores terceirizados, moradores das áreas de risco, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores, estudantes, ciclistas e artistas, reuniram-se no "I Encontro de Afetados pela Indústria do Petróleo e Gás". O encontro foi realizado na comunidade de Palhal, município de Linhares, região norte do Espírito Santo, conformando o que viria a ser um primeiro passo para a organização desses diversos atores em um espaço de convergência. Inicialmente, a frente organiza-se no formato de "Fórum dos Afetados por Petróleo e Gás", com o intuito de iniciar um debate coletivo crítico que busque um outro sentido de progresso, levando em conta a narrativa dos próprios afetados e de entidades ou indivíduos que levantam questionamentos sobre o modelo extrativo-exportador em curso. Tais informações estão presentes no documento redigido ao

final do encontro, a "Carta de Linhares"[26], que traz uma lista de problemas inicialmente verificados que impactam tanto as populações que convivem de forma direta com os empreendimentos, quanto a sociedade como um todo.



Figura 6: I Encontro dos Afetados por Petróleo e Gás no Espírito Santo. Palhal, Linhares/ES (2012).
Fonte: Acervo da campanha "Nem um poço a mais".

Faz-se notar que a escolha do local do encontro não se dá a toa. Em Linhares, município localizado na costa norte do estado e integrante da microrregião do rio Doce, está situada, dentre os diversos empreendimentos, a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), uma das maiores unidades do país. Ademais, naquele momento, a comunidade de Palhal havia sido informada sobre a necessidade de desocupação de, ao menos, 25 famílias para a instalação de uma fábrica de fertilizantes – parte do complexo petroquímico UFN-IV. Destaca-se na economia atual do município a atividade de exploração das jazidas de gás natural localizadas, principalmente, na região costeira do baixo rio Doce, caracterizada, segundo Leonardo:

> [...] pela presença de pequenas unidades de produção – onde predominam o trabalho e a gestão familiar mesclando, muitas vezes, as atividades da lavoura e da pesca. Estas atividades empregam sistemas produtivos que

[26] Disponível em: https://areaslivresdepetroleo.wordpress.com/2012/04/30/abril-de-2012-encontro-reune-ativistas-criticos-a-expansao-do-petroleo-e-gas-no-es/.

> dependem de quase tudo da natureza, uma vez que a produção – que é ajustada a disponibilidade de recursos naturais – utiliza-se de técnicas baseadas no conhecimento que estes grupos desenvolvem no convívio com a natureza. Assim, compreendemos que estas comunidades possuem em comum a organização baseada em laços de parentescos, culturais e de pertencimento ao território, que têm sido desrespeitadas diante do processo de modernização recente que o município de Linhares vem apresentado (LEONARDO, 2014, p. 39).

Porém, antes de seguirmos discorrendo sobre a mobilização, a formação do enquadramento de "afetados" merece uma atenção a mais devido a importância que constitui no processo.

1.4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENQUADRAMENTO "AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS"

Muitas análises já foram produzidas sobre os grupos sociais que sofrem os impactos de diferentes projetos relacionados às políticas de desenvolvimento em diversos momentos da história brasileira. Dentre elas, destacam-se as de Vainer (2008) sobre o surgimento e evolução do conceito de "atingidos", relacionado às legislações ambientais ligadas ao licenciamento ambiental a partir da década de 1980. O autor discorre:

> Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de disputa (VAINER, 2008, p. 40).

De forma geral, o atingido era o ator social localizado no território que precisava ser desapropriado para a realização de um empreendimento. Vainer ainda destaca que o impasse era tratado como circunscrito à questão da propriedade da terra e em uma perspectiva indenizatória. Tal concepção não pensa o atingido como removido de sua rede de segurança econômica, social, cultural, ou de suas relações de vizinhança, dos espaços muito mais que físicos, afetivos. Pelo contrário, a definição nasce, antes, de um cálculo do custo-benefício da obra em que os custos com compensações não podem ultrapassar os ganhos econômicos gerados com a implementação do projeto. Além disso, no meio rural pode ser comum que

não se tenha a escrituração ou titulação das terras e, desta forma, outros modos de vida e visões de mundo não são considerados. Reduz-se, portanto, a complexidade da realidade social e restringem-se os direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais dos grupos à mera compensação pela perda do direito à propriedade.

Zhouri e Valencio (2014, p. 134) tecem críticas à essa perspectiva com viés estritamente econômico, alertando que "as categorias administrativas de "impacto" e "atingido" operam no sentido de uma estandardização dos sujeitos e dos territórios, processo que contribui para perpetuar desigualdades históricas no país". Ao mesmo passo, Losekann (2016, p. 135) aponta que, atualmente, no contexto latino-americano, "estão incluídos os tradicionais atores mobilizados pelos impactos de hidrelétricas, mas também aqueles que estão envolvidos em conflitos com atividades de extração de *commodities* minerais e grãos". Isso ocorre muito em função de uma ampliação dos sentidos dos "afetados" – é preciso um olhar que vá para além do território em disputa, conectando a conjuntura macroeconômica ao avanço das atividades que causam impactos permanentes nas comunidades. Tal perspectiva nos fornece "uma visão da contestação enquanto algo maior do que o conflito específico entre uma comunidade e uma empresa. Trata-se de um mundo inteiro (um modo de viver) que está em jogo" (LOSEKANN, 2016, p. 136). Este é um elemento central no presente trabalho e justifica a contextualização dos impactos como consequências de um modelo macroeconômico neoextrativista, comum em diversos países da América Latina.

Tal perspectiva também vai ao encontro da proposta de Stengers e Pignarre (2005 *apud* ACSELRAD, 2014), ou seja, ao focarmos nos aspectos locais do problema, podemos visualizar essa capacidade dos atores de seguir adiante e criar dimensões que necessitam de contextualizações para escapar da persuasão de uma "alternativa infernal". Mas, por outro lado, eles podem se julgar paralisados e resignarem-se diante de certas situações: "a denúncia é impotente, pois a situação não oferece espera e a conclusão sempre retorna à mesma questão: trata-se de todo um "sistema" que precisa ser destruído" (STENGERS; PIGNARRE, 2005, p. 24, tradução nossa). Assim, podemos concluir que o enquadramento de "afetados" requer que estes atores estejam cientes da problemática enfrentada e é no processo de mobilização que ele se constitui.

Tendo isso em vista, para compreendermos esse tipo de ação coletiva desempenhada pelos "afetados por petróleo e gás" que, ao mesmo tempo que está muito enraizada no território, atua em redes transnacionais em busca de um redimensionamento da condição territorial como uma luta política que conecta distintos territórios, utilizamos a seguinte elaboração desenvolvida por Losekann, caracterizando os afetados em três posições distintas:

> A primeira seria a dos **afetados em si**, que são os pescadores, as populações em geral e os campesinos, que não necessariamente se percebem enquanto afetados, mas sim pelo olhar de outro. Nessa categoria inclui-se o próprio ambiente natural, a fauna, a flora, as águas e as diversas formas de vida que são impactadas por esses grandes empreendimentos.
> Podemos identificar a segunda posição como **afetados mobilizados**, em que encontramos os próprios sujeitos dos territórios impactados, mas que já são conscientes e mobilizados em torno dessa situação. Nesse caso, enquadram-se potencialmente também as associações e as colônias de pescadores, associações de moradores, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) etc.
> A terceira categoria seria a dos **mobilizadores dos afetados**, caracterizado por aqueles atores que não estão sofrendo as consequências diretas dos empreendimentos, mas que percebem a situação do afetado no outro e mobilizam-se por e com ele. Aqui entram as ONGs, os movimentos sociais, a universidade e outros atores da sociedade civil. Podem também ocupar a posição de "mobilizadores" certos órgãos ambientais e certos atores do Estado (LOSEKANN, 2016, p. 136).

Dentro do contexto que estamos interessados, é necessário destacar um importante "mobilizador dos afetados" que, hoje, atua como uma das principais articuladoras da Campanha "Nem um poço a mais", alçando a mobilização para o espaço transnacional. A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1961. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo, possuindo um longo histórico de trabalho colaborativo com aliados no exterior em questões relacionadas ao desenvolvimento, direitos humanos, pobreza e democratização de organizações internacionais[27]. Atualmente, suas ações se dão a nível local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando combater políticas de caráter neoliberal[28]. Além disso, no campo da promoção de princípios e da produção de conhecimento, realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades.

No Espírito Santo, a ONG se instala no ano de 1971[29]. No entanto, nosso recorte se dá no final da década de 1990, quando ela passa a atuar junto a diferentes povos tradicionais, tendo como prioridade o fortalecimento de suas organizações representativas que buscavam a defesa e proteção de seus direitos e territórios ameaçados ou violados pelos grandes projetos

[27] Disponível em: https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/.
[28] A ONG conta com uma sede Nacional, no Rio de Janeiro, e com outros seis programas regionais: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso e Amazônia.
[29] Até a década de 1990, a ONG possuía um trabalho voltado ao apoio de movimentos de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais no país.

industriais que determinam o sentido mais geral das políticas de desenvolvimento regional, bem como suas zonas de sacrifício[30]. Sobre esse histórico, o coordenador da FASE/ES declara:

> Então nós começamos num projeto com carvoeiros que era, assim, o braço mais frágil do elo da grande cadeia da celulose, onde a situação de violação de direitos era mais grave. Então fizemos vários artigos, audiências públicas na Assembleia Legislativa... [...] Fomos em doze carvoarias e levantamos as condições de trabalho nessas carvoarias. E uma coisa chocante era a quantidade de crianças. Eu lembro que em doze carvoarias, aqui só no norte do estado, de Linhares pra cima, a gente conseguiu 82 crianças [que] trabalhavam em carvoarias que recebiam resíduos de eucalipto da Aracruz e também da Bahia Sul. Aí, bem, fizemos várias denúncias, ficamos uns dois anos ou três trabalhando nisso, e conseguimos de alguma forma fazer com que essas carvoarias, é... muitas delas fossem fechadas e os "gatos" – os seus gerentes – responsabilizados. E a própria Aracruz [Celulose S.A.] também era responsabilizada, pois, afinal, era ela quem cedia a matéria-prima do carvão aqui, que era o eucalipto. E com isso houve uma maré de multas, o Ministério Público atuou, o Ministério Público do Trabalho, porque o trabalho infantil foi denunciado em vários lugares e fora daqui. Foi muito importante esse período (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em maio de 2016).

Nesse momento, estava deflagrado no estado o conflito latente (apresentado na seção 1.2.1) no qual encontrava-se, de um lado, um grande projeto industrial (Aracruz Celulose S.A.) expropriando e monopolizando terras e águas e, de outro lado, os povos Guarani e Tupiniquim, pescadores, quilombolas, camponeses e outras populações locais que tem pelas águas, pelas terras e pelas matas não somente uma relação com um meio produtivo, mas fundamentalmente uma relação de base da reprodução da vida, da cultura, da história, conforme indica o trecho a seguir:

> Bem, esse projeto do carvão tinha por principal inimiga a Aracruz [Celulose S.A.] aqui no estado. Mas tinham outros grupos também em conflito com a Aracruz. Tinha os indígenas, os Guaranis e Tupiniquins, tinham setores aqui do norte que a gente não entendia bem exatamente o que era, mas anos depois a gente veio a descobrir que eram os quilombolas, tinham trabalhadores de perto da fábrica, moradores de Barra do Riacho... A gente foi descobrindo um universo de impactos, de outros grupos que também eram afetados pela monocultura do eucalipto e pela fábrica de celulose (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em maio de 2016).

[30] Disponível em: https://fase.org.br/pt/onde-atuamos/espirito-santo/.

A gravidade dos impactos causados pelas atividades da empresa desencadeou uma diversidade de ações de enfrentamento e denúncias por diversos atores e por diferentes canais. Assim, reunindo lideranças quilombolas, índios guaranis, tupiniquins e pataxós, geraizeiros, MST, MPA, pescadores, trabalhadores dos plantios, sindicatos de trabalhadores rurais, além de bispos católicos e pastores luteranos, ONGs, acadêmicos, cientistas, vereadores, deputados, cidadãos e diversas entidades, consolida-se a "Rede Alerta Contra o Deserto Verde", de forma mais articulada, a partir do ano de 1998 (MARACCI, 2005). Segundo Maracci:

> A Rede Alerta entende que não é suficiente buscar saídas temporárias dentro do modelo atual de desenvolvimento. Propõe mudar drasticamente os rumos deste modelo que gira em torno da acumulação financeira e do consumo ilimitado, e construir uma outra lógica de desenvolvimento onde o ser humano seja concebido na sua totalidade. Propõe alterar a forma de utilização dos recursos naturais do planeta. Conscientes da insustentabilidade do presente modelo, movimentos e comunidades que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde discutem e desenvolvem experiências novas no campo da produção, valorizando a biodiversidade e os saberes locais, construindo assim uma outra relação com o ambiente (MARACCI, 2005, p. 8486).

Verifica-se, portanto, que a rede já se mobilizava com um discurso marcadamente anti-extrativista, em busca da valorização das outras formas de vivenciar os territórios e vinculando as lutas locais em torno de enquadramentos mais gerais que redimensionam as questões combatidas. Ademais, já se expressava a importância de uma atuação multiescalar, conforme observamos no trecho a seguir:

> [...] E aí se monta o embrião de uma grande rede que vai sobreviver talvez dez anos, ou um pouco mais. E vai montar uma "Rede Deserto Verde", que reúne, faz mobilizações, ocupa, faz denúncias internacionais e mais do que isso, começa a exportar um modelo de organização da sociedade civil pro sul da Bahia, que era aqui do lado né, fronteira com norte do Espírito Santo, pra Minas Gerais, pro Rio Grande do Sul, pra outros lugares em que tinham monoculturas químicas de eucalipto. [...] Aí se articula com outras redes latino-americanas, a RECOMA [31] [Rede Latino-Americana Contra as Monoculturas de Árvores], que tinha no Uruguai, na Argentina, no Equador, na Bolívia, Colômbia... Na verdade nós fundamos essa rede junto com

[31] A RECOMA é uma rede descentralizada de organizações latino-americanas, criada no ano de 2003 durante Fórum Social Mundial, com o objetivo básico de coordenar atividades a nível regional contra a expansão das plantações industriais de árvores – seja para a produção de madeira e pasta de papel, para produzir azeite de palma ou para funcionar como "sumidouros de carbono". Ao mesmo tempo, a rede busca apoiar alternativas social e ambientalmente sensatas, partindo de iniciativas comunitárias. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/resistencia-local-e-global/recoma-rede-latino-americana-contra-os-monocultivos-de-arvores/.

> outros parceiros. Então de alguma forma a Rede Deserto Verde e a própria RECOMA latino-americana têm uma origem, uma de suas origens, no Espírito Santo. Tem várias origens, mas uma delas certamente é no Espírito Santo (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em maio de 2016).

Nesse sentido, diversas frentes de luta (pelas águas, pela moradia, pela demarcação e retomada das terras indígenas, pelas terras quilombolas, pela saúde do trabalhador, contra o trabalho infantil, pelos direitos humanos), a partir da constituição desse ator coletivo (a Rede Alerta Contra o Deserto Verde), passam a compatibilizar um discurso conjunto que encontra nos debates sobre mudanças climáticas a possibilidade de alçar as demandas locais para outros espaços transnacionais. Isso ocorre devido ao fato de que, com o avanço de perspectivas como o mercado de créditos de carbono[32] e economia verde, os extensivos plantios de monoculturas passaram a ser considerados como solução dos problemas climáticos, o que acarretou a intensificação e expansão dos plantios.

A WRM (World Rainforest Movement)[33], organização que desde 1986 reúne ativistas de diferentes partes do mundo em resposta à contínua destruição de florestas no Sul Global e ao consumo excessivo de produtos de madeira tropical no Norte Global, foi um importante ator nesse processo. Dentre as principais atividades que desempenha, destacam-se: (i) facilitação de intercâmbios de informações e experiências entre grupos comunitários de diferentes locais, estabelecendo verdadeiras redes de pessoas ativas nos seus processos de resistência; (ii) denúncias de "falsas soluções" a partir de uma análise crítica das iniciativas e políticas internacionais apresentadas pelas instituições em conferências globais, que tendem a ignorar o direito das populações que dependem da floresta à autodeterminação, inclusive o direito de tomar decisões sobre territórios, culturas e modos de vida; e (iii) disseminação de análises e pesquisas de forma acessível à uma ampla gama de organizações locais e grupos comunitários, ajudando a transmitir as vozes de numerosas lutas de resistência, bem como

[32] O mercado de créditos de carbono surgiu a partir do Protocolo de Quioto, acordo internacional que estabeleceu que os países desenvolvidos deveriam reduzir, entre 2008 e 2012, suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) 5,2% em média, em relação aos níveis medidos em 1990. De modo geral, o objetivo foi estabelecer uma medida comercial – o crédito de carbono – que pode ser vendido para emissores de gases de efeito estufa, como forma de compensar sua emissão irregular. Um crédito de carbono equivale a uma tonelada de carbono equivalente e, além de ser uma unidade de medida, possui valor monetário – que é o que move o mercado de carbono. Seu valor flutua assim como a cotação de uma moeda nacional, e é comercializado em bolsas de valores.

[33] O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais é uma iniciativa internacional que visa contribuir com lutas, reflexões e ações políticas de povos que dependem da floresta – indígenas, camponeses e outras comunidades do Sul Global. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/sobre-o-movimento-mundial-pelas-florestas-tropicais/.

fornecer informações sobre planos e iniciativas globais que lidam com as florestas, alertando sobre os riscos e impactos na vida das pessoas que delas dependem[34].

Falar sobre a WRM demonstra-se indispensável pois é por meio desta organização que ocorrem importantes conexões e interações que proporcionaram o redimensionamento da luta das comunidades locais em torno do enquadramento "contra o deserto verde" – algumas, inclusive, permaneceram na luta dos afetados pela indústria do petróleo e gás. A organização funciona através de um secretariado internacional localizado na cidade de Montevidéu (Uruguai), que recebe contribuições e orientações para suas atividades de um comitê consultivo formado por outras organizações de diversos países[35], dentre as quais destacamos a *Acción Ecológica*, do Equador, que também secretariava a rede *Oilwatch*. A partir das alianças firmadas com esses atores, a FASE/ES, em conjunto com a "Rede Alerta", vai construindo uma trajetória crítica à perspectiva do mercado de carbono e às "falsas soluções" da crise climática, conforme verificamos no seguinte trecho:

> E bem, aí fomos conhecendo parceiros, enfim, que debatiam o clima mais profundamente e fomos vendo que, antes do desmatamento, tem um outro motivo primordial da causa do aquecimento global, que é a queima dos combustíveis fósseis. Então dentro dessa perspectiva dos relatos dos cientistas do mundo inteiro através daquele IPCC[36], que é o Painel... Enfim, os cientistas que se reúnem no mundo para discutir as mudanças climáticas. Não me lembro do que quer dizer essa sigla IPCC, mas é onde se reúnem. Eles dizem que 80% da causa do aquecimento global vem da queima dos combustíveis fósseis, 20% [vem] do desmatamento das florestas como um todo. Então bem, aí fomos nos aproximando e vendo de fato onde que tá esse problema. E aí acompanhamos esses debates a partir do Grupo de Durban[37]. O Grupo de Durban foi uma articulação internacional, [...] nós fomos parar nisso justamente por conta desse debate do eucalipto. E aí

[34] Grande parte do material produzido pela WRM estão disponíveis em quatro idiomas (português, espanhol, inglês e francês). Alguns cadernos e vídeos especialmente importantes para grupos locais também são disponibilizados nos idiomas falados nesses lugares, como suaíli, lingala, bahasa (indonésio) e malgaxe.

[35] O comitê consultivo da WRM é composto pelas seguintes organizações: Environmental Rights Action/Friends of the Earth Nigeria (Nigéria); School of Democratic Economics (Indonésia); The Corner House (Reino Unido); Project SEVANA South-East Asia (Tailândia); Focus of the Global South (Tailândia); ETC Group (México); Indigenous Environmental Network (EUA); Acción Ecológica (Equador).

[36] O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) é uma entidade criada em 1988 no âmbito das Nações Unidas (ONU), pela iniciativa da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Tem como objetivo principal sintetizar e divulgar o conhecimento científico sobre as mudanças climáticas produzido por cientistas independentes e ligados a organizações e governos. Desde sua fundação, produziu cinco grandes relatórios: o primeiro saiu em 1990 e o último em 2014.

[37] A Plataforma de Ação de Durban consistiu em um conjunto de acordos obtidos durante a 17ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-17), realizada no ano de 2011 na cidade sul-africana de Durban, na qual buscou-se determinar uma segunda fase para o Protocolo de Quioto, estabelecer o mecanismo responsável por reger o Fundo Verde para o Clima, além de traçar um roteiro para um novo acordo global. O "grupo de Durban" no qual a entrevistada se refere foi um grupo independente e crítico às iniciativas e acordos firmados oficialmente.

> fomos nos aproximando dessa outra questão, propriamente do petróleo. E dali conhecemos parceiros que já estavam construindo essa crítica através de *Oilwatch*, sobretudo no Equador. E fomos nos aproximando, participando de encontros com eles, eles estando aqui em vários momentos também. E a gente viu realmente que isso seria estratégico (Daniela, educadora da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

Durante esse período, o quadro de funcionários da FASE/ES contava com o atual coordenador da WRM, Winfridus Oveerbeck, que anteriormente atuava vinculado ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário), junto aos povos Tupiniquim e Guarani no processo de resistência e reivindicação de suas terras. No ano de 1998, o mesmo em que a "Rede Alerta" é articulada, os indígenas haviam decidido pelo rompimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado para resolver um conflito territorial com a Aracruz Celulose, após a decisão pela autodemarcação de 13.579 hectares. O caso obteve grande repercussão e contou com um amplo apoio internacional viabilizado pela rede, principalmente, através das conexões da WRM. Inicia-se, assim, um período histórico de lutas e enfrentamentos que ganha maior intensidade entre os anos de 2005 e 2007.

Importante salientar que, nesse momento de acirramento do conflito, a FASE/ES realizou, em junho de 2005, um ciclo de debates no campus da UFES com vistas à informar a comunidade universitária e sociedade no geral sobre o confronto e as violações de direitos sofridas pelos povos Tupiniquim e Guarani, buscando formular ações de apoio para a luta indígena. Forma-se, assim, a "Brigada Indígena": um grupo de perfil eclético, majoritariamente composta por estudantes universitários, trabalhadores e apoiadores da causa indígena[38]. Foram organizadas uma série de ações locais que objetivavam gerar mais visibilidade e solidariedade à causa, associando-se também à atuação da "Rede Alerta" que realizava denúncias nacional e internacionalmente, produzia diversos materiais denunciativos (cartilhas, manifestos, artigos, relatórios, etc.), facilitava intercâmbios, enfim, uma série de atividades em consonância com a perspectiva de atuação da WRM.

[38] Informações obtidas na cartilha "Brigada Indígena de apoio aos índios Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo". Disponível em: https://www.inventati.org/brigada/cartilha/cartilha.v2_baixa.pdf.



Figura 7: Mutirão de reconstrução da aldeia Olho D'Água em janeiro de 2006.
Fonte: Brigada Indígena.
Obs: O mutirão contou com a ajuda de estudantes da UFES e diversos integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. A aldeia, fruto do processo de autodemarcação, havia sido destruída durante ação irregular da Polícia Federal, na qual diversos indígenas foram gravemente feridos.



Figura 8: Manifestação na XVI Feira do Verde, outubro de 2006.
Fonte: Brigada Indígena.
Obs: A manifestação foi realizada em outubro de 2006, contra o patrocínio de empresas poluidoras na Feira do Verde, em Vitória, sendo a Aracruz Celulose o foco principal. Nesta ação, a intenção era desmontar a imagem propagada da empresa nas emissoras de TV e *outdoors* como defensora do meio ambiente. Foram distribuídos panfletos e erguidos cartazes, nos quais liam-se "Eucalipto não é floresta", "Aracruz destrói culturas", "Quem são os invasores?", etc.



Figura 9: Manifestação de apoio aos povos Tupiniquim e Guarani em Nova York.
Fonte: Facebook.

O desfecho da disputa veio quando, em 27 de agosto de 2007, o Ministério da Justiça declarou 14.227 hectares como Terra Indígena Tupiniquim, de "posse permanente dos índios Tupiniquim e Guarani Mbya" (Portaria Nº. 1.463/2007 – TI Tupiniquim) e 3.800 hectares de Terra Indígena de Comboios (Portaria Nº. 1.464/2007 – TI Comboios), totalizando 18.027 hectares conforme reivindicação dos índios (MARACCI, 2008). Além disso, em dezembro do mesmo ano, eles decidiram pela assinatura de um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), tendo como intervenientes a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério Público Federal (MPF), visando possibilitar a continuidade do processo de regularização administrativa das terras e, desta forma, firmar a conquista ao impossibilitar a contestação e possível suspensão dos efeitos da portaria do MJ. Observa-se, assim, a adoção estratégica de um conjunto de performances de confronto (ações diretas ou institucionais) que provocam uma interação entre diferentes valores e práticas relacionadas a mundos distintos em disputa, o que também ocorre no âmbito da Campanha "Nem um poço a mais".

A partir desse momento, os membros da "Rede Alerta" começam a divergir em relação à decisão dos indígenas de firmar o acordo com a empresa, o que desencadeia uma série de rupturas e desacordos culminando, por fim, em uma progressiva desarticulação. Além disso, podemos interpretar que as mudanças conjunturais que se deram no plano macropolítico, principalmente com o conjunto de alianças realizadas durante o primeiro governo Lula (2003-2007) que causaram fortes impactos no Espírito Santo (conforme

discutido na seção 1.2.1), também tiveram forte influência na dissolução da rede. Sobre este processo, o coordenador da FASE/ES comenta:

> Bem, a sociedade chegou num outro momento, a Rede [Alerta Contra o Deserto Verde] já não era mais a mesma coisa, já não tinha... É, enfim, as lutas já ganharam configurações mais cada uma nos seus territórios. Também pela conjuntura política, eu acho, que se deu aí após a chegada do PT ao poder. Isso gera uma complexidade, né... A rede deixa de ser talvez um formato excelente pra fazer a luta. [...] Redes não são organizações pro resto da vida, né? Elas são coisas conjunturais, então... Não que tenha acabado, ela ainda existe – uma lista na internet. Mas ela já não organiza mais essas ações articuladamente... Os movimentos ganharam força própria, o MPA apareceu, a Via Campesina se consolidou, a luta indígena... O próprio quilombo passa a ter conexão com a CONAQ, a comissão estadual... Então, bem, a tendência era que cada luta, não seguisse seu caminho sozinha, mas se concentrasse mais (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em maio de 2016).

Ademais, a partir do enfraquecimento da "Rede Alerta" e rearranjo dos territórios nos quais atuava, a ONG passa a realinhar as suas pautas. Isso ocorre de forma concomitante ao avanço dos complexos industriais vinculados ao pré-sal e, tendo em vista a centralidade que o petróleo desempenha para o capitalismo contemporâneo, passa a se tornar estratégico voltar as suas atividades para esse processo, conforme podemos observar nos seguintes trechos:

> Mas a partir de 2003... não, 2006/2007, com o evento do pré-sal e como o Espírito Santo é o segundo maior produtor de petróleo, mais do que isso, o pré-sal, boa parte dele também se concentra no Espírito Santo, e vendo a avalanche petroleira que estava chegando e ainda está chegando, começamos a pensar: bem, não vale a pena ficar concentrado só no eucalipto e na celulose. O eucalipto, há um claro limite aqui de expansão, já ocupou o que tinha que ocupar ou a expansão se dá via fomento [...]. Bem, então isso também nos libera como FASE para não precisar concentrar 100% das nossas ações na luta quilombola e na luta contra a monocultura, percebendo a chegada do petróleo no estado... E aí, bem, começa um novo universo. Outros territórios, no sul do estado, na região metropolitana, na região norte também, e os próprios territórios aqui no norte, uma série de projetos petroleiros de extração de petróleo, de dutos, de instalações de gás, de portos, ferrovias, toda essa infraestrutura de chegada do petróleo já desenhada pela Petrobras, pelo governo e pelas também multinacionais do petróleo, e a gente vendo isso chegando, bem, vamos atuar nesse processo. Porque talvez se tivesse sido possível atuar no final dos [anos] 60 contra a chegada do eucalipto, talvez o eucalipto não tivesse chegado tão violentamente como chegou. Então temos uma oportunidade histórica de atuar contra a chegada petroleira num momento em que o mundo debate sobre a substituição do petróleo e o fim dos combustíveis fósseis por causa da crise climática (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em maio de 2016).

> E aí nós fomos construindo um pouco a trajetória aqui dentro da FASE pra, nos nossos planejamentos, ter uma ação mais voltada a isso [os impactos do petróleo e gás]. Aí nos articulando um pouco com os movimentos, a principio, que já faziam parte da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, que vinham discutindo a monocultura do eucalipto. Mas, assim, a gente foi percebendo também que muitos desses antigos parceiros tinham sobre a questão do petróleo um foco diferente. Apesar de reconhecerem os impactos e verem os problemas que isso traz nos territórios camponeses, nos territórios de pesca ou outros... (Daniela, educadora da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

Percebe-se que as articulações realizadas a partir da "Rede Alerta" foram fundamentais para que se conformasse a mobilização em torno do enquadramento "afetados pela indústria do petróleo e gás" no Espírito Santo. Tanto a *Oilwatch* quanto a *Acción Ecológica* se conectam com a FASE/ES a partir dos espaços internacionais de interação com a WRM e das discussões climáticas, vínculos que permanece no atual contexto. Assim, a FASE/ES desempenha a importante função de mobilizadora dos afetados também no atual processo, atuando a partir da percepção da condição social do outro, portanto, na perspectiva dos afetados em si. Além disso, promove uma série de performances de confronto, tais como: intercâmbios de afetados; *toxic tours*; missões ou visitas periódicas para acompanhar a situação dos afetados em si; assessoria jurídica; participação em audiências públicas; produção de cartilhas, artigos, cartas e outros documentos com caráter de denúncia e informativos; reuniões com procuradores e outros representantes do poder executivo, legislativo e do sistema judiciário; etc. Estas atividades irão conectar ativistas em um processo de interação, passando a produzir mudanças permanentes e reelaborações das realidades locais, aspecto que será aprofundado no capítulo seguinte.

Conforme já foi discutido, as explorações de petróleo e gás impulsionaram a construção de uma rede de gasodutos e oleodutos em águas marinhas e em terra, assim como a implantação de portos e de unidades de transformação do gás e do petróleo nos litorais Sul e Norte do Espírito Santo. Essas cadeias produtivas integradas acabam gerando impactos de forma também integrada que extrapolam a relação entre um empreendimento específico e aqueles considerados direta ou indiretamente como afetados. Desta forma, podemos refletir que as "redes" são construídas nos dois sentidos: tanto pelo projeto desenvolvimentista através dos empreendimentos interligados que se instalam nos territórios e causam impactos às distintas territorialidades (terra e mar), quanto pela resistência e pressão confrontadora desempenhada pelos afetados e seus parceiros de luta. Isto evidencia a importância desse formato organizacional no contexto descrito ao proporcionar um espaço de interação entre

sujeitos, organizações, campanhas, coletivos, movimentos sociais, entre outros, conectando os afetados em si com atores já engajados e mobilizados em torno de um mesmo enquadramento. Através desse entrelaçamento será constituída a mobilização propriamente dita.



Figura 10: À esquerda, um dos "giros antipetroleiros" organizados pela Campanha. À direita, gasoduto que atravessa a região de Regência Augusta.
Fonte: Acervo Campanha "Nem um poço a mais".

Nos territórios visitados durante as atividades de campo, muitos são os relatos de arbitrariedades realizadas pelas empresas em nome do desenvolvimento. As consequências sociais e ambientais tendem a se agravar para os pescadores, marisqueiras, indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas e para a população urbana sufocada pelo zoneamento industrial – os afetados em si, que sofrem com profundos problemas sociais relacionados à apropriação territorial, cooptação de lideranças, promessas de empregos que não se cumprem, descaracterização da cultura local, agravamento das desigualdades, inchaço populacional, especulação fundiária, perda de patrimônio paisagístico e imaterial, extinção da biodiversidade, deslocamentos populacionais, aumento de índices de criminalidade, etc. Outrossim, no território marítimo, estes empreendimentos geram restrição às atividades como a pesca e a navegação ao entorno das plataformas de petróleo – as denominadas "áreas de exclusão" –, enquanto em terra, os "contratos de servidão" desapropriam e instituem de servidão administrativa as áreas necessárias para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, assim como a construção de refinarias, dutos e terminais.

Especificamente no caso do pré-sal, com as obras da Petrobras e as sondas de pesquisa e exploração submarinas, muitas áreas que antes eram ricas em vida marinha estão se extinguindo rápida e aceleradamente. Outras áreas que já estavam em processo de

degradação pelas plataformas de petróleo contribuem para a redução da biodiversidade. Desta forma, a própria natureza e a biodiversidade enquadram-se também como afetadas em si.

Por fim, tendo em vista todos esses elementos, e seguindo a proposta de Losekann, demonstra-se mais adequado entender a designação de "afetados" como um enquadramento estratégico de luta e um mecanismo cognitivo que ocorre "pela compatibilização de diversas identidades coletivas convergentes (ambiental, indígena, quilombola, agroecologia, gênero, pescadores etc.), em uma dada condição, e a partir de mecanismos relacionais e interativos que articulam atores diversos" (LOSEKANN, 2016, p. 141). Além disso, conforme foi apresentado, o enquadramento ocorre pela identificação dos antagonistas comuns – empresas, corporações, governos ou Estados –, além de explicações que convergem para a correlação entre capitalismo, globalização e desenvolvimento baseado no extrativismo.

No entanto, antes de nos aprofundarmos no processo de mobilização multiescalar (local, regional, nacional, global) para a consolidação da Campanha "Nem um poço a mais" nos territórios afetados no estado do Espírito Santo, consideramos necessário discorrer brevemente sobre as disputas em torno da preservação do Parque Nacional de Yasuní, no Equador, para então compreendermos de que forma este conflito influencia no surgimento de um discurso "antipetroleiro" ou "pós-petróleo" nos territórios locais.

1.5 A CONSTRUÇÃO DA INICIATIVA YASUNÍ-ITT (EQUADOR)

O Equador passa a se destacar como um caso emblemático quando apresenta, no ano de 2007, a proposta de deixar no subsolo do Parque Nacional Yasuní, em plena Amazônia, parte de suas reservas de petróleo. O desempenho econômico do país está fortemente vinculado à história da atividade petroleira, tendo acompanhado as altas e baixas dos preços e das demandas internacionais. Com reservas comprovadas de 8,24 bilhões de barris, ocupando a 19ª posição em termos de reservas mundiais, as exportações do petróleo representam mais de 30% do PIB do país, sendo o 11º fornecedor dos EUA (MILANEZ, 2014). Atualmente as empresas estatais Petroecuador e Petroamazonas, além da Operaciones Rio Napo (*joint venture* entre Petroecuador e Petroleos de Venezuela) respondem por 73% da produção;

enquanto o restante é realizado por empresas transnacionais, dentre elas a Petrobras[39] (EIA, 2014 *apud* MILANEZ, 2014).

A extração excessiva ao longo dos anos fez com que, já no início dos anos 2000, o petróleo tenha reduzido em quantidade e qualidade. Além disso, grande parte dos novos campos "descobertos" estão localizados em áreas cada vez mais remotas na região amazônica, "principalmente em áreas protegidas como os parques nacionais Yasuní, Sangay, Sumaco-Napo-Galeras e Llanganates; as reservas biológicas de Cayambe-Coca e Limoncocha; e a Reserva Faunística Cuyabeno" (MILANEZ, 2014, p. 197). Esta expansão para o interior desencadeou diversos casos de degradação ambiental relacionados ao desmatamento, poluição, acidentes e vazamentos que causaram (e ainda causam) significativos impactos ambientais e os consequentes danos à saúde da população, em particular de povos indígenas (ACOSTA, 2000; LARREA, 2010; RIVAL 2010 *apud* MILANEZ, 2014).

Diante de um contexto de profunda crise econômica desencadeada pelo crescente endividamento que levou o país a intensificar ainda mais a exportação de petróleo como estratégia para obter dólares, mas sem garantir melhorias na qualidade de vida da população profundamente empobrecida, os impactos econômicos, sociais e ambientais do modelo "petroexportador" passam a gerar considerável insatisfação[40]. Em termos percentuais, entre os anos de 1995 e 2000, os números correspondentes à população empobrecida no país foi de 39,3% a 52,18%; a extrema pobreza quase dobrou, com um salto relativo de 13,60% a 20,12% (ACOSTA, 2009). Nesse sentido, a posterior candidatura de Rafael Correa foi construída como uma possibilidade para realização de profundas mudanças no modelo de desenvolvimento adotado pelo país, havendo interesse político em desafiar o setor petroleiro com propostas caracterizadas como pós-neoliberais, independentes das estratégias desenhadas pelo Banco Mundial e pelo FMI.

Assim, no ano de 2007, o Ministerio de Energía y Minas do Equador apresenta à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a "Iniciativa Yasuní-ITT", em referência aos campos Ishpingo-Tiputini-Tambococha (ITT) dentro do Parque Nacional de Yasuní (PNY) e em área de influência da Reserva Étnica Waorani (REW). O projeto estava baseado em quatro pilares principais:

[39] Vale mencionar que a atividade de transnacionais no país foi majoritária durante a maior parte do século XX até que, na década de 1970, se instituiu a Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana (atual Petroecuador).
[40] Nesse período, três presidentes foram depostos por pressão popular: Abdalá Bucaram (1996-1997), Jamil Mahuad (1998-2000) e Lucio Gutiérrez (2003-2005).

> Proteger o território e, com isso, a vida dos povos indígenas em isolamento voluntário; conservar uma concentração de biodiversidade inigualável em todo o planeta – a maior registrada pelos cientistas até o momento; cuidar do clima global mantendo represada no subsolo uma significativa quantidade de petróleo, evitando a emissão de 410 milhões de toneladas de CO2; e dar um primeiro passo, no Equador, para uma transição pós-petroleira, o que teria um efeito-demonstração em outras latitudes (ACOSTA, 2016, p. 218).

Como contrapartida pela implementação da proposta, esperava-se uma contribuição financeira da comunidade internacional em cerca de US$ 350 milhões por ano, ao longo de 10 anos, valor estimado como metade da receita que o país obteria caso explorasse o petróleo. Esses recursos seriam utilizados pelo país, principalmente, em projetos para o desenvolvimento de alternativas energéticas de baixo carbono (OILWATCH, 2007).

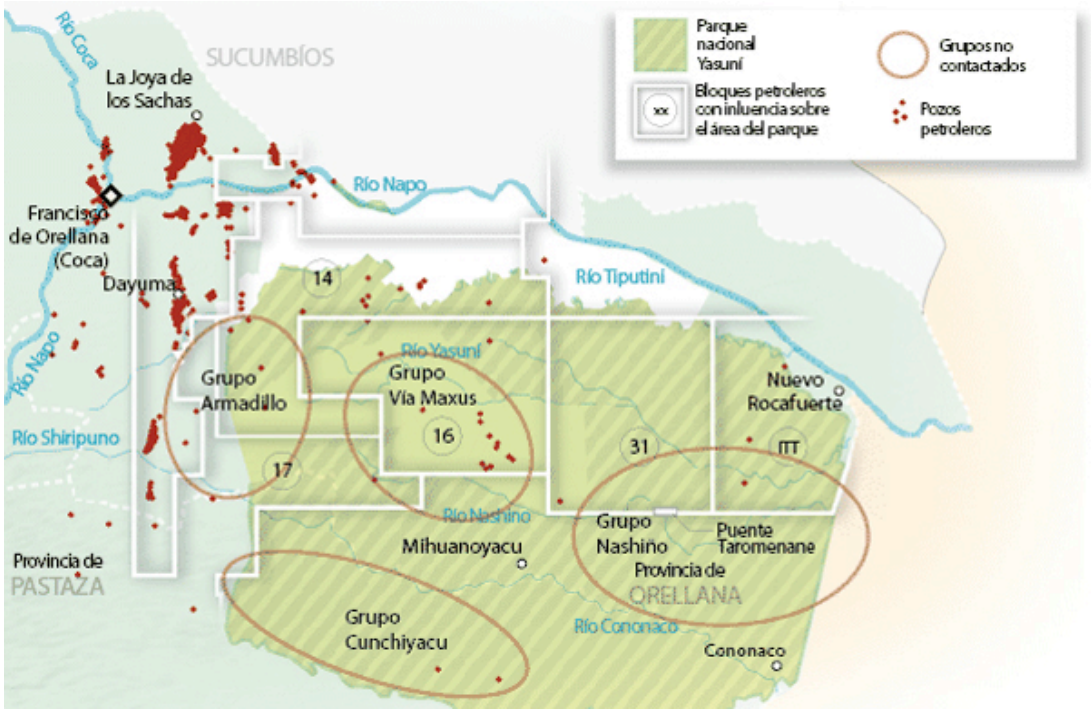

Figura 11: Parque Nacional Yasuní (PNY).
Fonte: Boletim 194, WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais)[41].

A Iniciativa foi elaborada coletivamente por uma ampla rede de movimentos sociais que incluíram ambientalistas, grupos de defensores dos direitos humanos, camponeses e organizações urbanas, dentre outros, até ser adotada pelo então presidente equatoriano, Rafael Correa. Milanez e Santos (2015) apontam que as ONGs desempenharam um papel muito relevante no processo, destacando-se a organização *Acción Ecológica* que secretariava a *Oilwatch*, uma rede de resistência a atividades petrolíferas em países tropicais: "a *Acción*

[41] Disponível em https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/equador-a-zona-intangivel-tagaeri-taromenane-do-yasuni/.

Ecológica foi uma das responsáveis pela concepção e formalização da Iniciativa, e sua posição dentro da *Oilwatch* contribuiu para facilitar a difusão internacional da proposta" (ARSEL & ANGEL, 2012; ESPINOSA, 2013 *apud* MILANEZ & SANTOS, 2015, p. 50). Nesse sentido, a formação de redes de apoio à Iniciativa e o intercâmbio com ONGs internacionais, além da participação em edições do Fórum Social Mundial, contribuíram para a sua internacionalização. É nesse momento preciso que começam a ser estabelecidas as conexões entre os mobilizadores dos afetados no Espírito Santo com estas redes transnacionais.

No entanto, torna-se importante frisar que a proposta foi forjada na resistência das populações amazônicas que sofriam diretamente com os impactos das ações de companhias petroleiras e que já possuíam um longo e complexo histórico de lutas e, deste modo, as entidades indígenas desempenharam um papel fundamental. Destacamos dois casos emblemáticos: (i) a resistência das comunidades amazônicas localizadas no nordeste equatoriano em relação à empresa petrolífera norte-americana Chevron-Texaco, que materializou-se em uma ação judicial de transcendência internacional. Conduzido pelas populações indígenas e camponesas que sofreram os impactos das atividades, o processo se iniciou em 1993 na corte de Nova York e, "independentemente de seu resultado, estabelece um precedente ao colocar no banco dos réus uma das petrolíferas mais poderosas do planeta" (ACOSTA, 2016, p. 215). Além disso, (ii) a resistência da comunidade kíchwa de Sarayaku, na província de Pastaza, conseguiu impedir as atividades da argentina Compañía General de Combustibles (CGC) no bloco 23 e contou com uma ativa solidariedade internacional, tendo alcançado um pronunciamento histórico da Corte Interamericana de Direitos Humanos que, em julho de 2004, ditou uma série de medidas provisórias a favor do povo indígena de Sarayaku.

Todavia, a implementação da proposta Yasuní-ITT demonstrou-se mais complexa e polêmica do que esperado, "principalmente devido à necessidade de chegar a uma medida mais precisa do "valor" do petróleo e à dificuldade de se operacionalizar um fundo internacional para esse fim" (MILANEZ & SANTOS, 2015, p. 59). Além disso, as ONGs e os movimentos sociais se colocavam contrários a um sistema de valoração e mercantilização da natureza. A expectativa era de que a manutenção do petróleo no subsolo fosse uma política pública nacional desenvolvida em consonância com os interesses internacionais, e não que a política fosse ajustada aos critérios de fundos criados por países ricos (ACOSTA, 2009; ACOSTA et. al., 2009).

Por fim, a indecisão sobre a operacionalização do projeto acabou por reduzir o interesse dos países industrializados e, em consequência de mudanças ocorridas no cenário internacional, o governo equatoriano retirou o seu apoio à Iniciativa. Em agosto de 2013, Rafael Correa anunciou oficialmente que iria autorizar a exploração dos campos ITT:

> Em 15 de agosto de 2013, o presidente equatoriano enterrou oficialmente a Iniciativa Yasuní-ITT. Muitos dos argumentos esgrimidos dentro e fora do país para impulsionar a iniciativa foram esquecidos ou simplesmente negados. Os povos indígenas em isolamento voluntário "desapareceram" da região. Do dia para a noite, a proteção de uma biodiversidade extremamente frágil passou a ser um detalhe facilmente contornável pelas novas tecnologias. A emissão de CO2 deixou de ser motivo de preocupação. Os potenciais rendimentos produzidos pelo petróleo mais que duplicaram, ao passar de 7 bilhões para 18,2 bilhões de dólares. Simultaneamente, ofereceu-se à sociedade a esperançosa notícia de que, agora sim, com o petróleo do ITT, o Equador ampliava substancialmente seu horizonte petrolífero e, enfim, poderia erradicar a pobreza (ACOSTA, 2016, p. 223).

Logo, embora tenha sido incluída na agenda do governo, a coalizão pró-Yasuní não conseguiu garantir a sua implementação. Não obstante, podemos reconhecer que o tema passou a adquirir relevância nacional e internacional. A Iniciativa representa um importante marco sobre propostas e estratégias confrontadoras de modificação do modelo de desenvolvimento, assim como para a proteção da Amazônia, apresentando a pluralidade de valores como um novo paradigma democrático. A experiência também demonstra as potencialidades de estratégias que mesclam diferentes discursos e perspectivas. Dessa forma, a fusão dos diferentes enquadramentos em defesa da conservação da biodiversidade, direitos humanos e mitigação das mudanças climáticas, em conjunto com os ganhos econômicos, "conseguiu criar um discurso forte o suficiente que se sobrepôs, mesmo que temporariamente, ao pensamento hegemônico exclusivamente extrativista" (ESPINOSA, 2013 *apud* MILANEZ & SANTOS, 2014, p. 61).

A Iniciativa Yasuní-ITT ganhou tamanha força que a sociedade civil, já organizada diante de todo o processo de construção da proposta, pretendeu assumir a tarefa de levá-la adiante logo após a desistência do governo de Rafael Correa, como é o caso do Coletivo *Yasunidos*: um grupo de jovens que empreendeu uma ampla coleta de assinaturas, com o objetivo de convocar uma consulta popular sobre a exploração do ITT. Apresentaram, dentro do prazo, um número 30% superior à quantidade necessária de assinaturas, de acordo com o estabelecido na Constituição – 5% dos eleitores, ou seja, cerca de 580 mil adesões (ACOSTA, 2016). Ademais, o coletivo executou uma ampla campanha internacional

possibilitada por intercâmbios através das organizações *Oilwatch* e *Acción Ecológica*. É desta forma que o ativista Fernando Fajardo, membro do coletivo, participa do lançamento da Campanha "Nem um poço a mais" em 2015, trazendo a experiência adquirida nesse processo e compartilhando as diversas estratégias empregadas.

Uma peculiaridade a respeito dos *Yasunidos* se dá pelo fato de que, para muitos dos jovens, trata-se da primeira participação na vida pública. Parte deles estão inseridos em um círculo de militantes históricos do país, sendo filhos ou sobrinhos daqueles que lutaram contra a ditadura no Equador. Além disso, é notável o domínio dos meios de comunicação e das redes sociais, permanecendo de forma quase diária nos noticiários durante a campanha de recolhimento das assinaturas – conseguiram, inclusive, a adesão de celebridades internacionais no apoio à defesa de Yasuní[42]. Ainda, destacam-se pela realização de protestos pacíficos, coloridos e inovadores: vão desde as denominadas *zapateadas* ao som de *sanjuanito* (um ritmo andino), em que combinam performances artísticas, musicais e com fantasias inspiradas nos animais que habitam o parque – em uma das performances, eles chegam a abordar estabelecimentos locais na cidade de Quito, "notificando" que a área será evacuada para a exploração do petróleo, tratando-se de uma forma de abordagem para conscientização do que ocorre nas áreas mais afastadas dos centros urbanos, das quais não se têm notícias; à assembleias abertas em praças públicas, em frente aos prédios de corporações ou instituições governamentais para as quais endereçam suas reivindicações, convocando toda a população ao redor para participar – tudo de forma muito criativa. Durante sua visita ao Espírito Santo, Fernando declarou: *"As pessoas diziam que não faziam política porque a política é má. E a gente dizia: olha, a política pode ser uma festa, pode ser alegre, vivemos a política. Fazemos política todos os dias!"*. Portanto, para estes jovens, a luta política também pode ser uma forma de celebração.

[42] Fonte: http://www.elcomercio.com/actualidad/politica/jared-leto-y-otras-celebridades.html.



Figura 12: Ações de protesto organizadas pelos *Yasunidos* no Equador.
Fonte: Página do *Yasunidos* no Facebook.



Figura 13: Material de campanha pela preservação do Parque Yasuní.
Fonte: *Yasunidos*.



Figura 14: Cartaz contra atividades de mineração e à favor dos direitos humanos e da Natureza. Fonte: *Yasunidos*.

Por fim, destacando a transcendência da coalizão pró-Yasuní, a proposta de deixar o petróleo no subsolo inspirou outros grupos, tornando-se possível perceber a "yasunização" dos debates sobre a extração de recursos naturais em diferentes partes do mundo: no delta do rio Niger (Nigéria), nas ilhas Lofoten (Noruega), em San Andrés y Providencia (Colômbia), em Lanzarote (Ilhas Canárias) e no Brasil, a partir da Campanha "Nem um poço a mais", nos territórios diretamente impactados pelas atividades petrolíferas no Espírito Santo. Nesse marco, a vida torna-se incompatível com a extração de petróleo. Portanto, a valorização do território está ligada, dentre outras questões, à história familiar, comunitária e ancestral onde os recursos naturais aparecem ressignificados como bens comuns, que garantem e sustentam os modos de vida.

Todo o processo descrito no presente capítulo foi imprescindível para que no Espírito Santo, um estado mergulhado em uma economia extrativa-exportadora, emergisse uma campanha confrontadora com elementos utópicos, pelo direito de se deixar o petróleo no subsolo e pela valorização dos saberes tradicionais e ancestrais. Considera-se, por fim, que a declaração da moratória de uma atividade extrativista não significa necessariamente uma vitória, mas o início de uma batalha permanente.

2 APRESENTANDO A CAMPANHA "NEM UM POÇO A MAIS": A EMERGÊNCIA DE PROPOSTAS CONFRONTADORAS

"Trabalhamos para mostrar que a luta vale a pena."

Alexandre Anderson, pescador da Baía de Guanabara e liderança da Ahomar.

A Campanha "Nem um poço a mais", sobre a qual recai a análise do presente trabalho, nasce efetivamente no ano de 2015 a partir do evento de lançamento ocorrido no município de Vila Velha, região metropolitana da Grande Vitória (ES), entre os dias 26 e 28 de junho. O encontro reuniu cerca de 70 participantes, dentre representantes de comunidades quilombolas e de pescadores artesanais do Espírito Santo, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, somando-se à diversos integrantes de redes, organizações e movimentos sociais – destacamos a Ahomar, RBJA, FAPP-BG, *Oilwatch* e *Yasunidos*[43]. Estes atores congregam-se a partir da constatação de que a complexificação dos investimentos em estruturas de grande porte ligados ao pré-sal e, no rastro destes, os projetos de mineração, logística, energia, dentre outros, têm desencadeado um acirramento sem precedentes dos conflitos nos territórios tradicionalmente ocupados. Constituem-se, então, em um espaço comum de convergência com a finalidade de visibilizar as diversas lutas empreendidas pelos próprios afetados, assim como para garantir maior controle social e participação das populações nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à cadeia industrial do petróleo e gás. As estratégias de ação desempenhadas pela campanha, a angariação de apoio de setores da

[43] Participaram do encontro de lançamento da Campanha: Associação Indígena Guarani Boapy Pindo (ES); Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Santana e Adjacências – APAPS (ES); Articulação Nacional da Pesca (ANP); Amigos da Terra Brasil (RS); Associação de Amigos da Barra do Riacho (ES); Associação de Artesãs Praia da Maroba (ES); Associação de Moradores e Pescadores de Bananeiras – Ilha de Maré (BA); Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiras de Porto dos Cavalos Martelo e Ponta Grossa (BA); Associação de Pescadores de Bicanga (ES); Associação de Pescadores de Jacaraípe (ES); Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR (RJ); Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (ES); Coletivo Iemanjá é contra o pré-sal; Colônia Z-09 de Pescadores de Ilha de Maré (BA); Comissão Quilombola Sapê do Norte (ES); Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP; Conselho Quilombola da Ilha de Maré (BA); Coordenação Estadual Quilombola Zacimba Gaba (ES); Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Federação das Associações de Pescadores Profissionais, Artesanais e Aquicultores do Espírito Santo – FAPAES (ES); Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara – FAPP-BG; Grupo de Mulheres Inventando Moda e Produzindo Artes – Economia Solidária (ES); Grupo Kisile de Jacaraípe (ES); Grupo Sawabona de Cultura Negra (ES); Instituto Terramar (CE); Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP; Nação Zumbi OJAB (ES); Oilwatch; Organon – UFES; Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA; União de Pescadores da Caponga (BA); Yasunidos (Equador). Fonte: https://areaslivresdepetroleo.wordpress.com/2015/07/07/carta-do-encontro-de-lancamento-da-campanha-nenhum-poco-a-mais/.

sociedade civil organizada, de outros movimentos sociais e da academia, assim como a capacidade de transposição dos localismos representativos, são algumas características fundamentais dessa ampla coalizão, conforme discutiremos ao longo do presente capítulo.



Figura 15: Evento de lançamento da Campanha "Nem um poço a mais", em Vila Velha/ES (julho/2015).
Fonte: Campanha "Nem um poço a mais".

Ao fim do mencionado encontro, como de costume, foi redigida uma carta política na qual, coletivamente, os grupos afirmam que "é hora de repensar e agir sobre a expansão petroleira e da teia de empreendimentos predadores que a alimenta". Ao tomarem a decisão de tornar pública a campanha, declaram:

> Nós, que somos obrigados a conviver com os poços de petróleo e suas infraestruturas nos nossos quintais, mangues e águas, entendemos que este momento de crise nos cobra uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento calcado na petrodependência econômica e política em que estamos afundando o nosso país. De que nos valem os empregos gerados por esta máquina, se nossos filhos, maridos e mulheres são obrigados a destruir seus próprios territórios em troca de um salário que, em poucos anos, deixará de existir? O pescador que vende seu barco e sua rede para aterrar os manguezais onde é construído um poço, um porto, um duto, do que vai viver ao final da obra? Do que viverá sua família que perdeu o direito de pescar nas áreas de plataformas, que perdeu os mariscos nos arrecifes e corais destruídos? De que viverá o quilombola sufocado por poços de petróleo que contaminam a terra, por desertos verdes e agrotóxicos, todo esse povo que teve a água e o ar poluídos e se contorce em câncer, embolias pulmonares e intoxicações com metais pesados? Nós

> dizemos que este modelo não nos serve, e não estamos dispostos a nos sacrificar e perder os nossos modos de vida em nome de um desenvolvimento que não nos diz respeito.
> Estamos lançando esta campanha a partir de nossas realidades, vidas e quereres. É dos nossos territórios, onde vivenciamos toda a violência da cadeia produtiva petroleira, que se construirá a nossa luta. Afirmamos que a terra e o mar, para além dos que neles trabalham, é de quem neles vivem. Viemos a público afirmar que nossa dor e nossa luta têm dignidade. Não seremos criminalizados e hostilizados por nossa decisão. Com a sabedoria dos que preservaram desde sempre os territórios, nos declaramos aptos a zelar por eles e pelos bens naturais neles contidos. Exigimos ser considerados em nossa soberania e direito de autodeterminar nossos futuros (Carta de lançamento da Campanha "Nem um poço a mais", 2015).

Portanto, defende-se que as populações camponesas, pescadoras, ribeirinhas, povos indígenas, quilombolas, bem como nos pequenos distritos sufocados pelos empreendimentos, possam ter autonomia pela decisão do destino de seus respectivos territórios e, no discurso macro, que é preciso transitar de uma sociedade petróleo-dependente para uma sociedade pós-petroleira. Em suma, a mobilização visa ampliar o debate no qual se propõe um mundo alternativo, pela via da não exploração como forma legítima de preservar aquilo que é patrimônio de todos, implicando em uma mudança nos próprios padrões de produção e consumo. Observamos, assim, que a resistência ao petróleo evoca uma ontologia ancestral e pós-civilizacional, que é constitutiva deste confronto político.



Figura 16: Fernando, do Coletivo *Yasunidos*, apresentando a campanha e estratégias utilizadas para a defesa do Parque Yasuní (julho/2015).
Fonte: Acervo Campanha "Nem um poço a mais".



Figura 17: Apresentação dos grupos de trabalho durante o lançamento da campanha (junho/2015).
Obs: Os grupos eram formados de forma aleatória através de sorteio para garantir a diversidade de perspectivas – pescadores/as, quilombolas, pequenos agricultores, etc. de diferentes territórios, além de pesquisadores/as, estudantes e membros de organizações. No cartaz amarelo lê-se: "Contra quem lutamos?", seguido pela listagem: "Capital globalizado; Estado (Inea/RJ, Conama/RJ, Iema/ES, Inema/BA, Ibama, ICM-Bio, Ministério Público e municípios); Empresas (Petrobras, Braskem, Odebrecht, Queiroz Galvão, Vale, CST, Fibria...).
Fonte: Acervo Campanha "Nem um poço a mais".

2.1 DEMANDAS LOCAIS, ENQUADRAMENTOS GLOBAIS

A luta contra a expansão da cadeia do petróleo e gás propriamente dita é recente no Brasil, embora em outros países da América Latina organizações que trabalham com o tema, como a *Oilwatch*, existam há mais de 20 anos. Trata-se de uma rede constituída no ano de 1996 a partir de um intercâmbio realizado na Nigéria, quando ativistas da *Environmental Rights Action* firmaram uma aliança estratégica com a organização equatoriana *Acción Ecológica*[44], que na época estava mergulhada no caso da catástrofe ambiental que a companhia norte-americana Texaco deixara para trás na região nordeste do país – o incidente ficou conhecido como "Chernobyl da floresta amazônica"[45]. Estes ativistas, na linha de frente

[44] A reunião constitutiva da Oilwatch contou também com a assistência de 15 organizações da Nigéria, África do Sul, Camarões, Gabão, Tailândia, Sri Lanka, Timor Leste, México, Guatemala, Peru, Colômbia e Brasil.
[45] A companhia norte-americana Texaco, atualmente anexada à Chevron, explorou reservas de petróleo do subsolo da floresta amazônica durante 28 anos (1964-1992). Extraiu cerca de 1,7 bilhões de barris e deixou para trás quase 70 bilhões de litros de água contaminada e 64 milhões de litros de crude (o petróleo em estado bruto, antes do refino) despejados nas águas do lago Agrio, além de cerca de mil pontos de lixo tóxico deixados no solo da floresta, epidemias de câncer, entre muitos outros impactos incalculáveis. Como a Texaco já não atuava no país, uma equipe de advogados abriu o processo nos tribunais de Nova York. No entanto, 10 anos depois a

em duas das regiões mais devastadas pela extração de petróleo do planeta, decidiram pela formação de uma ampla rede que está na vanguarda do movimento global para "deixar o petróleo no subsolo", cuja influência se faz presente na Campanha "Nem um poço a mais".

A *Oilwatch* autodenomina-se uma rede de resistência às atividades petroleiras em países tropicais, inspirada na necessidade de desenvolver estratégias globais para as comunidades afetadas e apoiar processos de resistência daquelas que não querem ver os seus territórios afetados, trabalhando pela sustentabilidade e pelos direitos coletivos. Entre as ações fomentadas pela rede, destacam-se os intercâmbios que visam a troca de informações sobre as companhias presentes em cada país, suas práticas de operação e os distintos movimentos de resistência e campanhas internacionais específicas. Além disso, busca uma conscientização ambiental a nível global estabelecendo vínculos entre os impactos sobre as florestas tropicais e as populações locais com a destruição da biodiversidade, as mudanças climáticas, as violações de direitos humanos e o papel das organizações multilaterais de crédito. Atualmente, a *Oilwatch* possui membros de mais de 50 países e engloba também diversas redes nacionais e regionais[46].

A inspiração em outros processos de resistência, principalmente naqueles apoiados pela *Oilwatch*, tornam-se notórios na mobilização antipetroleira formulada a partir das experiências nos territórios locais no Espírito Santo, conforme verificamos nas seguintes falas:

> Estamos articulados à Oilwatch, somos representantes da Oilwatch aqui no Espírito Santo e no próprio Brasil. Eu sou do conselho sul-americano e temos muitas conexões com a luta no Equador, do Yasuní, com a luta na Argentina contra o fracking, com a luta na Colômbia, com lutas no México... A Oilwatch, tal como a RECOMA, uma rede contra a monocultura do eucalipto, é uma rede internacional contra a indústria petroleira. O foco da Oilwatch é a indústria petroleira. A indústria petroleira não é só a indústria que extrai petróleo. Mas é a indústria que cria infraestrutura para o petróleo, ou a indústria que usa o petróleo. A indústria automobilística faz parte da indústria petroleira, a indústria do agrotóxico faz parte, a dos fertilizantes químicos faz parte da indústria petroleira. Então estamos pensando petróleo num sentido muito macro porque de fato petróleo é a... diz a Oilwatch que é a droga-prima do capitalismo. Aquela que, depois de uma vez encontrada, ele nunca conseguiu dela se livrar. [...] Mas as redes, bem... elas ainda também são mais novas. Embora a Oilwatch tenha vários anos, vai comemorar 20 anos. Mas no Brasil a luta contra o

justiça norte-americana decidiu que os EUA não eram o fórum adequado para julgar a questão. As batalhas judiciais ainda estão em curso e, hoje, ativistas da Acción Ecológica fazem uma campanha mundial pela responsabilização da Chevron-Texaco recorrendo a cortes de diversos países nos quais a companhia possui ações, incluindo o Brasil.

[46] Disponível em: http://www.oilwatch.org/quienes-somos.

> petróleo é muito recente, em termos de uma luta... Então pensamos essa campanha que é o objetivo do encontro aqui. Campanha "Nem um poço a mais" inspirados na luta de outros países da América Latina, da África também. E a ideia é ter nessa mensagem um apelo para que se pense exatamente: pra quê mesmo se quer extrair mais petróleo? Pra alimentar mais automóveis? Pra fazer mais agroquímicos? (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em maio de 2016).

> Esse nome também foi se aperfeiçoando ao longo dessa construção. À princípio, tinha uma proposta de ser uma campanha "por áreas livres de petróleo", muito em referência também às outras lutas de áreas livres de mineração, de áreas livres de transgênicos... Mas, bem, a gente entendeu que talvez fosse necessário dar um diferencial em relação a essas outras lutas que bem, é óbvio que elas estão todas muito próximas e conectadas e fazem parte dessa mesma cadeia, tal como a mineração tem estado muito atuante e crítica a todos esses processos, empresas e toda a sua produção né. Achamos que seria igualmente importante que o foco no petróleo não se perdesse. E aí, inspirados por essa luta no Equador através de Oilwatch que já tinha essa campanha pra deixar o petróleo no subsolo, resolvemos então criar esse nome "Nem um poço a mais". Achamos que isso daria uma identidade maior à causa do petróleo propriamente (Daniela, educadora da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

Podemos afirmar, portanto, que há um intenso fluxo reivindicativo de ativistas que circulam pelos diversos territórios nos quais as lutas excederam a escala local. Compreende-se que estes momentos são imprescindíveis para que a mobilização em termos de luta propriamente dita ocorra, ao gerar um processo de reelaboração em que se vincula as queixas locais às pautas mais gerais (como os riscos climáticos e as crises ambientais, econômicas, civilizatórias) e se mapeia conjuntamente os canais de denúncia e estratégias de atuação possíveis baseadas em experiências de ganhos ou perdas dos grupos ali conectados, proporcionado, assim, formas de se alcançar conquistas efetivas para as diversas lutas locais.

Kirsch (2014), ao analisar processos reivindicativos semelhantes, precisamente aqueles contra o empreendimento *Ok Tedi mine* da mineradora BHP Billiton, em Papua Nova Guiné, caracterizou como "políticas do espaço" as redes de atores que criaram a contestação no local da mina e a alçaram para arenas internacionais, gerando um processo transnacional de confronto[47]. O autor identifica a intensificação de atividades mineradoras na região durante os anos 1980 e 1990 como consequência da rápida globalização, fazendo com que a

[47] Trata-se de um caso famoso ocorrido no vale do rio Ok Tedi, em Papua Nova Guiné. Nos anos 1980, depois de um deslizamento de sua barragem, a mineradora australiana BHP (futura BHP Billiton) passou a lançar os rejeitos diretamente no rio. O caso ganhou notoriedade quando as comunidades locais processaram a mineradora na Austrália, uma vez que o governo local não se mostrava disposto a enfrentar a empresa. Após um lento processo judicial, a empresa e as comunidades assinaram um acordo, e a companhia transferiu suas ações na mina para uma fundação com sede em Cingapura, reduzindo os riscos de questionamento sobre futuros impactos (KIRSCH, 2014).

oposição política aos empreendimentos se tornasse cada vez mais internacional em seu escopo. Assim, a atuação em múltiplas escalas das redes de contestação nesses casos são particularmente eficazes por conta da sua capacidade de exercer pressão sobre as corporações onde quer que elas atuem. Kirsch ainda afirma que:

> Essas alianças também são fortalecidas pelas contribuições de atores diferencialmente posicionados que empregam formas complementares de acesso ao poder, discursos de persuasão e formas de influência política[48]. Para os participantes da campanha contra a *Ok Tedi mine*, a colaboração com ONGs internacionais foi um ponto de virada crucial no que anteriormente havia sido uma série de protestos descoordenados. Essas parcerias proporcionaram aos ativistas locais novas oportunidades de colaborarem entre si, recrutarem novos apoiadores e desenvolverem novas estratégias. Eles também aumentaram a legitimidade da campanha (KIRSCH, 2014, p. 54, tradução nossa).

No âmbito da Campanha "Nem um poço a mais" percebe-se um processo semelhante ao descrito por Kirsch, tendo em vista que a atuação de mobilizadores dos afetados demonstra ser um importante "ponto de virada" que provoca a adesão de aliados externos e engajamento de certos atores nos locais de impacto para a frente antipetroleira, embora nem todas as comunidades que sofrem os impactos estejam dispostas ao enfrentamento. Sobre esse processo, trazemos os seguintes trechos que, inclusive, traduzem a perspectiva de atuação da própria FASE:

> Nós vamos estar aonde nos querem e vamos estar, inclusive, aonde tem conflito. Esse é um outro ponto que a gente fareja né, nós somos farejadores de conflitos. Em essência, é isso que nós somos. Vamos aonde tem conflito porque bem, onde tem conflito é onde tem disposição de luta, a gente entende que ali é que tem a disposição de luta. Onde as pessoas estão adormecidas e conformadas... Bem, sempre podemos, claro, fomentar ou alimentar esse desejo, mas é mais fácil, os primeiros lugares aonde vamos é onde há um conflito minimamente instalado e onde essa disposição de confronto se demonstra. E aí vamos buscando essas articulações e trazendo as pessoas pra diferentes momentos de debates e engajamentos (Daniela, educadora da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

> Então bem, com a chegada do petróleo começa um novo universo, né. Que ainda estamos nele de alguma forma, identificando os lugares de conflito, porque nós somos farejadores de conflito. Porque nem todo impacto gera conflito, tem impacto que a comunidade, dependendo das relações de subordinação... Bem, tem comunidades que não conseguem ou não podem, enfim, por milhares de motivos, não resistem e sofrem impactos, mas não geram conflito, não geram a resistência de conflito. Então bem, é óbvio que

[48] KECK; SIKKINK, 1998; KIRSCH, 1996, 2007; TSING, 2004.

> defendemos sim essas comunidades, mas onde o conflito está instalado é onde privilegiamos, porque o conflito significa o momento da expansão, o tempo-espaço da expansão. É através do conflito que nós podemos criar barricadas contra a expansão (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em maio de 2016).

Portanto, evidencia-se que a existência de processos prévios de descontentamento e resistência é fundamental para que os atores localizados nas zonas de sacrifício delineadas pela indústria do petróleo e gás se reconheçam no enquadramento de "afetados" e, desta forma, deem início ao processo transnacional de enfrentamento aos empreendimentos. No caso do Espírito Santo, é possível observar que isso será facilitado principalmente nos locais onde os sujeitos já estavam organizados a partir da luta contra o "deserto verde" ou associavam-se, por exemplo, ao movimento da pesca que já identificava os problemas socioambientais desencadeados pelo avanço do pré-sal a partir da vivência dos pescadores nas zonas pesqueiras. A atuação da própria FASE como mobilizadora dos afetados nesse novo contexto também pode ser decisiva para que os afetados em si, muitas vezes isolados em seus respectivos territórios, passem a reelaborar aquela realidade opressiva enquanto uma luta política. É no processo de interação, portanto, que a mobilização ocorre.

Assim, o aspecto espacial da mobilização demonstra ser uma variável determinante pois permite a ampliação da análise para as práticas localizadas em âmbitos locais, regionais, nacionais e globais, e não apenas na territorialidade circunscrita ao Estado-nação – elemento fundamental para compreendermos a mobilização articulada através da Campanha "Nem um poço a mais". Bringel e Echart (2008) explicam que, referindo-se às teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais, o Estado-nação se constituiu como o marco interpretativo e articulatório central nos estudos de diferentes escolas que emergiram principalmente a partir da década de 1960. Contudo, houveram diversos avanços a partir dos anos 1990, acompanhando a complexidade das sociedades contemporâneas com os processos de globalização, buscando superar as fronteiras do Estado-nação. Esta análise faz sentido no presente trabalho pois o que é combatido nas mobilizações "anti ou pós-extrativistas" diz respeito a uma série de regras próprias da atual configuração do capitalismo global, fazendo com que haja a necessidade de redimensionar as ações contestatórias.

Desta forma, Bringel e Echart (2008) propõem a quebra dessa hegemonia analítica ao identificarem como fundamental a introdução da dimensão global, com suas relações e implicações, por três principais razões: (i) no atual contexto de globalização, muitas das decisões políticas que afetam a vida cotidiana das pessoas são tomadas através de organizações internacionais, fazendo-se necessária a identificação de novos interlocutores

políticos no âmbito internacional para quem dirigir novas demandas; (ii) em consonância a isso, os movimentos sociais também começam a atuar no plano inter e transnacional, transcendendo as fronteiras estatais – o que não exclui essas bases, mas passam a incluir a dimensão internacional e criam redes transnacionais com outros movimentos afins para ganharem maior força; (iii) como consequência dos pontos anteriores, o "global" converte-se em uma variável fundamental para análises dos movimentos sociais contemporâneos, ao mesmo tempo em que "o lugar" também se revitaliza. Desta forma, "a frase 'atuar localmente resistir globalmente' é o maior símbolo dessa tendência, incorporada ao discurso e à prática de muitos movimentos sociais contemporâneos" (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 463).

Bringel e Falero (2008), ao analisarem a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia por Ajuda Mútua (FUVCAM), compreendendo a construção de redes transnacionais como dimensão-chave nos processos latino-americanos atuais, apresentam que:

> A globalização, como plano de fundo – e também a atuação dos movimentos contra a globalização neoliberal, como aquelas vozes e iniciativas de movimentos e organizações sociais que, através de vínculos, redes e alianças *glocais*, lutam por um mundo melhor –, contribuiu decisivamente para esse deslocamento dos espaços de intervenção política, redimensionando os próprios mecanismos de conflito e as formas de organização dos movimentos sociais, que giram para novas divisões e pugnas no espaço mundial (e regional, no caso latino-americano), sob um complexo de ideias de redes e projeções hegemônicas e contra-hegemônicas. Isso leva a que assistamos, em grande medida, a uma irrupção dos movimentos sociais como novo ator internacional [49] (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276).

Nesse sentido, justifica-se a importância de uma análise aprofundada sobre a formação destas redes de resistência, com atuação inerentemente multiescalar, que visam contrapor as regras ditadas por instituições financeiras ao apresentarem alternativas societárias sustentadas por uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos povos originários. A proposta do Bem Viver, por exemplo, que surge a partir das experiências de populações andinas e amazônicas, propaga-se através destas redes ao ser diagnosticada a inviabilidade do estilo de vida dominante. Trata-se de um caminho de busca coletiva por alternativas múltiplas que não pode ignorar os grandes desafios globais.

[49] Echart, 2008.

Ainda, tal como informa Losekann (2016), a dimensão histórica dessas mobilizações busca recuperar a experiência colonial e contextualizar o presente enquanto resultado de um processo histórico de subordinação "desde o Sul Global", sendo esta a territorialidade que nos é comum, como costuma enfatizar a própria *Oilwatch*. Trata-se, de certa forma, de redes de resistência que podem ser interpretadas como contraponto às práticas de cooperação econômica Sul-Sul. Echart (2017) tece críticas a essa perspectiva afirmando que o espaço transnacional parece mais aberto para vozes mais plurais, no entanto, boa parte dos países e povos do Sul permanecem excluídos dos principais debates e instituições.

A autora analisa especificamente o caso da cooperação com países da África que, além de contar com importantes reservas mundiais de recursos (petróleo, gás, urânio, diamantes, entre outros), o continente é definido como a última grande fronteira agrícola e muitas das terras estão concentradas nas mãos de empresas estrangeiras. Destaca-se o fato de ser um continente onde "uma a cada quatro pessoas sofre de desnutrição, de acordo com o Programa Mundial de Alimentos, o que faz ser, contraditoriamente, um dos grandes receptores de ajuda alimentar" (ECHART, 2017, p. 397). Ademais, um dos debates centrais da cooperação diz respeito, precisamente, ao seu objetivo e fim declarado: o desenvolvimento. Por fim, é pertinente mencionar que, em entrevista, o técnico da FASE/ES mencionou ter participado de um intercâmbio na Angola (país que também se destaca como produtor mundial de petróleo) em 2016, no início da Campanha, possibilitado pela AIN (Ajuda da Igreja Norueguesa)[50] – entidade norueguesa que, inclusive, apoiou por muitos anos o trabalho da Rede Alerta Contra o Deserto Verde e também atua em países da África que sofrem com os impactos de empresas norueguesas.

Arenas (2003), em seu artigo "A luta contra a exploração do petróleo no território *u'wa*: estudo de caso de uma luta local que se globalizou", afirma que as ONGs internacionais têm sido os atores mais visíveis e com papel relevante no processo de transposição de escalas das lutas sociais. No entanto, é preciso dar visibilidade para os processos prévios nas localidades em que o confronto se transnacionaliza. O caso do conflito entre as empresas petroleiras, o governo colombiano e a comunidade u'wa, pelo qual o autor

[50] Interessante mencionar que a AIN teve uma forte atuação no contexto das lutas da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, investigando as conexões da Aracruz Celulose com o mercado norueguês e realizando diversas campanhas no seu país de origem direcionada aos tomadores de decisões relacionados aos produtos da empresa. Após o principal acionista norueguês ter vendido suas participações na Aracruz para o Grupo Votorantim, a AIN recua o trabalho com as organizações no Espírito Santo. No entanto, após a abertura do mercado brasileiro para corporações estrangeiras no contexto do pré-sal, as empresas norueguesas (como a StatOil) voltam a atuar no estado, e consequentemente, a organização retoma algumas ações locais. É nesse contexto que o técnico da FASE recebe o convite de conhecer as resistências locais na Angola, país em que a entidade também atua.

está interessado, é paradigmático pois, de acordo com Arenas, transformou-se símbolo de um grande conjunto de lutas contemporâneas que se transnacionalizou. Desencadeou, ainda, mudanças legais em nível internacional referente aos povos indígenas – como o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ao apresentar uma rica descrição dos vínculos estabelecidos e das redes de promoção da causa u'wa na Europa e na América Latina, Arenas traz a informação de que a *Acción Ecológica*, representada pela *Oilwatch*, foi a única organização não-colombiana a participar da "Audiência U'wa Pela Vida", em agosto de 1996. Além disso, promoveu a viagem de uma liderança indígena para que presenciasse os efeitos das atividades da petroleira holandesa Shell no delta do rio Níger (Nigéria) e, da mesma forma, possibilitou a visita de uma liderança nigeriana e outros dois líderes indígenas para conhecerem o território do povo Secoya, em cujo território a Occidental Petroleum explorava petróleo. Verifica-se, assim, que muitas frentes de luta estão interligadas através destas organizações que fazem o enfrentamento à indústria petroleira. Estas estratégias que proporcionam vivências nos territórios afetados são, portanto, fundamentais pois constituem-se como espaços onde ocorrem interações importantes para visibilizar os casos de injustiça e gerar articulação com apoiadores e outros atores que enfrentam realidades semelhantes.

Por fim, seguindo a perspectiva de Bringel e Echart (2008), faz-se necessário adaptar ao contexto apresentado algumas das variáveis e referências utilizadas para os estudos dos movimentos sociais. Entretanto, antes de avançarmos nas discussões mais conceituais, convém apresentar quem são os afetados em si mobilizados na Campanha e alguns casos de seus respectivos processos locais. Evidenciar os aspectos conflituosos vivenciados localmente torna-se necessário para melhor compreendermos como se dará a articulação (ou a não articulação) desses atores no espaço da Campanha "Nem um poço a mais". Não pretendemos, contudo, encerrar as possibilidades de interpretações dos possíveis impactos e impactados. Além disso, entendemos que as vivências aqui narradas podem estar permeadas de muitas outras complexidades, mas objetivamos, com fins analíticos, trazer alguns casos representativos observados empiricamente durante os intercâmbios, encontros e *toxic tours* promovidos pela campanha e através de pesquisas documentais.

2.2 AFINAL, QUEM SÃO OS AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS?

De norte a sul, o Espírito Santo vem passando por um processo de transformação e mudança de territorialidades intensificado a partir da descoberta do petróleo e gás na camada do pré-sal. A extração comercial é realizada desde 2010 na Bacia de Campos, que engloba os campos Baleia Azul, Jubarte e Baleia Franca, com operação exclusiva da Petrobras, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). Entretanto, as mudanças ocorridas por conta da exploração em grandes profundidades no oceano – que podem chegar a 7 mil metros – afetam todo o território capixaba, uma vez que gera uma extensa cadeia de produção e necessita de uma complexa infraestrutura – industrial, ferroviária, rodoviária, portuária. Cria-se, assim, uma rede de empreendimentos tanto no mar quanto em terra.

A instalação e ampliação da capacidade desses empreendimentos ligados à cadeia extrativa do petróleo e gás produziu – e ainda produz – graves consequências econômicas, sociais, culturais e ambientais, em especial, no que se refere à concentração fundiária, à destruição da biodiversidade e dos modos de vidas tradicionais, às relações de trabalho e à precária urbanização de povoados e pequenos distritos. Diante deste cenário, as populações afetadas passam a aderir às redes de resistência aos avanços da indústria e em defesa dos seus territórios.

2.2.1 Comunidades de pescadores e pescadoras, marisqueiras e outros moradores litorâneos

> *"Meu futuro foi dinamitado. Foi vendido pra nós uma face do desenvolvimento, mas na prática a riqueza que tínhamos fugiu de nossas mãos."* (Seu Bi, pescador artesanal e presidente da Associação de Maricultores de Conceição da Barra – Amabarra)

O desabafo transcrito acima feito pelo Seu Bi, logo após detalhar todas as riquezas naturais que desfrutava e os atuais impactos observados pela sua comunidade, revela a lógica desenvolvimentista que visa ao progresso em detrimento dos saberes e visões de mundo dessas populações regidas pelos fluxos das águas. Diante de toda a descrição já realizada, fica evidente que nas diversas fases que envolvem a instalação dos empreendimentos, a indústria petrolífera e suas embarcações – numerosas e de variados tipos – provocam uma grande movimentação em terra firme, na superfície e na zona costeira, além de colocarem grandes

quantidades de peças e equipamentos no fundo do mar. Suas instalações utilizam água doce dos rios próximos de onde se encontram (bem como água salgada), despejam efluentes em grande volume (na maioria das vezes sem o devido tratamento), são fontes de muitos ruídos (incessantes e variáveis), além de permanecerem iluminadas durante toda a noite (SEVÁ, 2013). Todos esses são fatores de grande influência negativa nas condições pesqueiras e nas condições de vida das populações vizinhas e usuárias das mesmas áreas.

Alguns casos tornam-se mais notórios, principalmente onde há uma sobreposição de impactos causados por diversos tipos de empreendimentos, como é o caso da Barra do Riacho, no município de Aracruz. O distrito desponta como um dos maiores parques industriais do estado, destinado à iniciativa privada via concessões onde, dentre alguns projetos já instalados e outros previstos, destacamos: o Terminal Aquaviário da Petrobras que recebe o GLP[51] e a Gasolina Natural provenientes da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), através de dois dutos de aproximadamente 77 km; o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), para construção naval e reparação de plataformas e embarcações ligadas ao pré-sal; o Imetame, terminal portuário previsto para atender plataformas marítimas da Petrobras, além de movimentar cargas gerais, como café e granito; o Portocel II, expansão do porto da Fibria com licença prévia do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema); além do projeto previsto do Terminal Multimodal Nutripetro, em processo de licenciamento, que dará suprimento para as plataformas de petróleo.

[51] GLP significa Gás Liquefeito de Petróleo, popularmente conhecido como gás de botijão ou gás de cozinha.



Figura 18: Canteiro de obras do Estaleiro Jurong com plantações de eucalipto ao fundo. Barra do Riacho – Aracruz/ES (maio/2014).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 19: Canteiro de obras do Estaleiro Jurong com embarcações ao fundo. Barra do Riacho – Aracruz/ES (maio/2014).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 20: Instalações do Portocel (Porto Especializado em Celulose) e Terminal Aquaviário Barra do Riacho, da Petrobras. Aracruz/ES (maio/2014).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 21: Boca da barra do rio Riacho, Aracruz/ES (maio/2014).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 22: Grupo de meninos surfistas da Barra do Riacho, instalações do Portocel e embarcações ao fundo (novembro/2015).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.

Em outras localidades esse processo também se torna explícito, como em Regência Augusta, uma típica vila de pescadores localizada na foz do rio Doce e que faz fronteira com a Reserva Biológica de Comboios, onde a pesca artesanal tem sido desenvolvida há gerações. Pescadores explicam que a vila tem passado por um intenso processo de transformação social desde meados do século passado – especificamente a partir da década de 1970 –, o que vem ocasionando alterações no modo de viver e trabalhar dos "filhos de Regência", como os locais costumam se autodenominar. O crescimento é identificado por muitos como consequência da chegada dos empreendimentos, que trazem consigo as diversas mazelas sociais, além da diminuição progressiva do pescado e das áreas de pesca. Sobre a situação dos pescadores e pescadoras artesanais que lá vivem, dentre outras dinâmicas locais, há uma considerável bibliografia produzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo – GEPPEDES (BICALHO, 2012; BICALHO *et. al.*, 2014; CREADO *et. al.*, 2016; LEONARDO, 2014; TRIGUEIRO e KNOX, 2013; KNOX e TRIGUEIRO, 2015 *apud* CREADO et. al., 2016).

Os impactos nestas localidades vão desde o estreitamento da boca da barra do rio Riacho ou do rio Doce, atingindo a atividade pesqueira local, até a prostituição infantil, passando pelo desemprego, falta de perspectiva, abuso de drogas, alcoolismo, escassez em

todos os planos de necessidades humanas, desestabilização nas relações afetivas, ausência de políticas públicas, serviços e equipamentos urbanos, perda da liberdade de circular no próprio território devido a apropriação de áreas públicas como as praias e caminhos sob a vigilância da empresa e do Estado, contaminação das águas. Em suma, um cenário de total escassez que fragiliza as resistências e acaba por tornar a comunidade e suas lideranças vulneráveis às "políticas sociais" executadas pelas empresas e posteriormente utilizadas como marketing. No discurso desenvolvimentista, tais prejuízos seriam recompensados pelo progresso e pela geração de empregos e renda que os empreendimentos supostamente trazem. Ademais, é oportuno considerar que a situação se agrava de maneira drástica após o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton na cidade de Mariana (MG), que culminou no derrame da lama de rejeitos de mineração na foz do rio Doce e, consequentemente, no mar.



Figura 23: Moradores da vila de Regência Augusta observam a situação da foz do rio Doce poucos dias após a chegada da lama de rejeitos de mineração (novembro/2015).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.

Destaca-se que os pescadores e pescadoras majoritariamente estão vinculados à entidades de pesca (colônias, associações ou sindicatos). Entretanto, muito embora as colônias tenham um papel fundamental para o reconhecimento da categoria enquanto classe profissional, os relatos advindos dos pescadores sinalizam que, nos contextos conflituosos atuais, os seus interesses vão para além dos benefícios trabalhistas e burocráticos. Os conflitos entre pescadores e empreendimentos evidenciam uma disputa territorial que não é

inserida nas pautas das colônias de maneira satisfatória, produzindo uma situação ambígua: de um lado, eles precisam da entidade para garantir os seus direitos laborais e outros benefícios; por outro, reivindicam também posições mais firmes no sentido de defesa dos seus territórios e atividades tradicionais.

Maia (2014) identifica as associações como espaços mais receptivos para estas demandas, destacando-se a atuação da Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara que esteve à frente de diversos enfrentamentos à expansão da indústria petroleira na região em que emergiu, desde o ano de 2009. A Ahomar integra o Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG) e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), além de realizar parcerias com universidades, organizações, parlamentares, agentes do sistema jurídico, redes de advocacia popular e defensores de direitos humanos. É através dessas conexões que algumas de suas lideranças passam a colaborar com a construção da Campanha "Nem um poço a mais", se fazendo presente em diversos momentos nos territórios pesqueiros capixabas com vistas a levar em frente suas estratégias de ação – que se dão tanto por vias institucionais, quanto por caminhos mais confrontativos, como as barqueatas e ocupações dos canteiros de obra. A atuação da Ahomar foi responsável por inaugurar um novo e inédito ciclo de mobilizações dos pescadores e pescadoras na região da Baía de Guanabara[52].

[52] Importante comentar que os pescadores e pescadoras da associação passaram a viver sob constantes ameaças. No dia 1º de maio de 2009 o então presidente da Ahomar, Alexandre Anderson, sofreu um atentado a tiros em sua embarcação – e que não seria a única, obrigando-o a viver, ainda hoje, sob a guarda do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Três semanas depois, no dia 22 de maio, o tesoureiro da Ahomar, Paulo César dos Santos Souza, teve sua casa invadida, documentos e pertences apreendidos e foi assassinado em frente à sua família. Desde 2009, outros três pescadores vinculados à associação foram assassinados: Márcio Amaro, Almir Nogueira de Amorim e João Luiz Telles "Penetra". Nenhum dos casos teve a investigação concluída. Fonte: http://www.global.org.br/blog/manifesto-de-repudio-pelo-assassinato-dos-pescadores-da-ahomar/.



Figura 24: Pescador fazendo a manutenção de sua embarcação no cais da Associação de Maricultores de Conceição da Barra (novembro/2015).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.

2.2.2 Comunidades quilombolas

Outrora coberto por densa Mata Atlântica, as referências espaciais no território quilombola do Sapê do Norte[53], localizado no norte do estado, só fazem sentido pelo recorte temporal do antes e depois dos extensivos plantios de eucalipto. Tendo já passado por este profundo processo de desterritorialização, responsável por neutralizar quase todas as referências econômicas, culturais, religiosas, enfim, territoriais das comunidades, a agricultura quilombola hoje sobrevive em pequenos roçados no entorno de quintais ou "terreiros". O trabalho agrícola, responsável pela subsistência das famílias, costuma ser feito através de rodízios, reelaborando práticas tradicionais e experimentando técnicas de manejo, através dos quais se conservam espécies de mandioca, milho, feijão, melancia, maxixe, abóbora, coco, jaca, manga, cajá, banana, pimenta-do-reino, etc. Os canais de comercialização se dão nas feiras das cidades mais próximas, onde ocorrem trocas intercomunitárias de sementes e práticas agrícolas. Na comunidade do Divino Espírito Santo, as suas antigas "farinheiras" ou "casas de farinha" foram reerguidas após um mutirão, sendo

[53] O Sapê do Norte é um território tradicional composto por 32 comunidades quilombolas, localizado na intersecção entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Registros do Incra fazem referência à 1.200 famílias que habitam cerca de 10 mil hectares.

este o local onde se produz o beiju – alimento que tem como base o coco e a mandioca e representa uma tradição alimentar transmitida através de gerações no Sapê do Norte.

O gasoduto Cacimbas-Catu – parte do projeto Gasene[54], que visa interligar uma extensa rede de gasodutos que vai do Rio de Janeiro à Bahia –, é um dos exemplos de empreendimento que se impôs ao território tradicionalmente ocupado. Calazans e Meireles (2013) relatam o caso da comunidade de São Jorge, onde a Petrobras realizou uma reunião na qual, ao assinarem a lista de presença, os quilombolas estariam concordando com a instalação do duto dentro de suas terras. A consequência disso foi que o duto, hoje, passa por debaixo do pátio da escola, inviabilizando o seu uso para as crianças e demais usos comunitários. Além disso, tiveram um córrego drenado e destruído após a passagem de toda a tubulação. Já no Divino Espírito Santo, as áreas agricultáveis e casas de farinha estão há poucos metros de distância dos poços terrestres de óleo e gás. As famílias convivem com os constantes barulhos emitidos pelos "cavalinhos" em atividade, com o forte cheiro de gás proveniente das tubulações, além da contaminação com vazamentos constantes e dos rejeitos que são deixados ao redor do local de extração, pondo em risco a segurança alimentar da comunidade. A chegada de trabalhadores de fora também é vista como um risco à segurança das mulheres.

Muitas das comunidades recebem compensações absolutamente irrisórias pelos impactos causados aos seus territórios e modos de vida, muitas vezes materializadas na forma de editais em que elas precisam concorrer entre si. Ademais, os *royalties* relativos à produção ficam longe de corresponder ao que se deixa de produzir nas proporções territoriais – agora improdutivas – que se encontram sob contrato de servidão. Conforme narrado por Joice, moradora da comunidade de Linharinho, muitos veem com bons olhos a presença da Petrobras devido, principalmente, às promessas de empregos aos mais jovens. Durante o seminário de inauguração da Campanha, ela declarou: *"Eles massacram a gente não é de agora. São quantos anos de escravidão? E olha o que a gente vem sofrendo aí até hoje. É uma suposta libertação, uma suposta carta de alforria. Desenvolvimento pra mim é autonomia na cultura, na tradição. É alimentação saudável, são os nossos direitos. É vida plena."*

[54] O Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene) foi inaugurado no ano de 2010 pela Petrobras e faz parte das obras do Plano de Aceleramento do Crescimento (PAC) – recebeu investimentos de R$7,2 bilhões. Tem 1.387 km, com capacidade para transportar até 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. As obras foram divididas em três trechos: Cacimbas-Vitória (130 km), Cabiúnas-Vitória (303 km) e Cacimbas-Catu (954 km). Fonte: https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-inaugura-gasoduto-da-integracao-sudeste-nordeste-3034013.



Figura 25: Mutirão de retomada das terras da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra, que vivia imprensada entre a BR-101 e os plantios de eucalipto (junho/2010).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 26: Cartografia do território quilombola de São Domingos (junho/2010).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 27: Processo de feitura artesanal do beiju, na casa de farinha da comunidade Divino Espírito Santo, território do Sapê do Norte – São Mateus/ES (novembro/2015).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 28: Katia Penha em frente à área agricultável da comunidade Divino Espírito Santo, ao fundo, plantios de eucalipto (novembro/2015).
Figura 29: Katia Penha e Alexandre Anderson em frente ao poço de extração de petróleo, a poucos metros de distância da área da foto anterior, durante a missão "Caminhos do pré-sal" (novembro/2015).

É pertinente informar que a questão quilombola passou a ganhar expressão nacional a partir do decreto nº 4.887 de 2003 e, neste momento, as populações negras que tiveram a continuidade de suas práticas prejudicadas pelas atividades da Aracruz Celulose começaram a se articular e lutar pelo resgate das terras ora ocupadas por eucaliptais. Este processo, apresentado no primeiro capítulo da presente dissertação, foi descrito por Silva (2012), que narra detalhadamente a mobilização dos quilombolas pelos direitos à terra no Sapê do Norte e apresenta as movimentações políticas nas relações de forças entre os atores.

Junto aos parceiros da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, a FASE fomentou o projeto das "Escolinhas Quilombolas", iniciado no ano de 2004, que promovia encontros mensais de formação política e ambiental em comunidades que sofriam com os graves impactos da monocultura do eucalipto em grande escala. Os encontros sempre partiam do convite, dos desafios e das questões propostas pela comunidade anfitriã – os temas iam da falta d'água, o fechamento das escolas comunitárias, ampliação das áreas de plantio, retomada de um cemitério ou de uma lagoa cobertos por eucaliptos, a saúde e o debate de gênero e sexualidade, ou o "embarreio" de uma farinheira, etc. Além disso, muitas vezes distantes entre si e isolados em meio aos eucaliptais, nesses espaços os sujeitos intercambiavam experiências, celebravam a resistência e alimentavam suas respectivas lutas.

O princípio metodológico adotado, que também pode ser compreendido nos termos de constituição de um importante repertório da ação coletiva, tal como propõe Tilly (2006), era o da oralidade, através da transmissão do saber tradicional na sucessão geracional dos mais velhos para os mais novos, onde se valoriza a religiosidade, os usos e costumes na habitação, na economia, na educação das crianças, na saúde, nos festejos e brincadeiras. Outro foco metodológico foi o da "formação discursiva" (ou "a construção do discurso da resistência"), no qual discutia-se sobre os impactos provocados pela monocultura do eucalipto, os direitos constitucionais dos quilombolas, a história comunitária, a Mata Atlântica e seus usos, o agrotóxico e seus riscos[55].

Assim, a experiência da "Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental" acaba se tornando fator decisivo para a construção da resistência narrativa no território do Sapê do Norte e na formação de lideranças quilombolas que, em 2005, fundaram a Comissão Quilombola do Sapê do Norte. Muitos também passaram a estar articulados à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

[55] Todas essas informações sobre as escolinhas de formação quilombolas foram obtidas no "Almanaque da Escola Popular Quilombola – os quilombolas do século XXI no Sapê do Norte". Trata-se de um material fruto de todo esse processo de formação.

(CONAQ). Em última análise, podemos interpretar que trata-se de um processo de fortalecimento de uma identidade coletiva que, nos termos de Jasper e Polletta, é entendida como "uma conexão cognitiva, moral e emocional do indivíduo com uma comunidade, categoria, prática ou instituição. É a percepção de um *status* ou relação compartilhados, que deve ser mais imaginado do que experienciado diretamente" (JASPER; POLLETTA, 2001, p. 285, tradução nossa). No dado contexto, este foi um importante elemento mobilizador que se tornou viável a partir da seleção de certos repertórios.

2.2.3 Comunidades camponesas

Em Palhal, comunidade camponesa do município de Linhares – local onde foi realizado o "I Encontro dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Gás no Espírito Santo", conforme descrito no capítulo anterior, houve uma reunião também realizada pela Petrobras em dezembro de 2011 para informar sobre a implantação do complexo petroquímico UFN-IV[56], havendo a necessidade de desocupação de, ao menos, 25 famílias de suas casas. Calazans e Meireles (2013) relatam que, ao questionarem a empresa sobre o desrespeito pelos modos de vida locais, o consultor retrucou que não se tratava de uma empresa de filantropia para fornecer garantias econômicas para as comunidades.

Como caso emblemático que evidencia a desconsideração dos modos de vida camponeses, podemos citar a história de Katia dos Santos, que habita a vila de Regência Augusta, no município de Linhares. Ela narra que a chegada da Petrobras nas terras de sua família, localizada em Entre Rios, nas cercanias da vila, foi traumática: *"Entraram na marra! Derrubaram o pomar de mexerica que a gente cultivava pra vender pra fábrica de balas Azedinha. A gente não podia mais queimar mato ou resto de lavoura no quintal por causa da Petrobras, e minha mãe morreu de infarto falando no telefone com a empresa"*. A morte de sua mãe é atribuída ao "desgosto" sentido ao longo de todos esses anos sofrendo com a progressiva perda de terras e constante assédio da empresa. Ainda, a proibição mencionada ocorre pois, além da questão óbvia sobre os riscos de se acender uma chama em um local perpassado por dutos de óleo e gás, foram abandonadas diversas "bananas" de dinamite utilizadas para abrir caminho para os dutos e instalação dos "cavalinhos".

[56] O Complexo Gás-Químico Unidade de Fertilizantes Nitrogenados – IV (UFN-IV) seria composto por uma fábrica de fertilizantes e também atuaria na produção de ureia e amônia. Além disso, previa a fabricação de melanima, ácido fólico e ácido acético, a partir do gás natural.

De acordo com Katia, é necessário que se tenha claro que quem possui poços em suas terras "não enrica": *"O meu pai tinha terra o suficiente pra criar 15 filhos sem precisar do bolsa família. Eu espero o dia que vou entregar nas mãos dos meus companheiros [o cartão] e dizer que não preciso mais receber o benefício"*[57]. Ela relata receber, junto aos seus 14 irmãos, R$ 18 mil por ano pela ocupação da área de 18 alqueires herdados. Os *royalties*, tem mês que pagam R$ 23, outros que pagam R$ 5. Diante dessa situação, o benefício do Bolsa Família acabou se tornando a principal fonte de renda fixa de seu núcleo familiar.

Hoje, Katia luta para que a empresa devolva as suas terras. Além disso, se antes já haviam condições bastante limitadas para a perpetuação de seus cultivos e pequenas criações de animais, após o desastre do vale do rio Doce, em novembro de 2015, o problema foi acentuado de forma drástica. Sobre esse episódio, Katia declara: *"Sem terra, sem água e sem peixe. Só me restou a lona do MST"*[58].



Figura 30: Katia dos Santos em frente ao cavalinho de extração de petróleo desativado nas suas terras de sua família. Regência – Linhares/ES (novembro/2015).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.

[57] Neste momento, Katia segurava o cartão-benefício do Programa Bolsa Família e, em lágrimas, nos narrava a sua história. Percebia-se ali uma necessidade muito urgente de falar e ser escutada.
[58] Katia havia se refugiado junto ao acampamento do MST na antiga fazenda de arroz Agril, agora propriedade da Fibria, localizada na estrada de acesso à vila de Regência Augusta. Esta fala acabou por se tornar título do relatório produzido pelo grupo de pesquisa Organon, que verificou os impactos imediatos observados logo após a chegada do rejeito no Espírito Santo. Disponível em: http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/relatorio_de_impactos_organon.asd_.pdf.



Figura 31: Pequena lagoa com resíduos contaminados localizada a poucos metros do poço da foto anterior. Regência – Linhares/ES (novembro/2015).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.



Figura 32: Ferrugens abandonadas nos arredores do "cavalinho" de extração de petróleo desativado, com vegetação nativa ao fundo. Regência – Linhares/ES (novembro/2015).
Fonte: Arquivo pessoal/Julia Castro.

Outro caso emblemático ocorre em Linharinho com um senhor conhecido como Seu Corumba. Ele conta que a Petrobras chegou na década de 1970, no auge da ditadura militar. Nas terras herdadas após o falecimento de seu pai (ao todo eram 82 alqueires que foram divididos entre os 5 filhos), Seu Corumba herdou também 12 poços de petróleo que inviabilizam os cultivos que antes mantinham toda a família. Tanto a terra quanto as águas estão contaminadas e, cada vez mais, a crise hídrica é percebida. A contragosto, conforme ele mesmo narra, abandonou a roça e mudou-se para uma área periférica de Conceição da Barra, onde ele e a mulher sobrevivem da renda de um pequeno comércio montado na própria casa.

Pelo uso da superfície de sua terra, a Petrobras é obrigada a lhe pagar determinada quantia a título de "arrendamento", além dos *royalties* que equivalem a 1% do valor relativo ao total de petróleo extraído em cada mês. Seu Corumba desabafa: "*Dentro da minha propriedade hoje se encontra a Petrobras, ao redor a Aracruz, ao lado a Suzano né... [...] A Petrobras desde [19]74 ela convive junto com nós. Hoje ela paga a metade que nós produz dentro da propriedade, do royalty que nós temo direito. Isso foi em [19]74, quando ela chegou a pagar foi em 2000 esse royalty pro proprietário. Os atrasado ficou tudo pra trás. E se for hoje pra fazer uma propriedade, pra produzir essa propriedade, a gente não tá tendo condições. Não pode haver fogo, nem tão pouco uma marca de esteira pra trabalhar dentro, porque hoje tem cano em cima da... no subterrâneo e tem cano por cima da área que acomoda os proprietário*"[59].

Em outros momentos ele chega a narrar que nunca se sabe ao certo o quanto cada poço produziu, chegando a receber em sua casa um cheque da Petrobras no valor de R$ 1 – por este motivo, Seu Corumba ganhou a alcunha de "Sheik Pobre". A Campanha "Nem um poço a mais" promoveu diversas visitas às suas terras (assim como da Kátia), principalmente no âmbito dos intercâmbios de afetados e *toxic tours*. Atualmente, ele reservou um pedaço de terra para a retomada de pequenos plantios (mandioca, milho, maxixe, abóbora, algumas hortaliças, além de alguma criação) e construiu uma pequena habitação de lona e madeira onde passa algum período de tempo. Em suas próprias palavras, *"Antes da Petrobras se vivia bem, tinha água em abundância e tinha fartura. Depois da Petrobras, só miséria"*.

[59] Trecho transcrito do mini-documentário "Seu Corumba, o Sheik Pobre". Diponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P6ZpPjdK9Tw.



Figura 33: Seu Corumba em frente ao cavalinho de extração de petróleo em atividade nas suas terras. Linharinho – Conceição da Barra/ES (maio/2016).
Fonte: Acervo Campanha "Nem um poço a mais".

Importante salientar, por fim, que entidades ligadas à defesa das populações campesinas, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) já possuíam uma importante e forte atuação no norte capixaba. O primeiro encontro dos afetados na comunidade de Palhal, que inaugurou o enfrentamento à indústria do petróleo e gás no Espírito Santo, foi viabilizado junto ao MPA conforme narrado no trecho a seguir:

> Fizemos esse encontro em parceria com o MPA, que o MPA tem uma atuação muito forte ali em Linhares, e que estavam vendo esse processo de expulsão de famílias em um território onde a Petrobras faria uma fábrica de fertilizantes. Então eles estavam acompanhando esse processo todo de expulsão e, claro, desse momento um claro reconhecimento da ação truculenta da empresa ao expulsar essas famílias dessa forma, negociando as terras por um valor mínimo e irrisório, tentando construir pra eles um ambiente totalmente descontextualizado de suas atuações, das suas atividades econômicas, das suas histórias (Daniela, educadora da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

Esses movimentos estarão presentes em outros momentos de articulação da Campanha, embora seja importante frisar que isso ocorra de forma mais pontual e através de pessoas específicas.

2.2.4 Comunidades indígenas[60]

Os impactos mais imediatos da ampliação da cadeia do pré-sal percebidos pelos povos Tupiniquim e Guarani, concentrados no município de Aracruz, ocorrem através dos dutos que perpassam as suas terras. De acordo com o levantamento feito pela reportagem da Agência Pública[61], o escoamento de 70% do metanol produzido na UFN-IV será realizado por navios químicos. Para tanto, foi previsto um duto de cerca de 70 km para interligar o Complexo ao mar na chamada Base de Apoio de Barra do Riacho. Em seu percurso, o duto atravessa as Terras Indígenas (TI) de Comboios e Tupiniquim. No entanto, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento minimiza este problema justificando que "as aldeias inseridas nestes territórios encontram-se distantes das estruturas do empreendimento" – desconsiderando, assim, que o território indígena não circunscreve apenas ao lugar de morada.

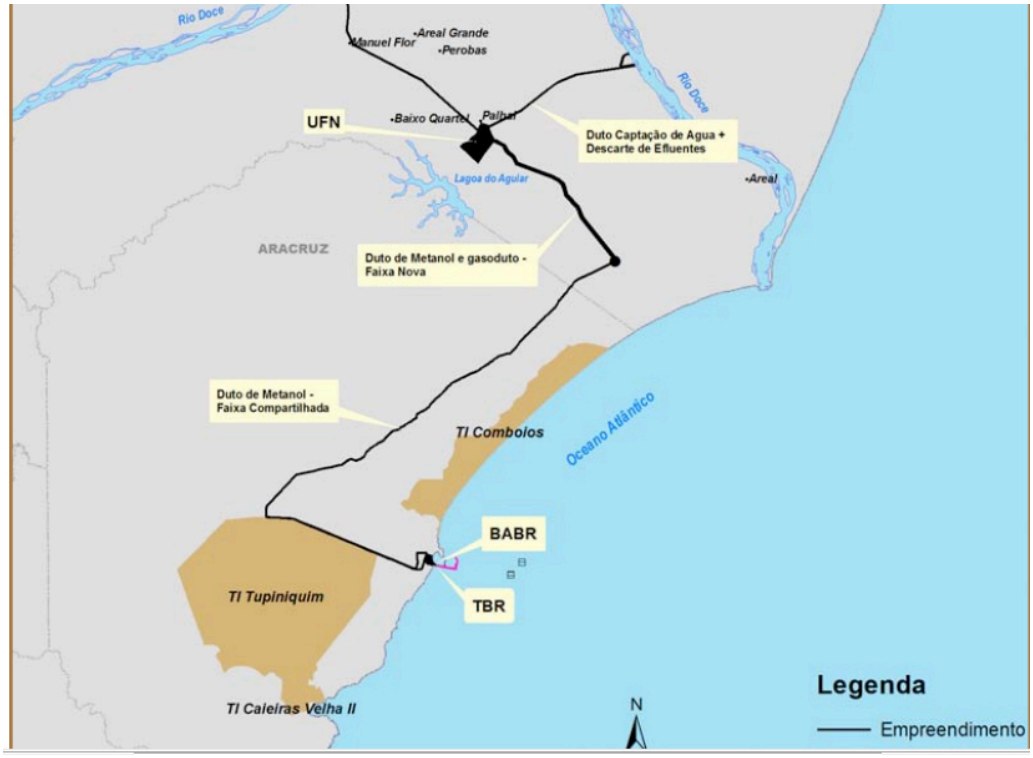

Figura 34: Mapa do gasoduto previsto para escoar 70% do metanol produzido na UFN-IV.
Fonte: RIMA.

[60] Houve uma dúvida por parte da autora sobre o uso da nomenclatura "comunidades" neste caso. Parte do que foi lido no contexto da literatura dos movimentos sociais utiliza o termo, mas compreendemos que pode não estar correto. No entanto, sem conseguir chegar a alguma conclusão de fato, optou-se por permanecer o padrão dos títulos aqui empregados.
[61] Fonte: https://apublica.org/2015/03/na-mira-do-pre-sal/.

Diante das limitações territoriais historicamente impostas por diversos tipos de avanços desde os tempos de Brasil colônia, o complexo processo de resistência desses povos se faz por meio de um exercício territorial que mantem dinâmicas sociais, políticas e culturais baseadas principalmente em práticas comunitárias, de reciprocidade e religiosidade. Os mais antigos costumam narrar como a presença da floresta orientava todo o modo de vida e o ambiente fornecia condições para a produção agrícola, assim como para a pesca, a caça, a coleta de frutos, sementes, ervas medicinais, fibras e madeiras, enfim, produtos que garantiam a subsistência cotidiana das famílias e serviam também para troca e/ou venda. Já a partir da década de 1940, a organização local começa a ser drasticamente alterada com a chegada da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e o início da exploração de milhares de hectares da floresta do território Tupiniquim para a produção de carvão vegetal. Em meados dos anos 1960, é a vez da Aracruz Celulose se instalar naquela região e alterar profundamente os ecossistemas e a situação social dos indígenas da região[62].

Conforme descrito no capítulo anterior, a insustentabilidade das restrições impostas aos povos Tupiniquim e Guarani[63] culminaram no processo de lutas conjuntas das duas etnias junto às comunidades quilombolas e camponesas, envolvendo também diversos setores da sociedade civil brasileira e de outros países. Múltiplas estratégias de resistência foram forjadas diante dos avanços da indústria de celulose sobre o território indígena, envolvendo protestos, ocupações das fábricas e do porto, bem como queimas e derrubadas de eucaliptos, reconstrução de aldeias. Destaca-se que uma das características mais marcantes desta luta foi a capacidade de agregar aliados e parceiros a nível local, regional, nacional e internacional – condição fundamental para o enfrentamento à uma empresa do porte da Aracruz Celulose. O apoio e a solidariedade da igreja católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Fórum Campo e Cidade, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde em diversos momentos do conflito, foram determinantes para fortalecer a capacidade de resistência dos indígenas contra a empresa. Concomitantemente, as campanhas e denúncias contra a Aracruz e o governo

[62] Informações obtidas do relatório final do "Estudo Etnoambiental das Terras Indígenas Tupiniquim e Comboios" (2010).

[63] Convém comentar que o movimento migratório é uma das características do povo Guarani Mbya, que chega ao Espírito Santo na década de 1960, pouco antes do início das atividades da Aracruz Celulose. De acordo com Ciccarone (2004, p. 5), "com a perda de seu território originário e continuo, no Paraguai oriental, os Mbya vivem em aldeamentos e lugares espalhados no Paraguai, Argentina, Uruguai, no sul e sudeste brasileiro, garantindo, nos deslocamentos entre aldeias, a manutenção de trocas simbólicas e materiais, das relações de parentesco – a armadura da organização da sociedade –, os vínculos afetivos, os saberes e as práticas tradicionais, o controle das situações vitais, determinantes pela construção de sua concepção de território".

(estadual e federal) deram uma ampla repercussão transnacional à causa. Maracci (2008) detalha algumas das diversas atividades envolvidas neste processo:

> As inserções nos eventos e fóruns em diversos espaços de discussão, as ocupações e marchas nas ruas das cidades, compuseram as ações dos Tupiniquim e Guarani, juntamente com os diversos movimentos sociais do campo e da cidade, no campo e privilegiadamente na cidade. Citando alguns exemplos: seminários, debates e eventos científicos em Universidades Públicas em diversos estados brasileiros; palestras em escolas do setor público e privado no ES; eventos no Brasil e em diversos outros países da América Latina; da Europa, e nos EUA (ex: Fórum Internacional da Globalização – IFG, novembro/2006, Nova York); marchas, panfletagens e abaixo-assinados (inclusive fora do Brasil); protestos nas ruas da cidade (dentro e fora do Brasil); inserção em eventos promovidos pelas empresas do setor papeleiro; inclusive de temática ambiental (Ex.: seminários científicos, Feira do Verde no ES); documentários em vídeos; relatórios de estudos e publicações impressas; seminário Internacional (Impactos da Monocultura de Eucalipto – Vitória/ES); reuniões com MPF, FUNAI, Ministério da Justiça e outros; manifestações e acampamentos em Brasília; manifestações das mulheres indígenas; participação em eventos indígenas no Brasil e em outros países da América Latina (MARACCI, 2008, p. 149).

Com isso, percebemos se tratar de um processo recente que envolveu um amplo e forte conjunto de mobilizações em defesa das terras indígenas no Espírito Santo, que também evidencia a importância de se aliar performances mais confrontativas e a utilização de vias institucionais – o que pode ser considerado característico das lutas encabeçadas por populações indígenas e tradicionais no Brasil. A causa indígena possuía grande centralidade na atuação da Rede Alerta e o "pacto indígena", como alguns dos atores envolvidos no processo costumam se referir à assinatura do TAC no ano de 2007, foi determinante para a sua desarticulação.

No entanto, muitas das conexões ali estabelecidas permanecem ainda hoje. Percebe-se que os Tupiniquim e Guarani possuem pautas próprias e específicas que, naquele momento, retroalimentou a frente que se articulava em torno do enquadramento "contra o deserto verde". A dissolução da Rede Alerta é percebida por muitos como base determinante para a posterior constituição da Campanha "Nem um poço a mais" – o que também foi evidenciado nos trechos de entrevistas apresentados na seção 1.3.1 do capítulo anterior. A região onde se concentram as aldeias atualmente passa por um acelerado processo de crescimento demográfico e de industrialização que se relacionam com o modelo de desenvolvimento vigente no país, que pode comprometer a busca de alternativas pela autonomia dos povos indígenas e conduzi-los a uma crescente inserção ao modelo hegemônico.

Desta maneira, mesmo que o envolvimento das associações e comissões das aldeias ocorram de forma mais pontual nos espaços da Campanha (apenas em momentos como os seminários, intercâmbios ou *toxic tours*), demonstra ser fundamental destacar este importante período histórico no sentido de delinear o esgotamento de um processo e de uma pauta – como a questão do deserto verde, que encontra um limite de expansão – e o aparecimento de novas pautas emergentes – a expansão da cadeia produtiva do petróleo e gás.



Figura 35: Toninho, cacique da aldeia Guarani Boa Esperança (*Tekoá Porã*).
Fonte: Agência Pública.

2.3 POR FIM, "AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS"

Todos esses efeitos descritos sobre as diversas territorialidades associam-se à atual etapa do capitalismo baseada em uma economia extrativa, tal qual discutido no primeiro capítulo, que se conectam com os efeitos da moderna tecnologia e os riscos típicos dessa "indústria-símbolo" de nossa era. A Campanha "Nem um poço a mais", além de possuir uma atuação muito voltada para os processos de resistência nas comunidades locais, concomitantemente fomenta discussões sobre a queima de combustíveis fósseis e sua relação direta com o aquecimento global. Chama-se a atenção para o fato de a indústria petroleira ser também financiadora das "falsas soluções para a crise climática", dentre elas os chamados mercado de carbono, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a iniciativa de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e os Programas por Serviços Ambientais (PSA).

O cenário descrito fundamenta a importância da existência e disponibilidade de aliados influentes, apontado por Tarrow (2011) como uma "janela de oportunidade", que possibilita a emergência de uma mobilização. O autor argumenta que as oportunidades

políticas são "dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do cenário político, ou de mudança neste cenário, que fornecem incentivos para a ação coletiva, afetando expectativas de sucesso ou fracasso" (TARROW, 2011, p. 163, tradução nossa). Assim, os sujeitos são encorajados a mobilizarem-se coletivamente quando possuem aliados disponíveis para apoiar suas causas não apenas perante as Cortes, mas diante da opinião pública e demais agentes institucionais, além de defendê-los contra as repressões sofridas ou participarem de negociações em prol da coletividade ali representada.

Em um primeiro momento, a emergente frente antipetroleira buscou reunir esforços para sensibilizar e engajar possíveis aliados de diversas esferas da sociedade civil e dos movimentos sociais, assim como de diferentes frentes de luta. Isso ocorreu através de performances e mecanismos de confronto específicos que colocavam em processo de interação os próprios afetados com outros atores que circulam por diversas escalas de atuação. Conforme verificamos, não estar submetido ao sofrimento do território e suas situações de opressão, tal como os afetados em si, propicia aos atores mobilizadores um certo jogo de ambivalência em que se conhece o sofrimento, mas também se transita fora dele. É este transitar entre mundos, vivências e suas distintas afetações que caracteriza e confere importância singular às interações no contexto de conflito ambiental.

Um dos momentos inaugurais do debate mais amplo sobre os impactos da indústria petroleira no Espírito Santo ocorreu entre os dias 28 e 31 de agosto de 2013, com o V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. O tema escolhido foi "Articulando resistências frente às injustiças ambientais do atual modelo energético", pois era percebido que a temática possui um caráter articulador e já mobilizava distintos sujeitos que participavam da RBJA. A partir desse tema, foi problematizado o modelo no qual "as políticas desenvolvimentistas que priorizam e dependem da produção e consumo intensivos de energia, impõem o modo de vida urbano das sociedades industriais consumistas como modelo único para todas as populações", sendo este um modelo que também "carrega as marcas colonialistas, racistas, patriarcalistas e imperialistas"[64] adotadas pelos governos que transformam a natureza em mercadoria e privilegiam as grandes corporações.

[64] Fonte: Carta Política do V Encontro Nacional da RBJA, disponível em: https://redejusticaambiental.wordpress.com/2013/09/13/declaracao-do-v-encontro-nacional-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental/.



Figura 36: Apoio a Yasuní durante o V Encontro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Serra/ES (2013). Fonte: Acervo Campanha "Nem um poço a mais".

A presença de representantes da *Oilwatch* e da organização equatoriana *Acción Ecológica* foi vista como fonte de inspiração para o que aparece na carta política do encontro como uma radicalização na luta por Justiça Ambiental, como podemos observar no seguinte trecho:

> Mas este encontro nos trouxe muitas inspirações, radicalizando a luta por Justiça Ambiental como a proposta, apoiada pelo povo equatoriano, de deixar o petróleo no subsolo em Yasuní na selva amazônica. Processo onde a Petrobras foi denunciada por violar direitos das comunidades e degradar os territórios, sendo assim, pressionada pela sociedade para se retirar do Equador. Rechaçamos a decisão do presidente Rafael Correa de retroceder essa conquista popular e liberar a exploração petroleira nos blocos 31 e ITT no Parque Nacional de Yasuní (Carta Política do V Encontro Nacional da RBJA, 2013).

Importante comentar que as organizações, coletivos e movimentos vinculadas à rede – destacando-se a própria FASE e o Fórum dos Atingidos pela Indústria de Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG)[65] – já estavam atuantes no

[65] O FAPP-BG foi criado em abril de 2012 com o objetivo, de acordo com a sua declaração, de "garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica". Entre as organizações que compõem o Fórum estão: Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Direito Ambiental, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Associação dos Professores Pesquisadores de História da Baixa Fluminense (APPHClio), Associação Guadá

latente e complexo conflito no território pesqueiro da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Trata-se de um caso emblemático do choque entre distintas racionalidades de apropriação da natureza, tendo culminado no litígio entre os pescadores artesanais representados pela Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar) e empreendimentos vinculados à Petrobras, intermediado pelo Ministério Público Federal.

Em sua dissertação que analisa o litígio, Maia (2014) apresenta que as bandeiras e estratégias da associação foram sendo induzidas a se apropriar das condições impostas às possibilidades de sua atuação, que transitaram da luta imediata pelo direito de pescar, através de ocupações e barqueatas, à defesa da justiça ambiental e dos direitos humanos nos foros estatais, nacionais e internacionais. Neste cenário, é evidente o protagonismo do pescador Alexandre Anderson que, com o apoio de advogados militantes, aprendeu a utilizar a linguagem técnica e instrumentos jurídicos a favor de suas causas. Tendo, portanto, se tornado um afetado mobilizado que possui pleno domínio dos canais de visibilização e articulação do confronto, trata-se de uma liderança emblemática que passa a colaborar na mobilização em outros territórios pesqueiros com conflitos deflagrados, estando presente no Espírito Santo junto à Campanha "Nem um poço a mais" nas missões, intercâmbios, *toxic tours* e seminários. Tais vínculos foram determinantes no sentido de que ambos os territórios (Baía de Guanabara e litoral capixaba) passam pelo mesmo processo de desterritorialização desencadeada pelo avanço da cadeia do pré-sal, além de possuírem antagonistas em comum (a Petrobras ou o próprio Estado brasileiro, por exemplo). Portanto, as estratégias de confronto poderiam ser adaptáveis à realidade no Espírito Santo.

Deste modo, evidencia-se um marco essencial no fortalecimento da luta antipetroleira no estado pois, a partir destas interações entre distintas experiências de luta, muitos dos sujeitos localizados nas fronteiras da expansão desenvolvimentista começam a conectar a realidade local com a externalidade social que, nos termos de Tilly e Tarrow (2007), certifica e difunde a relevância do pleito. Bandeiras como "deixar o petróleo no subsolo" ou "por áreas livres de petróleo" começam a ganhar força e, consequentemente, a própria organização e disposição de luta dos afetados se amplia, que passam a destinar suas questões e descontentamentos às companhias específicas (Petrobras, Jurong, StatOil, Shell, Total, Chevron, entre outras) e ao próprio governo, vistos como os principais antagonistas neste cenário.

Vida, Federação de Associações de Moradores de Duque de Caxias, Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, Sindicato dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, etc.

Também é crucial destacar que a busca por financiamentos através dos editais de fomento é um importante fator para o fortalecimento de uma luta tal qual a que se delineia com os afetados por petróleo e gás, tratando-se de uma prática recorrente no meio das ONGs na América Latina. Nesse sentido, a frente só passa a ganhar corpo e forma enquanto campanha consolidada, com objetivos e causas específicas, após a conquista de um edital da União Europeia, conforme podemos verificar no trecho a seguir:

> Mas fomos tocando o debate, fomos conversando com mais gente e expandindo os horizontes. Nesse mesmo ano de 2015 a União Europeia abriu um edital de direitos humanos, aí mandamos um projeto que tratava basicamente dos direitos humanos e as violações desses direitos praticados pela indústria petroleira. Aprovamos o projeto, previmos uma série de atividades e todas elas estão se realizando. Estamos conseguindo dar conta de tudo que a gente se propôs a fazer. Esse projeto foi aprovado no final de 2015 e ele iniciou a execução dele em fevereiro de 2016. O escopo do projeto tratava do fortalecimento das populações tradicionais e, pra isso, a gente se propunha a realizar encontros entre essas populações atingidas, impactadas, e aquelas que não foram atingidas nem impactadas, mas que vão ser. Por exemplo, os pescadores e os nativos do sul do Espírito Santo, uma região paradisíaca de muito turismo e que tem uma série de super portos previstos para serem instalados. Então começamos a realizar esses encontros. No primeiro ano, os encontros foram basicamente como a gente tinha pensado... Encontros regionais, fizemos um encontro no norte, um na região metropolitana e um encontro no sul. E seguido a cada encontro, um intercâmbio onde a gente procurava levar pessoas de uma região para conhecer outra, para levar a sua experiência e aprender com a experiência daquela região (Beto, técnico da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

Acompanhando todo esse processo de mobilização, tornou-se possível observar que a formação do enquadramento não se deu sem a ocorrência de alguns dilemas internos. Em muitos momentos, os sujeitos articulados na Campanha "Nem um poço a mais" encontram certa relutância em adotar a designação de "afetados" e as justificativas variam[66]. O próprio coordenador da FASE/ES problematiza esta questão:

> Não gosto muito do termo afetado porque gera um termo muito passivo, de uma passividade daqueles que ali estão. Parece que afetado é uma tábula rasa onde se botam as palavras, né. Ou então é um ser parado, que tá ali. E não, ninguém é só afetado. Ninguém é só vítima. [...] Além de ser afetado, também é pai e mãe, acorda de manhã e cuida das galinhas, ou se for em Duque de Caxias, acorda de manhã e pega um ônibus de três horas até o Centro do Rio... Então o termo afetado é mais um desses termos como o

[66] Houve um momento no encontro da RBJA no Espírito Santo em 2013, quando ainda se buscavam as articulações para consolidar a frente, em que um grupo de pescadores recusaram-se a utilizar o termo "afetado" pois, para eles, remetia à homossexualidade.

> toxic tour né, que serve como um discurso para os de fora, mas para os de dentro muitas vezes pode encobrir e botar no mesmo saco aquele que é afetado mas não se subordina à essa condição, se revolta e procura enfrentar, e aquele que é afetado por qualquer compensação, qualquer... é... qualquer equivalência de métrica de afecção, ele aceita parar de ser nomeado como afetado. Então esse eu acho que é um termo sempre ambíguo, como tudo né, como todas essas nossas categorias que quando chega na ponta você vê que elas não... Elas não dão conta (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em novembro de 2016).

A partir de toda essa discussão, seguimos a perspectiva de Losekann (2016) ao compreendermos o "afetado" não como uma identidade, mas como um enquadramento que ocorre pela compatibilização das diversas identidades coletivas convergentes (ambiental, indígena, quilombola, campesina, gênero, pescadores, etc.) em uma dada condição. Desta forma, torna-se seguro afirmar que a formação de enquadramentos interpretativos (*frames*) é um componente central nas estratégias políticas das redes de resistência em contexto de conflitos ambientais. Nos termos de Goffman (2012, p. 34), trata-se dos "princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo nele". De acordo com Snow e Benford (1988), a formação destes *frames* mobiliza adeptos potenciais para recrutar apoio e para desmobilizar antagonistas. Assim, os membros das redes de ativismo buscam formas de endereçar suas questões à agenda pública enquadrando-as de formas inovadoras e procurando locais acolhedores, podendo até criar novas questões quando enquadram velhos problemas de um novo jeito (KECK & SIKKINK, 1998). É o que ocorre, por exemplo, no que Kirsch (2014) denomina de "políticas do tempo", ou seja, a partir desse processo de interação e enquadramento, os indivíduos modificam sua percepção acerca de impactos sofridos em tempos passados e começam a identificar aquela realidade como opressiva. Em suma, o alinhamento de enquadramentos possibilita que os atores classifiquem dada situação como injusta e determinem os tipos de reivindicações necessárias e as performances a serem empregadas.

Ainda sobre as questões que envolvem a formação do enquadramento "afetados", o coordenador da FASE/ES desenvolve:

> Mas de qualquer forma, gosto mais de trabalhar com "grupos locais em conflito" do que "grupos locais de afetados", porque esses que fazem o conflito eu sei que com eles eu tenho mais chance de construir uma resistência mais sólida e eles vão conseguir de alguma forma sustentar o conflito com os seus respectivos inimigos, né. Muitas vezes você vai num lugar, faz um gigantesco relatório maravilhoso dos afetados desse lugar. Aí você quer fazer desse relatório uma coisa importante e levar ao Ministério

> Público, judicializar o caso, etc. No lugar lá dos afetados tem, sei lá, dois mil pescadores, ou seja lá o que for. É... aí na hora de sustentar o conflito sobram cinco, sobram quatro, sobram dez, entende? Então, é... afetados serve como um termo pra fora, mas pra dentro nos causa até problemas metodológicos outros, né. Já que indiferencia aqueles que compram o conflito e aqueles que não compram. E aí começam uma série de teses muito preconceituosas, tipo assim: "Ah, só compram o conflito quando a água chega na barriga!". Mentira. Eu conheço pessoas que são muito menos afetadas do que outras, compram conflitos com muito mais radicalidade do que essas outras. E ao contrário, bem, conheço pessoas também muito afetadas e estão numa situação de vida ou morte e isso também as leva, mas nem sempre isso é um critério de contra-afecção (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em novembro de 2016).

Nesse sentido, destaca-se que muitos dos atores locais com os quais a FASE/ES já se mobilizava junto em outros processos, como o da Rede Alerta Contra o Deserto Verde ou das escolinhas de formação quilombola, participam da Campanha. No entanto, conforme aponta o trecho acima transcrito, mobilizam-se em menor número mas visando maior incidência. Isso ocorre, talvez, pelo próprio caráter da indústria combatida – os impactos da cadeia do petróleo e gás parecem ser mais difusos e oferecem maiores desafios para serem relacionados aos devidos empreendimentos. Os problemas decorrentes de outras atividades extrativas também não desaparecem, pelo contrário, acumulam-se e o enfrentamento à indústria petroleira surge como mais uma realidade opressiva, o que pode gerar certa resignação de alguns atores. Ainda, como apontado pelo coordenador da ONG em entrevista, os indivíduos não são apenas "afetados" e suas existências envolvem toda uma complexidade – como em qualquer outra realidade de vida. Então, caso todo pescador, quilombola, indígena ou ribeirinho, converterem-se em militante, a própria luta perde o sentido. É neste aspecto que reside a importância dos afetados mobilizados que atuam em prol da coletividade que representam.

Seguindo a proposta de Losekann (2017), o foco deste trabalho concentra-se na mobilização social enquanto um processo de ação coletiva onde as contestações ocorrem de forma rotineira, autoconsciente e coordenada, tal como Jasper (2014) define os movimentos de protesto – sendo este apenas um dos focos de análise, não significando que outras dimensões menos organizadas e menos visíveis politicamente não possam ocorrer. Para fundamentar a análise, a autora recorre às contribuições de Scott (1990). Este autor apresenta que grande parte da vida política dos grupos subalternizados não se encontra nem no explícito endereçamento de desafios aos detentores de poder, nem na submissão às forças hegemônicas, mas no vasto território entre estes dois polos opostos. Há, portanto, uma diferença fundamental entre o discurso público – através do qual as relações de poder são

estimuladas explicitamente – e o discurso oculto – onde as relações de poder são conduzidas na forma de resistência, geralmente sem serem percebidas. Para Losekann (2017), ambas as dimensões discursivas são políticas. Portanto, a análise aqui apresentada localiza-se na intersecção entre estas dimensões e os mecanismos que tornam declaradas esta resistência oculta.

Por fim, concluindo a presente seção, compreendemos que a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e a Campanha "Nem um poço a mais" apresentam processos muito semelhantes de mobilização, organizadas em redes que se constituem como espaços de convergência, onde se conectam os "afetados em si" a partir de seus respectivos territórios, os "afetados mobilizados" e os "mobilizadores dos afetados", cujas ações concentram-se em reivindicações semelhantes. Nesse sentido, além dos processos insurgentes, a mobilização dos afetados também herda certos repertórios instituídos em processos anteriores.

Buscamos até o presente momento evidenciar as diversas conexões e territorialidades a partir das quais a mobilização propriamente dita ocorrerá, enquadrando os problemas locais em termos mais gerais que conectam os distintos territórios (local-global) e enquanto consequências de regras ditadas nos espaços que extrapolam o marco do Estado-nação. No próximo capítulo nos dedicaremos a apresentar uma revisão do debate em torno da Teoria do Confronto Político que norteia o olhar analítico aqui presente, para então descrevermos as performances e mecanismos empregados no âmbito da resistência ao petróleo e gás e, por fim, propormos uma análise culturalista do mecanismo de intermediação em contextos conflituosos.

3 CONSTRUINDO A RESISTÊNCIA: O CONFRONTO POLÍTICO E O PAPEL DA INTERMEDIAÇÃO EM CONTEXTOS DE CONFLITOS AMBIENTAIS

As problematizações realizadas nesta dissertação estão assentadas na literatura de matriz estadunidense da ação coletiva e dos movimentos sociais – especificamente, do *Contentious Politics*, ou Teoria do Confronto Político. Bringel (2011) apresenta que as discussões desta agenda de pesquisa proporcionaram importantes contribuições para que novos giros teóricos tenham sido produzidos, abrindo um amplo leque de questões teóricas, metodológicas, ontológicas e epistemológicas. Portanto, compreende-se que ao prestarmos mais atenção nas formas como as pessoas interagem e se relacionam umas com as outras, obtêm-se uma visão mais profunda das complexidades e agências envolvidas no processo.

O projeto do *Contentious Politics* surge visando uma desvinculação do estruturalismo estrito vigente e em busca de interpretações mais relacionais não somente para os movimentos sociais, mas para as diversas formas de expressão da contestação ou do confronto político. Bringel (2011), ao responder à afirmação de Tarrow de que o projeto se deve à um giro epistemológico, defende:

> Tenho a sensação de que o giro é de caráter mais ontológico, pois está mais relacionado ao *o que estudar* que ao *como conhecemos as coisas*. [...] O giro epistemológico permanece como um grande desafio no qual devemos avançar nos próximos anos não só para incluir estudos de novas áreas geográficas não-ocidentais, mas para incorporar também novas visões de mundo e saberes silenciados que podem contribuir muito ao entendimento das novas formas de resistência no mundo contemporâneo (BRINGEL, 2011, p. 69).

Assim, a elaboração teórica e conceitual realizada por diversos autores e autoras desta matriz permite uma melhor compreensão da atuação multiescalar empreendida pelos atores envolvidos no processo de mobilização por áreas livres de petróleo, que conecta territórios do Espírito Santo, através da Campanha "Nem um poço a mais", com outras arenas globais. A seguir, apresentaremos uma breve revisão da Teoria do Confronto Político.

3.1 BREVE REVISÃO DO CONFRONTO POLÍTICO: A TRANSIÇÃO DE UMA TEORIA ESTÁTICA AO PONTO DE VISTA CULTURALISTA

De acordo com Charles Tilly, um dos principais expoentes do referido campo de estudos, a ação coletiva ocorre a partir de **repertórios**, sendo este um conceito constitutivo do modelo analítico e que sofreu alterações ao longo do tempo. Em sua primeira formulação, ainda nos anos 1970, ele não possuía uma definição muito precisa e contava com um caráter altamente estrutural, sendo que, por este motivo, Tilly recebeu duras críticas de autores e seguidores que passaram a defender vias mais culturalistas para a continuação do debate. Sidney Tarrow, um de seus principais herdeiros intelectuais, no livro "O Poder em Movimento"[67] define o repertório como "as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados" (TILLY *apud* TARROW, 2009, p. 51). De acordo com Tarrow, o contexto estrutural e cultural criaria oportunidades e restrições políticas para que o repertório seja limitado ou inovado. Tilly também reexamina o conceito ao longo de suas obras e acaba por concluir que os repertórios são formados por uma série de **performances** que possuem certa fluidez[68]. Nas palavras do autor:

> Podemos capturar algumas das características recorrentes, historicamente, incorporado pela política contestatória, por meio de duas metáforas teatrais relacionadas: performances e repertórios. Se olharmos de perto uma reivindicação coletiva, veremos que casos particulares improvisam a partir de roteiros [*scripts*] compartilhados. [...] A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, aprendido e, ainda assim, improvisado das interações [...]. Reivindicar usualmente se parece com o jazz e a *commedia dell'arte* mais do que com a leitura ritual de uma escritura sagrada. Como um trio de jazz ou grupo de teatro de improviso, as pessoas que participam em política confrontacional normalmente podem atuar em diversas peças, mas não uma infinidade delas [...] (TILLY, 2006, p. 35, tradução nossa).

O livro *Repertoires and regimes*, lançado no ano de 2006, é responsável por consolidar a teoria dos repertórios. Tal como sintetiza Alonso (2009, p. 79), Tilly "adotou a metáfora teatral para descrever a relação entre agentes e repertórios, pondo a tônica nas performances, isto é, no improviso e na interpretação a que os atores submetem um repertório quando agem". A relação que o autor estabelece entre a arte e a ação coletiva traz o

[67] O livro foi originalmente lançado no ano de 1994, com o título em inglês *Power in movement: collective action, social movements and politics*.
[68] O repertório é definido como: "[...] conjunto limitado, familiar, historicamente criado de performances que, sob a maioria das circunstâncias, circunscreve em muito os meios pelos quais as pessoas se engajam em confrontos políticos" (TILLY, 2006, p. vii, tradução nossa).

improviso e a criatividade para a cena do conflito – a dizer, a partir de um *script* já estabelecido, se faz possível a partir da interpretação de cada um dos atores e das especificidades do contexto, a produção de particularidades[69].

O livro *Dynamics of Contention*, de McADam, Tarrow e Tilly (2001), representou um importante marco para o projeto da Teoria do Confronto Político no sentido de que eles reformulam os seus próprios conceitos e apresentam importantes avanços. Os autores passam a inserir um cenário histórico dinâmico delimitado em um tempo (episódios), dividindo-os em sequências relevantes do confronto (processos) que se caracterizam pela conexão e encadeamento de determinados elementos (mecanismos) que são, no fundo, determinadas variáveis que tomam emprestadas dos enfoques pertencentes à agenda clássica dos movimentos sociais.

A obra rompe com a divisão que se faz entre política institucionalizada e não-institucionalizada enquanto dois mundos distantes, uma vez que a institucionalização já é algo esperado e incorporado nos repertórios. Em substituição, são propostas duas novas categorias de ação: contida e transgressiva. A primeira "faz referência àqueles casos de confronto político em que todas as partes são atores previamente estabelecidos que empregam meios também estabelecidos de ação" (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 8, tradução nossa), enquanto a segunda implica em uma interação episódica, pública e coletiva entre os reivindicadores e seus objetos, podendo qualificar-se enquanto inovadora quando "incorpora reivindicações, seleciona objetos de reivindicação, inclui autorrepresentações coletivas e/ou adota meios que não têm precedentes ou que estão proibidos no regime em questão" (*Idem*). Portanto, a ação transgressiva possui o poder de alterar o *status quo*, incorporar novos atores que passam a reconhecer o seu caráter político durante o processo e também pode implicar na inovação dos repertórios[70]. É nesse tipo de confronto pelo qual a obra debruça a sua análise.

Importante apontar que tal perspectiva teórica acaba por implicar na expansão do enfoque dos movimentos sociais – este passará a ser apenas mais um dos elementos estudados, assim como as revoluções, ondas de protestos, greves, entre outros. O confronto político será definido como:

[69] Charles Tilly faleceu no ano de 2008 e em seu último livro, dedicado às performances de contestação, o conceito permanecia sem muitas respostas e em aberto. Alonso (2012) aponta que o autor encerrou o livro e a vida convidando outros a prosseguir com a tarefa.

[70] Por inovação compreende-se as práticas de contestação que tendem para o que não é institucionalizado, ou seja, não se enquadram nos modelos tradicionais.

> A interação episódica, pública e coletiva entre os responsáveis das demandas e seus objetos quando: (a) ao menos um governo é demandante, objeto de demandas ou parte das demandas, e (b) as demandas, caso se concretizem, afetam os interesses de ao menos uma das partes (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 5, tradução nossa).

Nesse sentido, a ação coletiva é compreendida como um processo social complexo. No entanto, os autores admitem que nem toda ação política é contenciosa, sendo que grande (ou maior) parte consiste em cerimônias, consultas, processos burocráticos, recolhimento de informações, informes sobre os acontecimento, dentre outros. O confronto político pelo qual estão interessados "é episódico, ocorre publicamente, envolve a interação entre quem reivindica e outros, reconhece esses outros como algo que tem efeito em seus interesses e faz com que o governo intervenha como mediador, objetivo ou reivindicador" (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 5, tradução nossa). Mas antes de adentrarem para uma análise dinâmica do confronto, os autores apresentam uma concepção estática dos cenários políticos e uma tipologia de atores políticos coletivos instituídos, mas que não são fixos e que podem sofrer uma mutação durante o próprio processo, tais quais: agentes do governo, membros do sistema político (atores que usufruem de acesso rotineiro nos organismos e recursos governamentais), desafiadores (atores que carecem do dito acesso rotineiro), sujeitos (pessoas e grupos não organizados no momento como atores políticos constituídos) e atores políticos externos (incluem outros governos).

A solução encontrada para passar de uma análise estática para uma dinâmica é explicar a ação confrontadora através de **processos** sociais que são constituídos por sequências e combinações de **mecanismos** causais. Assim, nas palavras dos autores:

> Rapidamente descobriremos que a mobilização não é um processo isolado: se sobrepõe com outros mecanismos e processos – tais como a criação e a transformação dos atores, sua certificação ou descertificação, sua repressão, sua radicalização e a difusão da contestação à novos locais e atores nas complexas trajetórias da contestação política (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 14, tradução nossa).

A partir dessas definições, a sequência explicativa consiste em uma minuciosa identificação de episódios ou séries de episódios contestatórios com certas características problemáticas, para então localizar os processos que, dentro desses episódios, apresentam os problemas e, por fim, identificar os mecanismos causais cruciais dentro desses processos – a saber: atribuição de oportunidade e ameaça, apropriação social, *brokerage* (ou

intermediação), formação de categorias e de identidades, mudança de objeto, certificação, difusão, mudança de escala, radicalização e convergência (ALONSO, 2009).

É compreendido que um dos maiores êxitos apontados no *Dynamics of Contention* reside no enfoque dado aos mecanismos para chegar a uma explicação, sendo considerado "uma forma *ad hoc*, mas realista, de dividir as complexidades da vida social em efeitos pequenos e locais, que se somam para obter grandes resultados" (JASPER, 2012, p. 14, tradução nossa). Entretanto, embora o "McTeam", como Jasper denomina o trio de autores, tenha realizado um enorme e valioso esforço de superar o abismo entre as explicações macro e microssociológicas, muitas críticas foram produzidas no sentido de apontar certas tendências que insistem nas explicações macro. Jasper salienta que eles não avançam de uma perspectiva estrutural para uma estratégica, e afirma que o verdadeiro avanço seria voltar o olhar para as pequenas interações, propondo a construção de uma perspectiva culturalista da ação.

A obra *Silence and voice in the Study of Contentious Politics* (AMINZADE *et al.*, 2001) já identificava pontos negligenciados anteriormente dentro do debate – tais como as emoções e os elementos biográficos, além de categorias como "oportunidades" que ainda permaneciam em protagonismo – que são decorrentes dessa tendência nas explicações macro. Nessa mesma obra, McAdam, Tarrow e Tilly (2001) admitiram as limitações dos trabalhos anteriores, em parte pela ausência das emoções. A posterior crítica de Goodwin e Jasper (2014) vai no sentido de que o uso do conceito de estruturas de oportunidades políticas eliminou os atores, mesmo que esta seja uma variável reconhecidamente importante para análise. Mais recentemente, na obra "Protesto: uma introdução aos movimentos sociais"[71], Jasper afirma:

> Nos últimos anos, os estudiosos dos movimentos sociais têm valorizado cada vez mais os significados e sentimentos culturais que acompanham os protestos, bem como as formas através das quais as pessoas os articulam para compreender suas vidas e cultivar seus sonhos morais. Os manifestantes e aqueles por eles envolvidos buscam familiarizar-se com a situação por meio de ações e decisões, expressando e criando seus próprios objetivos e identidades, e avaliando uma variedade de táticas para tentar obter o que desejam. Não é possível entender os movimentos sociais sem entender os pontos de vista dos participantes (JASPER, 2016, p. 14).

[71] A obra foi originalmente lançada no ano de 2014, com o título em inglês *Protest: a cultural introduction to social movements.*

Portanto, para o autor, examinar a ação coletiva é também uma forma de observar como funciona a cultura. Para esta formulação, Jasper parte do pressuposto de que as teorias até então têm oferecido "figuras lineares, vivendo emoções previsíveis, misturando-se à multidão, levadas por uma única motivação" (JASPER, 2016, p. 219). Em contrapartida, um ponto de vista mais culturalista pode ajudar-nos a ir além na compreensão dos processos, pois, ao que Jasper complementa, "seu ponto de partida é o ponto de vista dos sujeitos, seus sentimentos, objetivos e ações, as escolhas que fazem ao tentarem seguir seu caminho" (*Idem*). Nesse sentido, pode-se afirmar que a cultura é indispensável para reconhecer o que um indivíduo absorve a partir da socialização, o que pode ser considerado como recurso, o que funciona como estratégia e por que.

Significa dizer que as oportunidades políticas, os recursos, a bagagem cultural e os enquadramentos permitem que os atores envolvidos em ações contestatórias identifiquem quando agir de determinada maneira, que adotem certas estratégias e, assim, elaborem seus próprios repertórios de confronto. A escolha por certos caminhos de atuação depende, portanto, em grande medida da percepção desses atores envolvidos na mobilização acerca dos espaços viáveis para direcionar as suas demandas, da estrutura de oportunidades assim como dos quadros interpretativos (*frames*) responsáveis por enquadrar dadas situações como injustiças. Para exemplificar tal afirmação, como apresentado por Losekann (2016), observamos que a repressão violenta e a criminalização por vias judiciais são reelaboradas enquanto razões para a mobilização – o que é evidente no caso dos pescadores da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Na mesma medida, muitas vezes a própria Campanha incorpora ao seu repertório as respostas às ações opressivas, a revertendo como oportunidades para a mobilização e utilizando certas performances que dão visibilidade ao caso. Isto é percebido nos intercâmbios e *toxic tours* (ou giros territoriais, onde se conhece *in loco* a realidade dos impactos sobre as comunidades e a natureza), que buscam levar possíveis apoiadores aos territórios com conflito deflagrado a fim de que, posteriormente, estes atores atuem em solidariedade à causa, utilizando dos recursos disponíveis – que podem ir desde a judicialização da causa até a produção de materiais para gerar visibilidade.

Ademais, Jasper (2012, p. 15, tradução nossa) também formula que melhor seria trabalhar com mecanismos de **interação** do que **relação**, pois "as relações já estão estruturadas e funcionando, enquanto as interações têm lugar em meio a essas relações". Losekann (2016) adere à esta perspectiva e acrescenta a crítica de Jasper ao modelo de mecanismos adotado do "McTeam". De acordo com a autora:

> Parece-nos de fato mais proveitoso conceber mecanismos de interação enquanto articulações estratégicas do curso da ação, que são diferentes das relações efetivas e estáveis, as quais estão implicadas nos processos de ação confrontadora. Dessa forma, as interações alteram as posições dos atores e produzem fluxos de ação capazes de gerar novos processos de ação coletiva. Ademais, concordando com Jasper (2011), compreendemos que mecanismos emocionais ocupam um papel relevante nesses processos (LOSEKANN, 2016, p. 130).

De modo geral, identifica-se como necessária a introdução destes elementos conceituais para uma explicação mais proveitosa da ampla e complexa mobilização transnacional dos afetados pela indústria do petróleo e gás na América Latina, como se busca fazer ao longo do trabalho. Seguimos, desta forma, também a proposta de Bringel e Echart (2008) sobre a necessidade de se adaptar as variáveis e referências utilizadas nos estudos das ações contestatórias.

As explicações macro políticas e econômicas apresentadas no primeiro capítulo são evidentemente relevantes para compreendermos a constituição desse conflito em termos de resistência e ação coletiva, que culmina na formação da Campanha "Nem um poço a mais". As evidências empíricas apresentadas visam complementar a explicação da articulação de uma mobilização de caráter contestatório, buscando analisar a emergência dos "afetados pela indústria do petróleo e gás" enquanto um enquadramento insurgente, que tendencialmente tem sido ampliado para contemplar diversos tipos de identidades políticas e impactos. A relevância encontra-se justamente nessa capacidade, que nos sugere que devemos dispor de maior atenção às formas como os atores constroem os significados das lutas. Por fim, como defende Losekann (2016, p. 157), não se trata do estabelecimento de um único repertório, como costuma aparecer na literatura, "mas de uma composição de repertórios que geram recursos de mobilização, produzem interações com atores políticos e sujeitos não engajados, além de provocarem interações entre aspectos institucionais e não institucionais".

No tópico a seguir buscaremos nos aprofundar sobre a relevância do papel da intermediação através da atuação de mobilizadores dos afetados para a ocorrência e consolidação da mobilização dos afetados pela cadeia extrativa do petróleo e gás

3.2 *BROKERS* EM AÇÃO: O PAPEL DA INTERMEDIAÇÃO NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA CAMPANHA

Conforme mencionado anteriormente, torna-se evidente afirmar que a proposta de análise voltada para os **mecanismos** e **processos** marcaram a passagem de uma teoria

estática, antes interessada nas estruturas de oportunidades, para um análise dinâmica interessada em todo o contexto e que enxerga ação política no cotidiano dos atores, sem desprezar os conceitos elaborados anteriormente. Três tipos distintos de mecanismos foram propostos: (i) ambientais, que correspondem aos aspectos estruturais da mobilização; (ii) cognitivos, que operam mediante alterações da percepção individual e coletiva, envolvendo a formação de enquadramentos da ação coletiva; e (iii) relacionais, responsáveis por alterar as conexões entre as pessoas, grupos e redes. McAdam, Tarrow e Tilly (2001) também assumem que três categorias fundamentais guiarão toda a sua trajetória de análise: (i) mobilização, que auxilia na explicação de como as pessoas que em um dado momento não fazem reivindicações passam a fazê-lo, ou como quem já reivindicava se desmobiliza; (ii) atores, que explicará quem se envolve no confronto, que tipo de identidade assume e quais formas de interação geral; e (iii) trajetórias, que auxilia na visualização do curso e da transformação do confronto, incluindo seus impactos sobre a vida fora das interações imediatas do confronto político. De acordo com os autores:

> Utilizamos os mecanismos e os processos como suporte para nossa **explicação**; os episódios, como suporte para a nossa **descrição**. Portanto, apostamos em uma forma de funcionamento do mundo social: que as grandes estruturas e sequências nunca se repetem, mas são o resultado de diferentes combinações e sequências de mecanismos de alcance muito geral (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 32, tradução nossa, grifo nosso).

Tais categorias são amplamente utilizadas na presente dissertação, tendo em vista o objetivo de descrever o processo de construção de uma mobilização que envolve uma pluralidade de atores atuando através de certos mecanismos, enquadramentos e performances. Nesse sentido, torna-se importante evidenciar o foco em um mecanismo específico: o ***brokerage*** (ou **intermediação**), que foi amplamente explorado como uma posição estrutural pela literatura de análise de redes sociais, na qual os *brokers*[72] (ou intermediários) seriam os atores em posição de conectar grupos que estavam previamente desconectados (MARSDEN, 1982; GOULD, 1989; BURT, 1992).

[72] De acordo com Gurza Lavalle e Von Bülow (2014, p. 130-131), "*broker* deriva da palavra francesa "*brocour*" (pequeno comerciante), corrente no século XIV (HARPER, 2014), que, por sua vez, provém de termos do francês antigo usados para designar o varejista de vinho e cerveja e, por extensão, a ação de servir cerveja de barril (*abrokur* e *brocheor*). O *broker* era, assim, um varejista de álcool e intermediário da circulação de bebidas embriagantes. [...] De fato, a ambivalência pode ser identificada na literatura como ênfase nos benefícios auferidos pelo intermediário – ora atingidos legitimamente ou mediante abuso de sua posição – ou naqueles gerados a favor dos intermediados".

Mais recentemente, a intermediação passa a ser incorporada na agenda do confronto político como um mecanismo relacional quando McAdam, Tarrow e Tilly (2001, p. 26, tradução nossa) o definem como "a vinculação de dois ou mais locais previamente desconectados através de uma unidade que intermedeia as relações entre eles e/ou ainda com outros locais". No entanto, Mische (2008) argumenta ser necessário estender a compreensão da intermediação para englobar não apenas situações em que os atores estão completamente desconectados, pois "a existência de aglomerados completamente desconectados é apenas um caso-limite em relação às formas parciais de intersecção e disjunção, de ocorrência mais comum" (MISCHE, 2008, p. 49, tradução nossa). Diani (2003, p. 107) também apresenta uma perspectiva semelhante ao defender que, em certas ocasiões, "a intermediação é crucial para a sobrevivência de correntes de interação e, portanto, para a conexão de uma rede como um todo".

Tendo isso em vista, Von Bülow apresenta a seguinte definição:

> Assim, proponho definir a intermediação em termos amplos, como iniciativas que conectam atores (indivíduos, organizações ou setores) que estão separados por distância geográfica, falta de confiança ou por falta de recursos, ou simplesmente por não estarem cientes da existência uns dos outros. Nesse sentido, a intermediação não está simplesmente tentando conectar os atores. Envolve a negociação de diferenças e o desenvolvimento de significados comuns, mesmo que provisórios[73]. Isto é particularmente verdadeiro nas análises da ação coletiva transnacional entre atores heterogêneos que muitas vezes possuem múltiplos laços que os conectam, através da sua co-participação em diversas campanhas, eventos ou coalizões diferentes. Tal compreensão da intermediação se desloca do foco nas posições estáticas dos atores nas redes sociais para o estudo dos processos pelos quais os intermediários chegam e sustentam essas posições[74] (VON BÜLOW, 2010, p. 108, tradução nossa).

A autora apresenta que tanto a literatura das redes sociais quanto do confronto político tenderam a assumir apenas os impactos positivos da intermediação, assim como dos próprios intermediários e da ação coletiva pelo fato deles contribuírem para a mobilização criando novos atores coletivos, conforme apontado por McAdam, Tilly e Tarrow (2001). No entanto, no contexto pelo qual a presente dissertação debruça a sua análise, tendo em vista os processos latino-americanos atuais, o papel desempenhado por mobilizadores dos afetados como intermediários possui uma grande capacidade de construir significados, de resolução de necessidades, efetivação de direitos, em um sentido emancipatório – em suma, de alternativas

[73] MISCHE, 2008, p. 50, 138-139.
[74] DIANI, 2003b.

societárias. Conforme verificamos ao longo da discussão, embora a situação opressiva possa ser percebida por toda uma comunidade, isso não significa que todos os afetados em si estarão engajados na resistência e frentes de luta. Nesse sentido, identifica-se que um dos aspectos mais fundamentais para que ocorra a conexão dos impactos com a emergência de um confronto reside nas formas em que os atores experimentam os processos de interação. Como propõem Bringel e Falero (2008):

> [...] quando se extrai, da lógica puramente mercantil, uma necessidade social e se intercambiam experiências, saberes e propostas, trava-se uma disputa pela subjetividade coletiva que também chega ao plano transnacional. Isso supõe um processo lento e complexo de (re)elaboração de significados, mas, quando fundamentado em experiências concretas e crescentes para a resolução prática de necessidades sociais, a potencialidade do alternativo se concretiza socialmente (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 286).

Assim, os atores intermediários são cruciais para as transposições escalares entre o território local e os espaços globais onde se projetam os discursos macro políticos. Isso ocorre através de um jogo que se dá entre os afetos daqueles que vivem nos territórios e sofrem diretamente com as consequências dos empreendimentos, de emoções paralisantes para emoções que motivam a ação[75]. Conforme observamos, não estar submetido às situações de opressão proporciona aos mobilizadores uma situação em que se conhece o sofrimento, mas também se transita fora dele. Este transitar de mundos confere importância singular aos mobilizadores dos afetados e à sua atuação como intermediário no processo de mobilização dos afetados pela indústria do petróleo e gás na América Latina. Significa dizer que esses atores são responsáveis por conectar as diversas vivências, visões de mundo e distintas afetações com os espaços externos da militância, permitindo a ressignificação e projeção de ações locais (até certo ponto desconectadas da mobilização) para uma articulação da ação coletiva propriamente dita.

Nesse cenário, a FASE desempenha um importante papel em torno da construção do enquadramento dos afetados ao promover uma série de performances de confronto, tendo em vista as experiências anteriores que obtiveram sucesso ou fracassaram. Embora o próprio sentido de "fracasso" possa ser relativo, como no caso de ações judiciais nas quais o pleito não é reconhecido pelas instituições, mas o processo de judicialização, por vezes, pode servir para gerar maior visibilidade à causa diante da opinião pública. No âmbito da Campanha

[75] Importante informar que reconhecemos a existência de todo um campo na ação coletiva dedicada à análise das emoções, no entanto, opta-se por não aprofundar estas questões por fugir do escopo da presente dissertação. Comentamos de forma sucinta para construir a argumentação de uma ideia importante na presente análise.

"Nem um poço a mais" foram realizados: intercâmbios de afetados; *toxic tours* (ou "giros territoriais"); oficinas; missões ou visitas periódicas para acompanhar a situação dos afetados em si; panfletagens; assessoria jurídica; participação em audiências públicas; produção de cartilhas, artigos, cartas políticas, publicações *online* e outros documentos com caráter denunciativo e informativo; reuniões com procuradores e representantes dos poderes executivo, legislativo e do sistema judiciário; etc. São estas as atividades que conectam os ativistas em um processo de interação, passando a produzir mudanças permanentes e reelaborações das realidades locais.

Os intercâmbios aparecem de forma mais destacada enquanto espaços de circulação das informações sobre as companhias petroleiras em cada país, suas práticas de operação e os diferentes movimentos de resistência e campanhas internacionais. Podemos exemplificar com os intercâmbios entre mulheres promovidos pela Campanha, espaço mais focado no diagnóstico conjunto das situações de violência enfrentadas por aquelas que vivem no entorno dos empreendimentos petroleiros e na troca de experiências viáveis para a promoção do bem-viver, do autocuidado e cuidado com a natureza nos territórios. Em um primeiro encontro, realizado no município de Vila Velha (região metropolitana), reuniram-se mulheres das comunidades locais do Espírito Santo com companheiras que levaram as suas experiências de mobilização junto ao Fórum Suape, em Pernambuco, e ao FAPP-BG, no Rio de Janeiro. Ademais, a experiência das mulheres equatorianas foi apresentada através da leitura de textos que refletiam sobre como a expansão do capitalismo para novas fronteiras acabam por criar "novos tipos de mulheres, menos emancipadas, e novas naturezas, menos livres"[76]. Os encontros mais recentes, que geralmente envolvem rodas de conversa e realização de oficinas práticas, têm buscado pautar questões como a valorização da agroecologia, fontes energéticas diversificadas e plantio de água como soluções livres de petróleo possíveis para os territórios.

[76] Disponível em: https://areaslivresdepetroleo.org/areas-livres-de-petroleo/nem-um-poco-a-mais-e-nem-uma-mulher-a-menos-mulheres-se-encontram-para-intercambio-de-experiencias/.



Figura 37: Intercâmbio entre mulheres envolvidas na Campanha "Nem um poço a mais" no distrito de Patrimônio da Penha, região da Serra do Caparaó – agosto/2017.
Obs: Na imagem à esquerda, uma roda de conversa sobre terapia holística e na imagem à direita, uma oficina sobre o uso medicinal de ervas no Horto São Francisco de Assis. Nesse mesmo encontro, que durou um final de semana, também houverem visitas e trocas de experiências junto às comunidades do Portal do Céu, aprofundando questões sobre a agroecologia, permacultura, alimentação e cosmetologia natural, dentre outros temas.
Fonte: Acervo Campanha "Nem um poço a mais".

Portanto, compreende-se que os intercâmbios são cruciais ao proporcionar esse espaço de troca de experiências entre os grupos locais que estão imersos em diferentes situações de afetação e os atores externos. Pleyers (2010) argumenta que, muitas vezes, alcançar um grande impacto político não é o objetivo primeiro dos ativistas da "alter-globalização", mas sim proporcionar espaços para se experimentar e sentir. O autor utiliza essa denominação se referindo às recentes mobilizações observadas em diversos países que são combativas às políticas neoliberais e que convergem a ideia de uma "outra globalização" com a importância da construção de alternativas[77]. Dessa forma, podemos concluir que a experiência desempenha um papel relevante na produção do engajamento, uma vez que o que está sendo colocado em pauta é a autonomia das experiências vivenciadas localmente em face da dominação opressiva proporcionada pela indústria. Pleyers desenvolve:

> Por outro lado, os ativistas da alter-globalização recusam todos os modelos e planos pré-concebidos para criar esse outro mundo e privilegiam o aprendizado através da experiência, por tentativa e erro, no processo de experimentação. Os ativistas consideram a luta como um processo de experimentação criativa em que os valores de "outro mundo" são colocados em prática no interior das organizações. Eles compreendem o "construir um outro mundo" a partir de suas práticas e experiências alternativas concretas: consumo alternativo, organização horizontal e participativa das redes e comunidades de ativistas (PLEYERS, 2010, p. 38, tradução nossa).

[77] Pleyers comenta na introdução do livro *"Alterglobalization: Becoming Actors in the Global Age"* (2010) que o neologismo "alterglobalização" apareceu pela primeira vez em 27 de dezembro de 2001, no contexto de uma entrevista com A. Zacharie, um jovem de Liège (Bélgica), publicada na *La Libre Belgique*.

Conforme os argumentos apresentados ao longo desta dissertação, mais do que o diagnóstico dos problemas enfrentados, a mobilização antipetroleira busca uma construção coletiva de alternativas que melhor se adequem às realidades vividas em cada local visado pela expansão dessa cadeia extrativa. Os trechos de entrevista a seguir parecem corroborar com toda a argumentação apresentada:

> Então começamos esse processo de identificação dos conflitos, tentando não reconstruir uma rede tal como era a Rede Deserto Verde, porque a conjuntura é outra. Mas criar canais de intercâmbios, de troca de experiências entre os espaços que estão sendo afetados. Então, por exemplo, um porto tá chegando em Marataízes, ou lá no sul do estado, em Presidente Kennedy... Bem, já temos uma experiência de um porto petroleiro em Barra do Riacho, então o povo de Barra do Riacho tem o que dizer sobre a sua experiência com o povo lá de Presidente Kennedy, onde o porto tá pra chegar. Então a troca desses intercâmbios e a conexão de experiências, e também o desejo das pessoas de se encontrarem e criarem canais coletivos de resistência, estratégias conjuntas, isso é o que tem sido um novo norte do nosso trabalho (Marcelo, coordenador da FASE/ES. Entrevista concedida em maio de 2016).

> Então essa estratégia dos intercâmbios, a gente entende que ela é realmente muito eficiente e necessária para que as pessoas possam de fato conhecer de perto, vivenciar minimamente essas experiências a partir dos relatos e tirar a sua própria conclusão. [...] Agora, então você ter essa possibilidade de estar presente ouvindo as pessoas que viram as explosões, sofreram os impactos, que tem esse drama na sua vida cotidiana, isso permite que se saia com muitas outras interpretações, com muitas outras narrativas sobre isso. E o importante, o fundamental é que as pessoas possam narrar sobre, porque nas lutas de enfrentamento, isso eu aprendi com a questão do eucalipto, há uma disputa sobre a narrativa das histórias. [...] Isso que são as construções das redes, a partir dessa vivência e desse contato que as pessoas vão tendo umas com as outras. Bem, não há movimento se as pessoas não se conhecem, se não conhecem a realidade uma da outra. Além de ir vendo as semelhanças que existem, o que tá acontecendo ali com a Katia é o que também acontece com o Seu Corumba, é o que acontece no Divino Espírito Santo, é o que acontece em outros territórios. E isso, bem, "eu não tava sozinha, tem um território aqui que eu posso me juntar também, tem um outro ali...". E isso vai solidificando essa luta que é aparentemente muito solitária, né? (Daniela, educadora da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

Desta forma, firma-se um compromisso com a busca pelo avanço da consciência ambiental a nível global, desmistificando os impactos provocados pelas atividades petroleiras sobre o meio ambiente e as populações, também preocupada em estabelecer vínculos com a destruição da biodiversidade, com as mudanças climáticas, as violações de direitos humanos, as desigualdades raciais e de gênero, as crises globais enfrentadas, entre outros. Os membros

da rede engajada na Campanha apoiam as iniciativas das populações locais que se opõem às atividades ligadas à cadeia extrativa do petróleo e gás, mas ressaltam que ela existe para colaborar com as iniciativas espontâneas. Assim, o objetivo acaba consistindo em formar uma rede de organizações que atue em nível local para que seja capaz de intervir em torno de um mesmo enquadramento a nível transnacional para a proteção da vida e dos meios de sobrevivência das populações, vinculando os impactos ambientais com os impactos sociais das atividades.

É evidenciado em diversos momentos da Campanha que o caminho para obter sucesso ao alcançar a voz internacional envolve a necessidade de formação de coalizões para fortalecer a oposição aos grandes projetos, buscando aliar pesquisadores e técnicos independentes para formulação de estudos alternativos aos apresentados pelos agentes antagônicos, mas sem abrir mão dos mecanismos legais. A mobilização, portanto, envolve um processo de informação e formação contínuos para então partir para o desenvolvimento de estratégias de visibilização e sensibilização de acordo com o dado contexto. Podemos citar os *toxic tours*, por exemplo, também compreendidos como "giros territoriais", que não se constituem enquanto mero turismo, mas buscam a partir da visita aos territórios impactados proporcionar espaços de troca entre os afetados, com a finalidade de gerar justamente o processo que busca agregar novos atores engajados e atuantes à causa. O trecho a seguir ilustra todo esse processo que buscamos descrever, a partir do trabalho da FASE/ES com as populações locais:

> Mas em geral, o trabalho mais capilar que fazemos, onde creio que é a nossa maior importância, é no trabalho de educação desse grupo. E aí educação não no sentido informativo, de levar algo para lá, de levar conceitos, de informá-los, de divulgar categorias ou fornecê-los instrumentos... Tem mil formas de classificar essa chegada, né. [...] Na verdade eu acho que a única coisa que a gente pode fazer no sentido da educação popular é escutá-los. Não podemos dar muito mais do que isso a eles, porque, é... Talvez a melhor coisa que podemos dar é uma boa escuta. Uma escuta lenta, cuidadosa, atenta, paciente. Porque muitas vezes o discurso vem em caleidoscópios, né. São pessoas que estão há trinta, quarenta anos enfrentando os mais diferentes tipos de inimigos. Do estupro do padrasto aos treze anos de idade à chegada da Jurong aos cinquenta e poucos, a gravidez precoce... Então as pessoas são um conjunto amplo de existência, né. [...] Criam filhos, educam, plantam, pescam, se divertem, amam... Então é muita arrogância achar que vamos chegar lá e fornecer instrumentos, ou categorias, ou informações. Na verdade a única coisa que podemos de fato dar é a nossa boa e paciente escuta, porque construindo os seus discursos para nós é que eles também conseguem pensar suas próprias existências, refletir sobre elas, sair do automático e sair das respostas imediatas e prontas

> pras questões de sua vida (Marcelo, coordenador da FASE/ES, entrevista concedida à autora em novembro de 2016).

Assim, quando os afetados narram e refletem sobre as suas próprias experiências, pode-se perceber a importância dessa dimensão para a ocorrência das dinâmicas emocionais que culminam na adesão à frente de luta. Tal como Losekann (2017) apresenta no caso da mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos de mineração da Samarco/Vale/BHP Billiton, os territórios afetados estão impregnados de memórias que são fundamentais para o processo de mobilização, o que também confere importância para os *toxic tours* ao apresentarem experiências singulares construídas entre os afetados em si, os afetados mobilizados e mobilizadores dos afetados.

Ao observarmos todas essas diferentes posições dos atores, as suas funções e papéis dentro do processo, torna-se possível compreender que essas interações e esse intermediário são fundamentalmente necessários. Muito mais do que um ator que possui funções específicas, o mecanismo de intermediação no contexto conflituoso apresentado é essencial para que a ação coletiva de fato ocorra. A dizer, é uma relação que, caso ela não aconteça, o próprio processo de mobilização se daria de outra forma – ou até não ocorreria. Isso foi evidenciado quando, nos trechos das entrevistas apresentados na seção 2.1 no capítulo anterior, os atores da FASE declararam só atuar onde há disposição para a luta e destacaram a atuação da ONG como uma "farejadora de conflito", demonstrando, assim, uma forma de movimentação desse intermediário. Nesse sentido, podemos concluir que o papel do intermediário no contexto de conflitos ambientais é produzir algo que não existia antes: o processo de mobilização para a ação coletiva em torno de enquadramentos específicos que projetam as demandas locais para os espaços transnacionais.

Quando perguntado sobre as experiências dos intercâmbios e *toxic tours* a partir de um ponto de vista pessoal, o técnico da FASE/ES declara:

> Engraçado isso né, porque a gente só vê tragédia. Mas cara, é tão legal. Não a tragédia, claro, mas ver assim... Você imagina, uma pessoa que tá lá, cercada de poços de petróleo, com suas águas contaminadas, sofrendo e sofrendo calada. De repente essa pessoa tem a oportunidade de falar, tem a oportunidade de se manifestar, de escutar o relato de outras pessoas que estão vivendo as mesmas coisas que elas... A gente percebe claramente o bem que isso faz pras pessoas. Como elas saem dali se sentindo mais fortalecidas. Essas pessoas já não se calam nas audiências, elas interpelam um diretor de uma grande empresa, elas questionam uma autoridade pública, elas levam demandas pro Ministério Público... Que é exatamente esse o objetivo, o título do projeto né, um projeto que tem um monte de objetivos. Mas fortalecimento das capacidades de diálogo das populações

> tradicionais com o poder público, com as empresas... É disso que trata o projeto aprovado junto à União Europeia (Beto, técnico da FASE/ES. Entrevista concedida à autora em agosto de 2017).

Assim, os intercâmbios com ativistas vinculados à *Oilwatch*, ambientalistas engajados nas lutas por justiça ambiental, pesquisadores militantes, movimentos campesinos e urbanos, grupos indígenas, entre outros, foram elementares para que as demandas locais conquistassem essa projeção transnacional aqui delineada. Bringel e Falero (2008) identificam como traço distintivo na transnacionalização das lutas a convergência de identidades e solidariedades, as novas formas de organização, assim como a construção de subjetividades coletivas que transcendem o marco referencial local ou nacional – o que ocorre no âmbito da Campanha "Nem um poço a mais".

Um momento específico que podemos destacar sobre todo esse processo foi a realização da expedição intitulada "Os caminhos do pré-sal" que, em novembro de 2014, percorreu todo o litoral capixaba com o intuito de realizar um registro dos impactos já percebidos localmente da atual expansão da cadeia extrativa petroleira. A atividade, conforme narrado na introdução, foi acompanhada por uma equipe composta por integrantes da FASE/ES, três lideranças da pesca na Baía de Guanabara vinculadas à Ahomar, pesquisadoras do núcleo de pesquisa e extensão Organon/UFES e outra da UFRRJ (prestando assessoria à Ahomar), além de duas jornalistas vinculadas ao canal franco-alemão ARTE, encarregadas de produzir uma reportagem a ser veiculado na Europa[78].

A missão foi construída visando ao produto final convertido em material de visibilização das lutas, com um documentário que buscou traçar a rota do pré-sal no litoral brasileiro, os impactos observados pelas populações, assim como realizou problematizações sobre as próprias políticas governamentais e o escândalo de corrupção da Petrobras. As jornalistas já haviam produzido outros trabalho com o Alexandre Anderson na Baía de Guanabara e chegam ao Espírito Santo através dele. A FASE/ES, que já atuava nos territórios, foi responsável por fazer as conexões e promover espaços de conversa junto às comunidades, ativando, portanto, o mecanismo de intermediação.

Foram ao todo seis dias percorrendo os municípios litorâneos de norte a sul, onde o Alexandre Anderson – que além de pescador, é um ativista emblemático da frente antipetroleira na Baía de Guanabara e no Brasil – interagiu com Katia de Regência, Seu Corumba de Linharinho, Seu Bi da associação de pesca de Conceição da Barra, com Katia

[78] Disponível em: https://info.arte.tv/fr/bresil-soleil-noir.

Penha, quilombola do Divino Espírito Santo, além dos pescadores do sul do estado, território ainda em processo de mapeamento pela Campanha. Nessas interações, Alexandre informava sobre as violações sofridas no seu próprio território, fazendo um diagnóstico conjunto dos impactos e articulando estratégias possíveis para o enfrentamento às empresas tendo como base os casos de sucesso obtidos na atuação da Ahomar. Ademais, nas conversas entre os afetados em si e o Alexandre como afetado mobilizado, se percebia o processo de modificação do descontentamento que passa a ser visualizado como uma questão política, passível de ser pleiteada, além da adoção mais visível do discurso de resistência à indústria petroleira nas falas desses atores.

Por fim, diante de toda a discussão realizada no presente capítulo, percebemos ser elementar uma compreensão explícita dos problemas locais como decorrentes de decisões econômicas e políticas mundiais, que seguem normas do sistema capitalista e da sua fase neoextrativista que subordina, por meio de um mesmo mecanismo de opressão, os grupos enraizados em diversas localidades. De modo geral, os antagonistas aparecem como sendo os governos locais e as empresas transnacionais, e os enquadramentos das lutas são essencialmente por direitos e contra as injustiças ambientais, a partir de uma perspectiva que integra humanos e natureza. Como aponta Losekann (2016), estas são importantes chaves explicativas que não ocorrem de forma isolada. As performances de confronto, neste cenário, são responsáveis por conectar ativistas nos eventos, reuniões, intercâmbios, publicações impressas ou virtuais, em que um profundo processo de interação é experimentado, produzindo permanentes mudanças e reelaborações nas chaves explicativas.

No âmbito da Campanha "Nem um poço a mais", percebe-se ainda o redimensionamento histórico que recupera o passado colonial e contextualiza o presente como resultado da subordinação dos povos do Sul Global. Desta forma, nos chama atenção a insurgência do ideal pós-petroleiro no qual, de acordo com a *Oilwatch* (2002, s/p, tradução nossa), no documento intitulado "*De la civilización petroleira a la civilización pos-petrolera*": "há um novo movimento de 'relocalização', que é uma ideia, diante da crise do petróleo, de reunir comunidades locais para pensar como se pode reduzir o consumo do petróleo". A centralidade das experiências das populações indígenas e tradicionais para a elaboração de propostas viáveis para a transição da sociedade petroleira para uma sociedade "pós-petróleo" guiará as discussões da seção a seguir.

3.3 "DEIXEM O PETRÓLEO NO SUBSOLO!": A INTERMEDIAÇÃO ENTRE MUNDOS COMO ELEMENTO CENTRAL NA RESISTÊNCIA À INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS

A civilização petroleira, tal como define a *Oilwatch*, seria esta em que o principal eixo gira em torno da centralidade dos combustíveis fósseis como principais fontes energéticas em todo o planeta. Muitos dos produtos que utilizamos cotidianamente têm base no petróleo e seus derivados, tais como: plásticos, utensílios, medicamentos, cosméticos, insumos químicos nos nossos alimentos, peças de vestuário etc. As grandes corporações extrativistas e o próprio Estado o enxergam como um recurso ilimitado e a visão geral, no atual contexto de aprofundamento do modelo neoextrativista, é que se há petróleo, ele deve ser extraído. Para tanto, utiliza-se mecanismos discursivos que relacionam a "soberania nacional" e "áreas estratégicas para o desenvolvimento" com a apropriação de territórios tradicionais e terras indígenas através dos "contratos de servidão" ou instituindo "zonas de exclusão", como observamos ocorrer com as comunidades pesqueiras, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e camponesas no Espírito Santo.

Nesse sentido, a mobilização busca trabalhar por uma "civilização pós-petroleira, para des-fossilizar a economia, descentralizar e diversificar a energia, des-petrolizar o sistema alimentar industrial, des-urbanizar a vida das sociedades, des-automobilizar o transporte, proteger os territórios, recuperar as águas e as selvas"[79].

[79] Fonte: https://areaslivresdepetroleo.org/areas-livres-de-petroleo/declaracao-de-oilwatch-por-um-habitat-despetrolizado/.

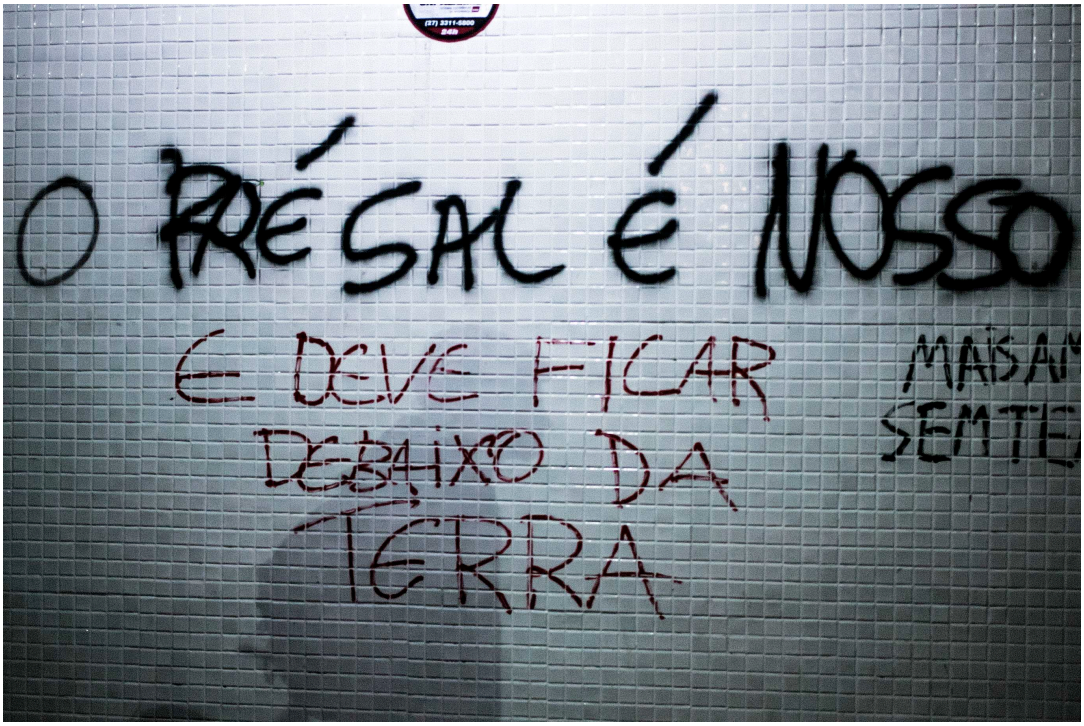

Figura 38: Sobreposição de pixos na parede de um prédio próximo à sede da Petrobras em Vitória/ES, localizada na Av. Nossa Senhora da Penha, principal avenida da cidade.
Obs: O pixo foi feito no contexto dos protestos contra o *impeachment* da então presidenta Dilma Roussef (PT), no ano de 2016, também considerado momento auge no escândalo de corrupção que envolvia empreiteiras e grandes empresas brasileiras, como a Petrobras, e membros dos poderes legislativo e executivo do país.
Fonte: Andre Alves.

Assim, a partir de toda a discussão apresentada no decorrer deste trabalho, torna-se seguro afirmar que as propostas utópicas e confrontadoras são elementos marcantes nas articulações em redes transnacionais nos processos de resistência ao extrativismo de petróleo e gás na América Latina. Nesse sentido, podemos compreender que o mecanismo de intermediação também constitui uma interação entre mundos distintos, tendo em vista o envolvimento de toda uma pluralidade de atores que atuam exercendo variados papéis de acordo com a demanda e baseiam a construção das propostas nas experiências das populações locais. Conforme será desenvolvido, a resistência à essa indústria evoca uma ontologia ancestral e pós-civilizacional, que é constitutiva neste confronto – o que é evidenciado na Campanha "Nem um poço a mais" e seus vários eventos.

Pleyers (2015) apresenta que, desde a década de 1990, a globalização foi dominada por políticas neoliberais que rapidamente conquistaram os países de toda a América Latina. Frente aos desafios desencadeados por esse cenário, os atores e os movimentos sociais reinventaram suas ações pela "via da subjetividade", defendendo "a autonomia de sua experiência vivida, de sua subjetividade, de sua criatividade, seja a nível de uma comunidade ou no nível individual" (PLEYERS, 2015, p. 180, tradução nossa). Além disso, atuam

também pela "via da razão", na qual os cidadãos questionam a ideologia neoliberal através de produções técnicas e científicas e em defesa de sociedades mais democráticas. Essas duas vias, que o autor considera como gramáticas de ação e importantes ferramentas analíticas, são fundamentais no âmbito da Campanha "Nem um poço a mais".

As evidências empíricas aqui apresentadas corroboram com a argumentação do autor ao afirmar que estas redes de ativismo cumprem algumas funções essenciais para a própria democracia no século XXI: "a primeira é uma função de alerta e monitoramento dos atores políticos e institucionais, e a segunda, uma função de educação popular" (PLEYERS, 2015, p. 180, tradução nossa). Frente à lógica mercantil dominante, estes movimentos emergentes que buscam formular um "outro mundo possível" atuam através da criação de "espaços de experiência" que se constituem como:

> [...] lugares distanciados da sociedade capitalista que permitem que os atores vivam de acordo com seus próprios princípios, construam relações diferentes e expressem a sua subjetividade[80]. Esses espaços são ao mesmo tempo lugares de luta e antecâmara de um novo mundo. Eles permitem que cada indivíduo e coletivo construam a si mesmos como sujeitos, defendam seus direitos à singularidade e se tornem atores em suas próprias vidas (PLEYERS, 2015, p. 181/182, tradução nossa).

No processo de mobilização dos afetados, isso se evidencia na ênfase dada à importância do fortalecimento das histórias e modos de vida daqueles que vivem sob os impactos e desterritorializações causadas pelo avanço da indústria petroleira. De acordo com Pleyers, a importância da atuação na escala local se dá porque, desta forma, os atores situam a construção da autonomia local no centro de seu projeto de sociedade. Portanto, apontando para os problemas globais e valorizando a experiência local, pode-se chegar "à soluções concretas no âmbito da organização democrática da vida em comum e da ecologia" (PLEYERS, 2015, p. 182, tradução nossa).

Nesse sentido, chama a atenção a emergência de novas perspectivas teóricas e horizontes utópicos e normativos que vêm compondo os debates acadêmicos e as demandas de movimentos sociais, grupos locais e organizações da sociedade civil na América Latina. Tendo em vista as disputas territoriais e ambientais, Escobar (2005) propõe a defesa do conhecimento local como uma estratégia tanto política como epistemológica, considerando que:

[80] BEY, 1991; MCDONALD, 2006; PLEYERS, 2010, 37-40.

> Se o objetivo [...] é tornar visíveis as práticas das diferenças culturais e ecológicas que poderiam servir de base para alternativas, faz-se necessário reconhecer que esses objetivos estão indissoluvelmente vinculados a concepções de localidade, de lugar, e de uma consciência baseada no lugar. O lugar – como a cultura local – pode ser considerado "o outro" da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria apresentar uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade (ESCOBAR, 2005, p. 150).

Assim, o autor aponta que a mobilização desses grupos para exercer autonomia sobre os usos da biodiversidade contida nos territórios apresenta um fator imprescindível para a sua sobrevivência cultural e política. Tais processos são eminentemente conflitivos e apresentam uma importante dimensão ontológica: o que ocupa os territórios é um projeto modernizador que busca converter os muitos mundos existentes em um só. Está em pauta, portanto, uma construção coletiva que enfatiza o direito à identidade – a ser quilombola, indígena, ribeirinho ou pescador – e o direito ao território entendido como o "espaço para exercer essas identidades, ter um certo grau de autonomia política e materializar sua própria visão de futuro e sua própria noção de desenvolvimento" (ESCOBAR, 2005, p. 155, tradução nossa).

Carneiro da Cunha e Almeida (2009) possuem uma perspectiva semelhante ao considerar as lutas em torno da questão ambiental como um processo de construção de identidades políticas por grupos, ditos "povos tradicionais", que "conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista" (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2009, p. 300). Os autores chegam à essa conclusão ao analisarem o processo de constituição das chamadas Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira no qual, por um lado, encontravam-se as demandas da reforma agrária por parte dos seringueiros e, por outro lado, a necessidade de conservação da floresta e as populações tradicionais que eram consideradas entraves ao desenvolvimento. As duas frentes, juntas, criaram a partir da construção da identidade coletiva conservacionista, um mecanismo de permanência no território.

Nessa perspectiva, a partir da análise dos conflitos em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, Fleury (2013, p. 117) destaca que há uma forte carga cosmopolítica na dinâmica do conflito, uma vez que "o social e o natural não são separáveis na dinâmica do conflito, e que o social e natural não estão separados/não são separáveis na definição dos termos do conflito, ou seja, na definição mesma de sobre o que está em conflito [...]". Desta forma, para a autora, os conflitos ambientais são produzidos nas articulações das diferenças culturais, nos "entrelugares" em que emergem novas e complexas diferenças identitárias produzidas por diferentes processos de subjetivação. É justamente nesse sentido

que a noção de perspectiva, ou pontos de vista, adquirem especial importância analítica. Fleury (2013) destaca que o ponto de vista não é apenas a explicação da diferença, mas a experiência do encontro de traços, formas de experimentar e de pensar que não são fixos e que possibilitam a experiência de novos mundos.

Assim, compreende-se que as disputas que ocorrem nos diversos territórios (de pesca, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos distritos urbanos etc.) no Espírito Santo em torno da instalação dos grandes empreendimentos petroleiros também ocorrem a partir do encontro das diferenças culturais, na emergência dos intervalos onde as experiências intersubjetivas são negociadas. Meira (2017), em sua tese de doutorado sobre os conflitos entre pescadores artesanais e os diversos empreendimentos desenvolvimentistas no litoral sul capixaba, desenvolve:

> A presença dos empreendimentos, ao mesmo tempo em que anuncia a chegada da modernidade, do progresso ou do desenvolvimento, representados pela instalação de indústrias, pelo desenvolvimento dos serviços, pela urbanização crescente, pela possibilidade de um emprego em terra, pela possibilidade de oferecer estudo aos filhos para que eles possam ter outras opções além da pesca, provoca também ações/reações no sentido de reviver e reforçar antigas tradições pesqueiras. Cria-se, então, um "entrelugar", um momento de suspeita e suspensão em que os pescadores se veem diante de situações em que suas tradições são colocadas em xeque pelo discurso do desenvolvimento deslocando-os para um outro lugar onde o fazer-se pescador está em questão (MEIRA, 2017, p. 120).

Nesse sentido, tendo em vista as discussões aqui brevemente expostas, podemos inferir que a experiência do intermediário nesses contextos vai num sentido além da conexão entre os diferentes espaços local-global, mas também implica no contato e mediação entre diferentes pontos de vista.

A Campanha "Nem um poço a mais", como já discutido, foi constituída visando gerar um processo de visibilização dos impactos que têm significado a expansão e aprofundamento do modelo dependente do petróleo e seus derivados, que implica em uma série de consequências, muitas vezes irreversíveis, significando o sofrimento e degradação para uma população que historicamente tem sido penalizada. Este configura-se como um dos elementos nucleares do conflito entre as ontologias de mundo que estão em jogo nesse processo. A própria carta política produzida no momento de inauguração da Campanha confirma este argumento, ao apresentar afirmações contundentes como: "é dos nossos territórios, onde vivenciamos toda a violência da cadeia produtiva petroleira, que se construirá a nossa luta"; ou "com a sabedoria dos que preservaram desde sempre os territórios, nos declaramos aptos a

zelar por eles e pelos bens naturais neles contidos. Exigimos ser considerados em nossa soberania e direito de autodeterminar nossos futuros".

Nos chama a atenção, também, como a partir dos intercâmbios que proporcionam um trânsito reivindicativo de afetados e ativistas por toda a América Latina – e além dela, como demonstra a perspectiva de Sul Global – os discursos pela valorização dos saberes ancestrais, crítico ao antropocentrismo, ao patriarcado e às visões economicistas sobre os recursos naturais, passam a ganhar força nos territórios. Nesse sentido, há um encontro com conceitos como o "Bem Viver" que, de acordo com Acosta:

> O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (ACOSTA, 2016, p. 40).

Logo, defende-se a necessidade de uma nova economia onde caiba o respeito aos direitos da Natureza. Isso implica que devemos considerar uma dimensão utópica, que envolva o fortalecimento de valores básicos da democracia: liberdade, igualdade e solidariedade, incorporando conceitos da vida em comunidade e direitos da natureza. Cria-se, desta forma, uma interação que busca a abertura de espaço para novas formas de valoração ambiental e a valorização de saberes ancestrais e tradicionais.

Por fim, concluindo as presentes reflexões, as mobilizações que contestam o extrativismo de petróleo e gás na América Latina provocam uma interação entre valores e práticas relacionados a mundos distintos em disputa. Os reflexos deste confronto de mundos produzem características que marcam fortemente a ação contestatória desses atores e de suas estratégias. Assim, combinam-se performances anti-sistêmicas, desobedientes e ilegais – realizadas em nome da legitimidade das formas de ação ancestrais – com outras que são típicas do mundo moderno ocidental. Esse aspecto é observável, principalmente, nas dinâmicas que combinam estratégias jurídicas e a crítica à juridificação. Ou seja, as escolhas táticas performatizam embates ontológicos entre esses mundos em disputa. Compreende-se, por fim, que a busca por novas formas de vida implicaria na revitalização de discussões políticas ofuscadas pela visão economicista sobre os fins e os meios. É nesta perspectiva que os debates apresentados na próxima, e última, seção se inserem.

3.4 A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS UTÓPICAS EM BUSCA DE ALTERNATIVAS SOCIETÁRIAS

No atual contexto de crise ambiental e civilizacional, as territorialidades étnicas, camponesas e ancestrais, por r-existirem às diversas opressões e violências culturais, econômicas e sociais, são territorialidades que podemos considerar espaços de "reserva ética", como sugere Escobar (2005). Nestas "sociedades da natureza" (DESCOLA, 1996; ESCOBAR, 2005), o meio ambiente é construído de maneira divergente às formas modernas de apropriação dos recursos, constituindo vínculos de continuidade entre o mundo biofísico, o humano e o supra natural, enquanto o modelo de desenvolvimento presente nos países latino-americanos envolvem uma série de princípios não condizentes com tais perspectivas: a separação entre natureza e cultura; o indivíduo racional desvinculado tanto do lugar quanto da comunidade; a economia separada do social e do natural; o conhecimento técnico-científico acima de qualquer outro saber. Em suma, um modelo que busca o crescimento econômico, a exploração dos recursos naturais, a lógica do mercado e a busca de satisfação material acima de qualquer outra experiência e visão de mundo. Escobar (2010) declara que:

> Conforme expresso por ativistas indígenas durante o Fórum Social Mundial em Belém, esse modelo entrou em crise; esta não é a primeira vez que se apela à "crise civilizacional", mas desta vez há algo novo: a combinação de crise econômica, ambiental e cultural cria uma maior consciência da necessidade de uma mudança significativa de modelo; nos chama a reconstruir o mundo desde a diversidade e a diferença, a partir da base (ESCOBAR, 2010, p. 22, tradução nossa).

Nesse sentido, conforme observamos nas discussões apresentadas no capítulo 1, o Equador desponta no debate sobre a elaboração de alternativas societárias concretas que desafiam o modelo vigente. Romper tradições e mitos sempre será uma tarefa complexa. Por isso, como apresenta Acosta (2016), a proposta de não se explorar petróleo nos campos de Ishpingo, Tambococha e Tiputini (ITT) no Parque Nacional de Yasuní, em troca de uma contribuição financeira internacional provocou estupor e muitas resistências em setores do poder hegemônico equatoriano. A construção da Iniciativa Yasuní-ITT envolveu um processo que teve ponto de partida na resistência das comunidades amazônicas que sofriam com a ação das companhias petrolíferas – algumas, inclusive, tendo prosperado até materializar-se em uma queixa jurídica de transcendência internacional, como o caso contra a Chevron-Texaco e a resistência da comunidade kíchwa de Sarayaku. Posteriormente, passou pelos movimentos sociais, ONGs internacionais e ativistas que contribuíram para a transnacionalização da

proposta, até ser apresentada pelo Alberto Acosta – que, na época, era Ministro de Energía y Minas do governo de Rafael Correa.



Figura 39: Charge utilizada na campanha em defesa do Parque Yasuní.
Fonte: Oilwatch.



Figura 40: Ilustração utilizada na Campanha em defesa do Parque Yasuní.
Fonte: Oilwatch.

Acosta (2016) detalha que, no ano de 2005, quando o governo da época havia decidido pela exploração em Yasuní, a *Oilwatch* publicou o documento *"Un llamado eco-lógico para la conservación, el clima y los derechos"* onde se apresentava a proposta de deixar a reserva petrolífera dos campos ITT intocadas em troca de uma compensação

financeira. O texto circulou nas mãos de ativistas e especialistas em diversas partes do mundo até ser incorporado no livro *"Asalto al paraiso: empresas petroleiras en areas protegidas"*, editado pela mesma organização em 2006. Todo esse processo foi preparando terreno para que a tese da moratória ganhasse força no cenário político nacional e fosse alçado ao Plano de Governo 2007-2011 do partido de esquerda no qual fazia parte o então candidato Rafael Correa. No entanto, a medida foi descartada após a decisão de impulsionar o leilão dos blocos petrolíferos da região.

É de se considerar que um país cuja economia depende em grande medida da atividade extrativo-exportadora consiga alçar para a arena internacional uma proposta tão ousada e inovadora. Não surpreende, portanto, que uma parcela da sociedade civil organizada a partir desse processo tenha tomado a decisão de levar adiante a iniciativa, mesmo após a desistência do governo equatoriano. É este o cenário em que os *Yasunidos* são articulados, se reivindicando desde o princípio como um grupo com profunda demanda política de rechaço ao modelo extrativista como única forma de se produzir riquezas. O coletivo se autodeclara da seguinte forma: "somos jovens, mas também somos estudantes, artistas, trabalhadores, mães e pais, filhos e filhas e ativistas. Somos apartidários, mas não somos apolíticos. Somos ecologistas, animalistas, feministas, pró-direitos e confluímos na diversidade"[81]. Podemos interpretar a proposta de atuação desses jovens de acordo com a categorização que Pleyers (2015) propõe como "alter-ativistas", caracterizada da seguinte forma:

> [...] uma forma de ativismo criativo e inovador, profundamente individualizado e com uma relação crítica às formas mais tradicionais de militância que se encontra em muitos partidos, sindicatos, ONGs e até em muitas organizações do movimento altermundista que adaptaram um modelo de organização muito hierárquico (PLEYERS, 2015, p. 127, tradução nossa).

Tal caracterização demonstra ser pertinente também a partir das seguintes declarações dos *Yasunidos*: "buscamos substituir o antropocentrismo e o patriarcado em relações horizontais, baseadas no respeito à natureza, aos animais e entre nós mesmos". De acordo com o autor, os alter-ativistas desenvolvem um amplo repertório de ações diretas criativas pelas quais buscam encenar o conflito contra as instituições internacionais ou a sociedade do consumo – isso fica evidente na descrição das performances elaboradas pelos *Yasunidos* que foram apresentadas no final do primeiro capítulo. Há ainda uma importante dimensão

[81] Disponível em: https://areaslivresdepetroleo.wordpress.com/areas-livres-de-petroleo/carta-do-encontro-de-lancamento-da-campanha-nenhum-poco-a-mais/.

observada por Pleyers que valoriza muito a autonomia pessoal de cada um dos ativistas, mas desde que esteja comprometida com a coletividade. Assim, "já não se trata de seguir as ordens de um líder ou de trabalhar para fortalecer uma organização, pelo contrário, cada um atua como responsável de seu próprio ativismo e decide quando e para qual causa se mobilizar" (PLEYERS, 2015, p. 129).

Retomamos ao momento de inauguração da Campanha "Nem um poço a mais", que contou com a participação de um dos *Yasunidos*, Fernando Fajardo, que ao apresentar as estratégias de mobilização elaboradas para a defesa dos povos e da biodiversidade que habitam o Parque Yasuní, declarou: *"defendemos Yasuní não só por causa de suas árvores e passarinhos, mas também por causa de seus povos. Povos que decidiram viver da natureza. Recordemos que a natureza e o território não são nossos. Nós somos do território. Isso representa lembrar que a natureza nos deixa viver, fazemos parte da natureza. Lutamos para que esse vínculo com a Mãe Terra não se perca"*. Tal afirmação evidencia o encontro das matrizes teóricas apresentadas e as propostas utópicas que são forjadas nas experiências dessas populações amazônicas e andinas. Nesse sentido, com sua proposta de harmonia com a natureza, reciprocidade, complementaridade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação, o Bem Viver (ou *sumak kawsay*) abre as portas para a formulação de visões de mundo alternativas.

Consideramos importante apresentar o processo descrito pois os principais atores envolvidos em todo essa busca e construção de soluções alternativas também nutriram as disposições de resistência de muitos afetados nos territórios no Espírito Santo, como apontamos a partir dos intercâmbios e o trânsito de ativistas nas redes latino-americanas. São as diversas ações e propostas construídas nesses processos, portanto, que servirão também de inspiração para a elaboração das atividades executadas pela Campanha "Nem um poço a mais". Deste modo, observa-se o fortalecimento de bandeiras como "por áreas livres de petróleo" e "deixar o petróleo no subsolo" nos territórios locais, onde se propõe que as populações possam ter o direito de dizer não à exploração desenfreada em áreas pesqueiras, comunidades litorâneas, quilombolas, indígenas, camponesas, de assentamento da reforma agrária, áreas de grande biodiversidade.

3.4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ALTERNATIVAS PÓS-PETROLEIRAS FORJADAS NA RESISTÊNCIA

Gudynas (2009) chama a atenção para um novo debate ambiental na América Latina protagonizado por países com governos identificados no "giro à esquerda", embora a forma pela qual eles incorporam estas questões seja alvo de controvérsias visto que, ao mesmo tempo, são países que apostam fortemente no modelo extrativo-exportador. Conforme foi apresentado no capítulo 1, o debate mais intenso ocorre justamente no Equador, onde a mobilização chega a alcançar o sistema político a partir de um candidato à presidência nas eleições de 2012, com uma bandeira pós-petróleo e em defesa do Parque Nacional Yasuní frente às grandes transnacionais petroleiras.

Ademais, é válido mencionar que o país chega a trazer inovações legais no ponto de vista socioambiental em sua nova Constituição, como a definição do Estado plurinacional, o reconhecimento dos Direitos da Natureza (*Pachamama*) e a promoção do estado de Bem Viver (*sumak kawsay*). O artigo 71º da Constituição de 2008 incorpora uma definição da Natureza, ou *Pachamama*, ancorada nas cosmovisões dos povos indígenas, como sendo o espaço "onde se reproduz e se realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos"[82]. Nesse sentido, percebe-se a opção por uma visão "ecocêntrica", superando o antropocentrismo que considera a natureza como fonte de recursos naturais a ser explorados. Como expõe Gudynas (2009, p. 37), "não restringindo o conceito ocidental de ambiente, gera-se a potencialidade de romper com o programa da modernidade, na qual está a base da crise ambiental atual".

De La Cadena (2010) também nos chama a atenção para essa reconfiguração política, que geralmente é interpretada como resultado de um "retorno à esquerda" dos governos latino-americanos. No entanto, de acordo com a autora, o importante a se analisar seria a presença dos movimentos regionais indígenas como um importante elemento constitutivo dessas transformações, que desafiam tanto as agendas progressistas quanto as mais conservadoras. Assim, o fato de atores políticos "outro que humanos", que a autora denomina de "*earth-beings*" (ou "seres-terrenos"), emergirem nos protestos e reivindicações sociais, pode ser uma forte evidência de um movimento de ruptura política e uma indigeneidade

[82] Do original: *"La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos."*

emergente, o que não implica em uma "nova forma de ser indígena", mas a autora desenvolve:

> Quero dizer, uma insurgência de forças e práticas indígenas com a capacidade de romper significantemente as formações políticas prevalecentes e reorganizar os antagonismos hegemônicos, em primeiro lugar, tornando ilegítima (e, portanto, desnaturalizando) a exclusão de práticas indígenas das instituições do Estado-nação. Embora possa ser reabsorvido em uma nova hegemonia política, o momento atual representa uma conjuntura histórica única (DE LA CADENA, 2010, p. 336, tradução nossa).

Portanto, De La Cadena pode nos proporcionar uma análise da prática política e de conflitos que superam a separação entre Sociedade e Natureza, uma vez que o reconhecimento das distintas concepções socioculturais do uso da natureza por parte de sujeitos que sustentam modos de vida tradicionais é uma condição indispensável de justiça ambiental nos conflitos que envolvem tais populações. Como a autora apresenta, as "coisas" que os movimentos indígenas têm tornado público na política não são simplesmente "não-humanos", mas também "entidades sencientes cuja existência material – e dos mundos dos quais fazem parte – é ameaçada pelo casamento neoliberal entre o capital e o Estado" (DE LA CADENA, 2010, p. 342, tradução nossa).

A autora tem se dedicado a analisar tais reconfigurações que vêm ocorrendo na América Latina nos últimos anos, em particular a partir das mobilizações contra a exploração mineral na montanha Ausangate, em Cuzco, no Peru. A partir desse caso, De La Cadena (2010, p. 336, tradução nossa) discute a presença política desses atores "outros que humanos", geralmente interpretados pelas disciplinas dominantes como "pertencendo ou à esfera da natureza (onde eles deveriam ser conhecidos pela ciência) ou aos campos metafísicos e simbólicos do conhecimento". Desta forma, como aponta Fleury, o viés analítico de De La Cadena se alinha particularmente com a proposição cosmopolítica de Stengers (2003), "abrindo pistas para uma profícua análise da prática política e de conflitos que não parte dos pressupostos da separação sociedade e natureza" (FLEURY, 2013, p. 63).

Em uma perspectiva semelhante, Latour (2012) defende que, ao serem considerados simetricamente com humanos, os "não-humanos" deixam de ser meros intermediários para se tornarem mediadores. A dizer, deixam de ser meros artefatos cuja significação é atribuída pelos humanos e passam a ter agência e, assim, participam das ações no cotidiano e também nas transformações políticas. Cabe comentar que, em muitos momentos o agenciamento da natureza se mostra decisivo nos processos de mobilização da ação coletiva. Nesse sentido,

essa disputa de mundos sugere a incorporação da própria natureza como "afetada em si" que produz agenciamentos importantes.

Por fim, a proposição de De La Cadena para uma definição dos conflitos ambientais torna-se interessante tendo em vista a argumentação construída no presente trabalho, que indica uma "copresença problemática" (STENGERS, 2003 *apud* FLEURY, 2013) de sujeitos, relatórios, lugares, paisagens e seres "outro que humanos" (DE LA CADENA, 2010) em torno dos empreendimentos petroleiros que buscam avançar nos territórios indígenas e tradicionais no Espírito Santo e na América Latina:

> Escavar uma montanha para abrir uma mina, perfurar o subsolo para buscar petróleo e derrubar árvores para conseguir madeira podem ser algo mais que um mero dano ambiental. Se são realizadas de maneira inadequada (sem se negociar com as regras locais de respeito), estas atividades poderiam traduzir-se localmente como uma violação das redes de convivência que tornam possível o habitar. Nesses casos, têm provocado uma oposição de grande capacidade e surpreendentemente exitosa, que abre uma disputa ontológica (todavia impensável para as mentes modernas) confrontando os seres sensíveis locais contra a Natureza universal, e em certas ocasiões envolvendo ambientalistas na negociação. Desta maneira, os conflitos políticos atuais estão fora do comum. [...] De fato, o rótulo "guerra" poderia ser uma designação mais apropriada para o que penso estar tomando lugar. Ambos os rótulos (conflito e guerra) indicam o surgimento de público de um antagonismo (aqueles entre a política moderna e as práticas mantidas em suas sombras) que poderia dar lugar a uma nova configuração de poder e convocar atores não usuais ao centro da atenção política. Estes levantes requerem uma nova imaginação. Desafiam as formas convencionais de pensamento sobre a política, a geografia, a religião e os direitos, para nomear apenas algumas categorias. Nestes confrontos [...], o "conflito" dá importância ao impensável (DE LA CADENA, 2009, p. 163, tradução nossa).

Reconhecemos que os debates brevemente expostos neste último capítulo configuram uma importante, rica e necessária articulação teórica que o escopo da presente dissertação não conseguiria abarcar por completo. Contudo, consideramos interessante elencar alguns apontamentos no sentido de nos auxiliar na compreensão da emergência dessas propostas utópicas e confrontadoras, que indicam uma disputa entre distintas ontologias de mundos e pontos de vista. A formação de redes de apoio às iniciativas locais e os intercâmbios que proporcionam uma movimentação dos ativistas por esses espaços contribuem em grande medida para que as mobilizações se transnacionalizem em seu escopo. Conforme verificamos no caso da construção da Iniciativa Yasuní-ITT, o que está em jogo vai além do impedimento da exploração dos campos de petróleo localizados na região que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta. Busca-se levar adiante a sugestão de um mundo alternativo pela

via da não exploração como forma legítima de preservar aquilo que é patrimônio de todos, o que implicaria também em profundas mudanças nos padrões de produção e consumo. Como os próprios ativistas da *Oilwatch* costumam denominar, trata-se de uma *yasunização* do debate político.

Desta maneira, as reivindicações pós-extrativistas passam a ocupar uma importante posição de confronto político na atual conjuntura da América Latina. Esse caráter latino-americano, portanto, "torna-se não estritamente geográfico, mas pode ser compreendido como uma dimensão política e estratégica de tais lutas" (LOSEKANN, 2016, p. 142). Ademais, busca-se nesses processos de interação a contextualização do presente como resultado de um processo histórico que tem raízes na experiência colonial da região que gera uma subordinação do Sul-Global, como é demonstrado no documento produzido pela *Oilwatch*:

> Se impõe à força um modelo extrativista, extensivo e intensivo, que não só ameaça o Equador como toda a América Latina, o Sul Global e todos os países do mundo. Segundo o ideal pós-petroleiro: há um novo movimento de "relocalização", é uma ideia, diante da crise do petróleo, de reunir-se como comunidades locais para pensar como podemos reduzir o consumo do petróleo. As reuniões locais sobre o tema nos dá muitas oportunidades novas para solucionar muitos problemas (DE LA CIVILIZACIÓN PETROLERA A LA CIVILIZACIÓN POS-PETROLERA, 2012, tradução nossa).

Para concluir, um dos pontos nevrálgicos para essas transformações reside justamente na questão energética, onde se questiona o regime baseado na queima de carbono. Muito além da finitude das reservas de combustíveis fósseis, a questão que se põe de imediato trata dos limites ambientais de seu uso exagerado. Nesse sentido, a Campanha "Nem um poço a mais" está inserida nos debates que colocam na mira certos setores governamentais que desempenham políticas fundadas em atividades extrativistas e industriais em nome da superação das mazelas sociais de seus países. Ademais, se à princípio a campanha esteve focada em realizar diagnósticos e visibilizar os impactos e enfrentamentos nos territórios, atualmente, suas ações têm se voltado também para a construção de alternativas viáveis ao consumo dos derivados do petróleo junto aos afetados em si e afetados mobilizados.

Por fim, as atuais crises locais, regionais e mundiais – múltiplas e de grandes proporções – indicam que os debates pós-extrativistas propõem uma discussão muito pertinente. Mesmo que reconheçam as suas limitações, diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais passam a considerar o Bem Viver um horizonte útil para orientar

as reflexões de mundos possíveis, uma vez que se trata de um conceito em aberto, de origem latino-americana e baseado nas experiências ancestrais. Nesse sentido, a atual centralidade das mobilizações em torno da defesa dos direitos da Natureza (ou *Pachamama*) pode nos indicar a emergência de novos enquadramentos importantes para a construção de ações confrontadoras na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta dissertação realizar uma investigação aprofundada sobre o processo de mobilização da Campanha "Nem um poço a mais" que reúne uma pluralidade de atores, articulados à diferentes frentes de luta, atuando através de certos mecanismos, enquadramentos e performances. A campanha surge a partir da necessidade de organizar um enfrentamento direcionado aos avanços da indústria petroleira sobre os territórios ancestrais no estado do Espírito Santo, problematizando também as suas consequências globais. Nesse sentido, observou-se que a partir da adoção de certos enquadramentos mais gerais que viabilizam o endereçamento das demandas locais para os problemas globais (riscos climáticos, violações de direitos humanos, poluição, crises econômicas e civilizacionais etc.), a mobilização transpõe a escala local de atuação e se transnacionaliza.

Percebemos, desta forma, que o caráter latino-americano das lutas ambientais surge como uma dimensão política altamente estratégica diante de todo o cenário exposto ao longo do trabalho. O modelo desenvolvimentista vigente, baseado em uma economia extrativo-exportadora, que expande as suas fronteiras para espaços cada vez mais remotos e em busca de riquezas cada vez mais escassas, gera consequências permanentes para as populações localizadas nas denominadas zonas de sacrifício. Escobar (2010) problematiza que tal cenário faz parte de um projeto tanto econômico como cultural: é cultural pois surge de uma experiência particular da modernidade europeia que subordina as demais culturas e saberes, que se pretende modificar tendo em vista os princípios ocidentais. E este desenvolvimento e a modernidade envolvem também uma série de princípios não condizentes com as perspectivas presentes em muitos territórios, em suma, um modelo que busca crescimento econômico, exploração dos recursos naturais, a lógica do mercado e a busca de satisfação material e individual acima de qualquer outra visão de mundo.

De modo geral, os antagonistas são os governos locais e as empresas transnacionais, e os enquadramentos das lutas são pela garantia ou conquista de direitos e contra as injustiças ambientais que lhes são impostas. Todos os elementos irão desembocar na constatação de que os megaempreendimentos e as grandes indústrias se instalam em áreas onde o nível de organização social e o esforço de assegurar o respeito às conquistas legais são mais frágeis. De acordo com Acselrad (2010), a pobreza, a destituição de direitos e a degradação ambiental se reproduzem e se aprofundam em escala global, paralelamente ao aparecimento de um capitalismo cada vez mais potente em sua capacidade produtiva. Assim, o reconhecimento

das distintas concepções socioculturais do uso e valoração da natureza por parte de sujeitos que sustentam os modos de vida tradicionais é uma condição indispensável de justiça ambiental nos conflitos que envolvem essas populações. E esse reconhecimento está carregado de um potencial capaz de questionar o antropocentrismo dominante, no sentido de que também se compreende enquanto ator afetado todo o ecossistema envolvido no território.

De modo conclusivo, a presente dissertação propôs-se a discutir as mobilizações que transpõem a escala local de atuação e se globalizam – obtendo como foco empírico a mobilização antipetroleira no estado do Espírito Santo e suas conexões escalares com atores que atuam na defesa de Yasuní, no Equador. Demonstrou-se que diferentes valorações e práticas estão envolvidas no processo de mobilização e como seus reflexos produzem características que marcam a ação contestatória dos atores e suas estratégias. Tendo isso em vista, buscamos sistematizar elementos empíricos que evidenciam esse choque de mundos ocorrido durante o processo de mobilização.

Nesse sentido, os intercâmbios de afetados, sendo a materialização de uma performance constituída através de um ator "glocal", ou intermediário, irão forjar uma vivência que busca vincular as demandas locais com os enquadramentos que possuam projeção global. Através da atuação deste ator que circula por diferentes escalas, o que também está sendo intermediado são diferentes mundos, ou seja, pontos de vista diversos. O conflito apresentado, portanto, envolve elementos que são ontologicamente diferentes e conflitantes e o que o mecanismo de intermediação faz, além de promover a ação coletiva propriamente dita, é colocar em tensão e relação esses diferentes pontos de vista que estão em jogo. A Campanha "Nem um poço a mais" surge com a proposta de iniciar um debate com dimensões utópicas por "áreas livres de petróleo", para que as populações possam ter o direito de dizer não à exploração desenfreada em seus territórios. Em suma, há um confronto civilizacional no qual questionam-se as noções de desenvolvimento e crescimento econômico pautadas por visões ocidentais e valoriza-se o conhecimento ancestral das populações locais e tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. (2009a). La maldición de la abundancia (1a Ed.). Ediciones Abya-Yala. Quito-Ecuador.

ACOSTA, Alberto. (2011b). Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. Más allá del desarrollo (1ª Ed.), Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Abya Yala, Quito, pp. 83-118.

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos / Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 2010.

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 84-105.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A.W.B et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010. p. 179-210.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v. 02-03, p. 21-41, 2012.

AMINZADE, Ronald et al. *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com com Sidney Tarrow [comentários ao artigo de Sidney Tarrow]. Política & Sociedade. V. 10 – n. 18 – abril de 2010.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara M.. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras". Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Dec. 2008.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socio-territorial. *Caderno CRH*: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, 2008.

BURT, R. S. Structural holes: the social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

CALAZANS, Marcelo; MEIRELES, Daniela. A reconfiguração de territórios no Espírito Santo pelas atividades petrolíferas. In *50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil. Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal.* Organização: FAPP-BG & FASE. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 253-264.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 277-299.

CICCARONE, Celeste. Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Guarani-Mbya. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CICCARONE, Celeste. "Drama e sensibilidade: migrações, xamanismo e mulheres mbya". *Revista de Índias*, v. LXIV, n. 230, p. 81-96, 2004.

CREADO, Eliana S. J. et. al. Modos de olhar, contar e viver: a chegada da "lama da Samarco" na foz do Rio Doce, em Regência Augusta (ES), como um evento crítico. In: (Orgs.) MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p. 233-266, 2016.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. **World Anthropologies Network/Red de Antropologías del Mundo**. Electronic Journal. N. 04, January, 2009.

DE LA CADENA, Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond 'politics'. Cultural Anthropology, 25 (2): 334-370. 2010.

DESCOLA, Phillipe. “Constructing Natures: Symbolic ecology and social practice”. In: DESCOLA, Phillipe and PÁLSSON, Gisli (eds.) **Nature and Society:** anthropological perspectives (Londres: Routledge), 1996.

DIANI, Mario. ‘Leaders’ or Brokers? Positions and influence in social movement networks. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Orgs.). **Social Movements and Networks:** relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ECHART MUÑOZ, Enara. Uma visão crítica da Cooperação Sul-Sul: práticas, atores e narrativas. CADERNOS DO CEAS , v. 241, p. 392-417, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del tercer mundo:** globalización y diferencia. Instituto Colombiano de Antropología y Historia, Universidad del Cauca, 2005.

ESCOBAR, Arturo. “Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales”. Lima: Universidad Nacional de San Marcos, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 35, dez. 2015.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “Donos do lugar”: A Geo-Grafia Negra e Camponesa do Sapê do Norte-ES. Revista Geografares, Vitória, n°8, 2010.

FLEURY, Lorena C. *Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva.* 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GONÇALVES, Felipe Pinto. *Atividade energética e riscos no litoral de Linhares: problemas e perspectivas para a gestão do território.* Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES, 2011.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James (Eds.). *The social movements reader: cases and concepts*. New York: John Wiley & Sons, 2014.

GOULD, R. Power and social structure in community elites. Social Forces, v. 68, n. 2, 1989.

GUDYNAS, Eduardo. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constituición de Ecuador. Revista de Estudios Sociales No 32. p. 34-46. 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. In: Nueva Sociedad, v.237, p. 128-146. 2012a.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. In: Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. 1a Edición: Bolivia, Cochabamba, CEDIB y CLAES, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais / Organizadoras Andréa Zhouri, Paola Bolados, Edna Castro. – São Paulo : Annablume, 2016.

GURZA LAVALLE, Adrian; VON BÜLOW, Marisa. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. Política & Sociedade (Online), v. 13, p. 125-165, 2014.

JASPER, James. ¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas. Sociológica, v. 27, n. 75, p. 7-48, 2012.

JASPER, James. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. 1998. Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics. Ithaca: Cornell University Press.

KIRSCH, S. Mining Capitalism. The Relationship between Corporations and Their Critics. University of California Press. 2014.

LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede. Salvador: Edufba, 2012, São Paulo: Edusc, 2012.

LEONARDO, Flávia. A. M. Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: O caso da pesca artesanal e a configuração de um cenário de injustiça ambiental em Regência

Augusta-ES, (2014). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória, 2014.

LERNER, Steve. *Sacrifice zones: the front lines of toxic chemical exposure in the United States.* Cambridge: The MIT Press, 2010.

LEROY, Jean Pierre & MALERBA, Julianna (Orgs.). IIRSA, energia e mineração: ameaças e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/10/IIRSA.pdf.

LIMA, Tânia S. O campo e a escrita: Relações incertas. *Revista de Antropologia UFSCAR*, v. 5, n. 2, jul-dez, p. 9-23, 2013.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 20, p. 121-164, 2016.

LOSEKANN, Cristiana. "It was no accident!" The place of emotions in the mobilization of people affected by the colapse of Samarco's tailings dam in Brazil. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília, v. 14, n. 2, 2017.

LOSEKANN, C.; VERVLOET, R. O neoextrativismo visto através dos megaempreendimentos de infraestrutura: as zonas de sacrifícios no Espírito Santo, Brasil. In: Andréa Zhouri; Paola Bolados; Edna Castro. (Org.). Mineração na América Latina: Neoextrativismo e lutas territoriais. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2016, v. 1, p. 231-254.

MAIA, Aline B. Ministério Público, Megaempreendimentos e Conflitos Socioambientais: A atuação no litígio entre pescadores artesanais e a indústria do petróleo na Baía de Guanabara, RJ. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARACCI, Marilda Teles. A Apropriação de Territórios Para Monocultura de Eucalipto, Impactos Socioambientais e Conflitos Territoriais no Espírito Santo – Brasil. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005 – Universidade de São Paulo.

MARACCI, Marilda T. A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente. *Geografares*: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais (UFES), n. 6, p. 143-153, 2008.

MARSDEN, P. V. Brokerage behavior in restricted exchange networks. In: MARSDEN, P. V.; LIN, N. (Org.). Social structure and network analysis. Beverly Hills: Sage, 1982. p. 201-218.

MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dynamics of contention. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MEIRA, Ana Cláudia H. "Ó!! Você vai construer por cima de mim!!": Desenvolvimento, conflito ambiental e disputas por justiça no litoral do Espírito Santo, Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MIGNOLO, Walter D. (2007) 'DELINKING', Cultural Studies, 21:2, 449 - 514.

MILANEZ, Bruno & SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, n. 19, 2013.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, R. S. P. A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 24, p. 39-65, 2016.

MISCHE, Ann. **Partisan publics:** Communication and contention across Brazilian youth activist networks. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008, 433p.

MOREIRA, V. M. L. Vazios demográficos ou territórios indígenas? Dimensões, v. 11, n. Jul/Dez, p. 137-144, 2000.

OILWATCH. *Hacia una nueva civilización post-petrolera*. Miércoles: Oilwatch, 2013. Disponível em: <http://www.oilwatchsudamerica.org/campanias/dejar-crudo-en-el-subsuelomainmenu/4522-qhacia-una-nueva-civilizacion-post-petroleraq-.html>.

PLEYERS, Geoffrey (2010). "El altermundismo en México: actores, culturas políticas y prácticas contra el neoliberalismo", en Ilán Bizberg y Francisco Zapata (eds.), *Movimientos sociales*, vol. VI, México, El Colegio de México, pp. 361-395.

PLEYERS, Geoffrey. "Volverse actor: dos vías para los movimientos sociales en el siglo XXI", *Revista de Estudios Sociales* , 54 (October 2015).

POLETTA, Francesca; JASPER, James. Collective Identity and Social Movements. **Annu. Rev. Sociol. Annual Review of Law and Social Science**, Palo Alto, v. 27, p. 283-305, 2001.

SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts*. Yale University Press, 1990.

SEVÁ, Oswaldo. Riscos e prejuízos sociais e ambientais da indústria petrolífera: uma introdução sobre o panorama do Brasil até 2011. In: *50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil. Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal.* Organização: FAPP-BG & FASE. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 31-72.

SILVA, Sandro J. Identidades Quilombolas na Produção da Natureza. Comunidade, Meio ambiente e Desenvolvimento, n° 17, EICOS: Revista do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, UFRJ, 2007.

SILVA, Sandro J. *Do fundo daqui: luta política e identidade quilombola no Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. (1988), "Ideology, frame resonance, and participant mobilization". International Social Movement Research, vol. 1, pp. 197-218.

STENGERS, I. Cosmopolitiques. Paris: Éditions la Découverte, 2003.

STENGERS, I.; PHILIPPE, P. La Sorcellerie Capitaliste. Paris: La Découverte, 2005.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. Revista del Observatorio Social de la América Latina, Buenos Aires, ano XVIII, n. 32, p. 15-38, 2012.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. [1994] **Power in Movement:** Social Movements and Contentious Politics. New York: Cambridge University Press, 2011.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. London: Paradigm Publishers, 2007.

VAINER, Carlos B. Conceito de "atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008.

VERDUM, Ricardo. Os riscos do neo-extrativismo progressista. Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. Ano X, n. 23, dezembro de 2009.

VON BÜLOW, Marisa. **Building Transnational Networks:** civil society and the politics of trade in the Americas. New York: Cambridge University Press, 2010.

WANDERLEY, L. J. M. (2017) *Do Boom* ao Pós-*Boom* das *Commodities*: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, 1(1), 1-7.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANOTELLI, Claudio Luiz. Cadeia do petróleo e impacto na Região Metropolitana de Vitória. In *Caderno de debates 3: Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro.* Organização: Joana Barros, Evanildo Barbosa e Lívia Duarte. Rio de Janeiro: Fase, 2014, p. 59-74.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In*: Zhouri, A.; Laschefski, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Org.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2014.